



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Lorhan Lascolla de Souza

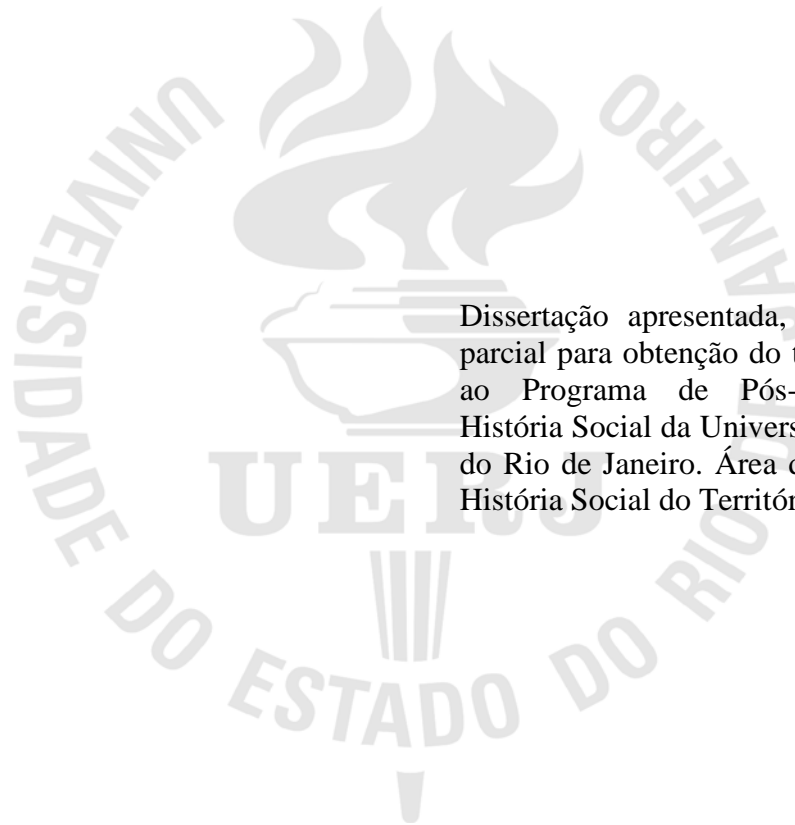
**Engenharia, Arquitetura e História: as “sábias lições” de Ernesto da Cunha
de Araújo Viana (1852-1920)**

São Gonçalo

2019

Lorhan Lascolla de Souza

**Engenharia, Arquitetura e História: as “sábias lições” de Ernesto da Cunha de Araújo
Viana (1852-1920)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Letícia Corrêa

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729 TESE	<p>Souza, Lorhan, Lascolla de. Engenharia, Arquitetura e História : as “sábias lições” de Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1852-1920) / Lorhan Lascolla de Souza. – 2019. 139f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Letícia Corrêa. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Viana, Ernesto da Cunha de Araújo, 1852-1920 – Teses. 2. Arquitetura brasileira – Teses. 3. Arquitetura – História – Teses. I. Corrêa, Maria Letícia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB/7 – 6150	CDU 72(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lorhan Lascolla de Souza

**Engenharia, Arquitetura e História: as “sábias lições” de Ernesto da Cunha de Araújo
Viana (1852-1920)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 19 de setembro de 2019.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Letícia Corrêa (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof^a. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^a. Dra. Mônica de Souza Nunes Martins
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

DEDICATÓRIA

À Ciência brasileira.

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de cometer algumas injustiças por esquecimento, gostaria de agradecer aqui a algumas pessoas que contribuíram para a elaboração do presente trabalho.

À professora Maria Letícia Corrêa, pelo constante incentivo, através da orientação cuidadosa e da crítica apurada. Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio Janeiro, especialmente à professora Ana Paula Barcelos, cujas indicações bibliográficas da disciplina Tópicos Especiais de História Social do Território I (História, memória, identidade e redes de sociabilidade) foram incorporadas na pesquisa.

À professora Lucia Maria Paschoal Guimarães que, além de ser autora referencial para a dissertação, aceitou gentilmente ao convite para compor a banca examinadora. À professora Claudia Thurler Ricci, por ter participado da banca de qualificação e, mais do que isso, por ter esclarecido diversos pontos até então obscuros sobre as discussões em torno da arquitetura, travadas no período analisado. À professora Mônica de Souza Nunes Martins, por ter topado participar da banca examinadora e, antes disso, por ter acompanhado notas de pesquisa e versões preliminares apresentadas em simpósios e nas sessões de encontro do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas múltiplas dimensões (NUPEP). Agradeço também ao professor Marcelo de Souza Magalhães pela disponibilidade ao aceitar o convite para compor a mesa como suplente.

Em um momento conturbado como o atual, marcado por ataques incessantes à Ciência, torna-se imperativo agradecer também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter financiado o presente trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a minha mãe, Maria Helena Lascolla, e a Marcos Felipe Alves, pelo apoio e paciência durante a pesquisa.

RESUMO

SOUZA, Lorhan Lascolla de. *Engenharia, Arquitetura e História: as "sábias lições" de Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1852-1920)*. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória e produção intelectual do engenheiro brasileiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana, atuante no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX. A pesquisa parte de sua ascendência e formação profissional, percorrendo igualmente seus primeiros espaços de atuação. Entre eles, destaca-se o período em que editou a *Revista dos Construtores*, momento a partir do qual se verifica uma reorientação dos temas de sua maior predileção. Ocupando-se cada vez mais de assuntos relacionados à arquitetura e à arte brasileira, Araújo Viana se notabilizou como professor de Teoria e História da Arquitetura na antiga Escola Nacional de Belas Artes. Na mesma época, passou a colaborar com o jornal *A Notícia* e a revista *Renascença*. Seus textos foram condensados no curso ministrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1915. Dividido em cinco lições, o curso deu-lhe entrada no grêmio do Instituto, que o elegeu sócio efetivo no ano seguinte. A partir da análise de tais fontes, a pesquisa pretende compreender as posições que Araújo Vianna assumiu ante às questões de seu tempo, além de discutir qual seria seu legado e quais leituras se fizeram acerca dele. O estudo de sua produção intelectual, pelo destaque às manifestações em defesa da valorização da Arquitetura do período colonial vocalizadas nos diferentes espaços das Belas Artes e do IHGB, busca conferir complexidade à abordagem da história dos melhoramentos urbanos no Rio de Janeiro em inícios da Primeira República.

Palavras-chave: Ernesto da Cunha de Araújo Viana. Arquitetura brasileira. História da arquitetura.

ABSTRACT

SOUZA, Lorhan Lascolla de. *Engineering, Architecture and History: the "wise lessons" of Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1852-1920)*. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

This paper aims to analyze the trajectory and intellectual production of Brazilian engineer Ernesto da Cunha de Araújo Viana, who worked in Rio de Janeiro from the 19th to the 20th century. The research starts from its ancestry and professional formation, also going through its first spaces of action. Among them, we highlight the period in which he edited the *Revista dos Construtores*, a moment from which there is a reorientation of the themes of his greatest preference. Focusing more and more on subjects related to Brazilian architecture and art, Araújo Viana distinguished himself as a professor of Theory and History of Architecture at the former National School of Fine Arts. At the same time, he began to collaborate with the newspaper *A Notícia* and *Renascença* magazine. His texts were condensed in the course given at the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB), in 1915. Divided into five lessons, the course gave him entrance into the Institute's guild, which elected him effective partner the following year. From the analysis of such sources, the research intends to understand the positions Araújo Viana took on the issues of his time, and to discuss what his legacy would be and what readings were made about him. The study of his texts, by highlighting the manifestations in defense of the valorization of the architecture of the colonial period, which were presented in the different spaces of the Fine Arts and in the IHGB, seeks to add complexity to the approach of the history of urban improvements in Rio de Janeiro at the beginning of the First Republic.

Keywords: Ernesto da Cunha de Araújo Viana. Brazilian architecture. Architecture history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fotografia de Ernesto da Cunha de Araújo Viana	14
Figura 2 -	Capa da <i>Revista dos Construtores</i> , de junho de 1886	47
Figura 3 -	Capa da <i>Revista dos Construtores</i> , de junho de 1888	48
Figura 4 -	Capa da <i>Revista dos Construtores</i> , de novembro de 1889	49
Figura 5 -	Capa da <i>Revista Técnica</i> , de fevereiro de 1893	50
Figura 6 -	Fotografia da Igreja de Nossa Senhora das Graças do Hospital da Gamboa	60
Figura 7 -	Gravura da lápide de Estácio de Sá	92
Figura 8 -	Busto de Ernesto da Cunha de Araújo Viana	118
Figura 9 -	Artigo de José Mariano Filho publicado em <i>Arquitetura no Brasil</i>	122

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	DA ENGENHARIA À ARQUITETURA: FORMAÇÃO E PRIMEIROS PASSOS DE ATUAÇÃO DE ERNESTO DA CUNHA DE ARAÚJO VIANA	15
1.1	Notas biográficas sobre Ernesto da Cunha de Araújo Viana: ascendência e formação profissional	15
1.2	Engenharia, Arquitetura, higiene e prática das construções: a experiência à frente da Revista dos Construtores (1886-1895)	32
1.3	Os primeiros passos rumo à Arquitetura e Belas Artes	51
2	PROFESSOR E HISTORIADOR: AS “SÁBIAS LIÇÕES” DE ARAÚJO VIANA	61
2.1	De Academia Imperial de Belas Arte à Escola Nacional e republicana: as mudanças no curso de Arquitetura	61
2.2	A Arquitetura como escrita da História	72
2.3	Arquitetura como documento/monumento: entre o elogio às reformas e defesa dos lugares de memória	81
3	AS LIÇÕES COMPILADAS: O LEGADO DO MESTRE	95
3.1	A conferência na Biblioteca Nacional em 1914 e o curso presidido no Instituto Histórico e Geográfico em 1915	95
3.2	O movimento neocolonial e passado colonial como patrimônio artístico e arquitetônico brasileiro	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Os anos da administração do prefeito e engenheiro Pereira Passos corporificam, no Rio de Janeiro, o discurso da identificação do passado colonial como etapa a ser superada nos processos de saneamento e embelezamento das cidades brasileiras. Na passagem do século XIX para o XX, as antigas aspirações de uma cidade liberta da realidade de epidemias, ruas estreitas e tortuosas, transportes precários e edificações antigas, considerados remanescentes de um período a ser transcendido pelo caminho do progresso e da modernidade, transformaram-se em programa de governo. Entretanto, esta visão de mundo, certamente hegemônica na imprensa e nas instituições, não evitou que um persistente trabalho de valorização da arte e da arquitetura no Brasil-Colônia estivesse presente nas reflexões e na atividade do engenheiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana.

Formado engenheiro pelo antiga Escola Central, Araújo Viana possui, no entanto, uma trajetória que difere da de alguns colegas de profissão, como Paulo de Frotin, Vieira Souto, Francisco Bicalho e Carlos Sampaio, que se destacaram sobremaneira pela participação em projetos de obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, a partir de 1875¹. Embora tivesse escrito artigos sobre higiene e técnicas de topografia, Araújo Viana não fazia parte deste grupo de engenheiros, que tinham em comum, além da formação, a atuação institucional através do Clube de Engenharia.

As diferenças na trajetória de Ernesto da Cunha de Araújo Viana, quando comparada à de seus pares, podem ser observadas em muitos de seus escritos. De acordo com Carlos Kessel, na produção do engenheiro alguns textos se destacam “justamente por se oporem à hostilidade generalizada aos vestígios da arte e arquitetura da época colonial e pela defesa de uma difusa brasilidade artística”². Em seus textos, distintamente, Araújo Viana lamentava a monotonia do ecletismo reinante na arquitetura brasileira de seu tempo e defendia uma suposta essência inscrita nos edifícios coloniais, contrapondo-se, assim, à visão imperante, que vilipendiava a arquitetura colonial em favor dos estilos *belle époque* de matriz francesa.

¹ Conforme Verena Andreatta, a Comissão de Melhoramentos Urbanos do Rio de Janeiro, nomeada na década de 1870 pelo Ministério do Império, configurava um espaço privilegiado para que os engenheiros materializassem os projetos formulados por eles até então circunscritos aos debates travados em suas associações de classe. Ver: ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

² KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p 70.

Nesse aspecto, na sétima sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), presidida em 12 de outubro de 1915, o então primeiro secretário perpétuo, Max Fleiuss, discorreu sobre a trajetória de Araújo Viana, que ingressava na instituição, corroborando a peculiaridade do engenheiro ao afirmar que ele aprofundou as pesquisas sobre a fulgurante plêiade de artistas e arquitetos franceses que, ao longo do século XIX, incutiu seus primores estéticos no país, em detrimento da “alma latina”³.

Antes disso, o engenheiro somou às suas atividades a atuação na imprensa, publicando uma série de artigos sobre arte e arquitetura no Brasil e imbricando-se em temas que vinha estudando já há algum tempo. Colaborou com o jornal *A Notícia* e contribuiu com a revista mensal *Renascença*, dentre outras folhas diárias, onde tratou de assuntos vários, sendo sempre sua particular predileção as questões de arte colonial.

Os textos publicados no jornal *A Notícia* e na revista *Renascença* constituem fontes importantes para compreender as posições adotadas pelo engenheiro no período que transcorreu sob a égide da República. Por meio desses textos, Araújo Viana demonstrou um elevado grau de erudição ao tratar de questões relativas à história da arte e arquitetura brasileiras, o que passou a notabilizá-lo na imprensa do período.

Prova de que os escritos em questão são significativos na produção intelectual do engenheiro é a transcrição destes pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em seu próprio periódico. Em verdade, a republicação sistemática dos artigos de Araújo Viana na revista do IHGB se deu por insistência de seu sócio benemérito Paulo Santos, a fim de fornecer dados para a história artística da cidade do Rio de Janeiro, à semelhança das *Memórias e Antiquilhas*, de Vieira Fazenda, que a revista publicou em vários números integrais⁴. Em geral, os dispersos de Araújo Viana refletem um exercício de valorização da arte e arquitetura brasileiras em detrimento da importação de estilos que traduziam o gosto e conforto dos padrões europeus.

Diante disso, o presente trabalho concentra-se na produção intelectual e na trajetória institucional do engenheiro brasileiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana, buscando reconstruir as redes de interlocução as quais esteve filiado. A hipótese central é a de que a efetivação de Araújo Viana nos quadros do Instituto Histórico traduz a conformação de interesses entre o

³ Parecer da Comissão de História acerca de obras de Ernesto da Cunha de Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 78, pt. 2, v. 132, 1995 [publicado em 1916], p. 787-788.

⁴ Transcrições. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 343. Brasília - Rio de Janeiro: abr. / jun. 1984, p. 215.

engenheiro, de defender uma identidade nacional na arquitetura e nas artes, com a do IHGB, que, por sua vez, assumia a tarefa de escrever a História Nacional. Ademais, a concepção inicial, de que a produção de Araújo Viana foi precursora, em sua época, pela defesa do legado artístico e arquitetônico colonial, também foi uma proposição que substanciou a pesquisa. Para demonstrar que a República inaugurava de fato um tempo moderno, a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, tornou-se um grande laboratório onde se experimentavam projetos de reformas que expressavam, efetivamente, tempos novos. Conforme observado por Margarida de Souza Neves, a remodelação da cidade representava para o país e para o mundo “um documento da nova ordem, a capital do progresso”⁵. Ainda de acordo com autora, o Brasil, metonimizado em sua capital, colimava o outro lado do Atlântico, procurando imitar “os modos de viver, os valores, as instituições, os códigos e as modas daquelas que então eram vistas como as nações progressistas e civilizadas”⁶. Os textos de Araújo Viana, redigidos nesse contexto, se contrapunham, por conseguinte, à visão hegemônica na imprensa e nas instituições daquele período, segundo a qual era preciso suplantar a herança colonial para integrar o país no concerto das nações civilizadas. Em outras palavras, àquela época acolhiam-se com entusiasmo as ideias de que para ser moderno era preciso ser o mais parecido possível com a Inglaterra e, especialmente, com a França, pois “a moda, em todos os campos, vinha de Paris!”⁷.

A análise focaliza os escritos produzidos por Araújo Viana na passagem da monarquia à república. Viana dirigiu e editou a *Revista dos Construtores*, publicada no Rio de Janeiro nos anos de 1886, 1888, 1889 e 1895, mantida por meio de assinaturas. Mais adiante, colaborou com outros periódicos, mais notadamente com o jornal *A Notícia*, entre 1901 e 1908, e *Renascença*, entre 1904 e 1907. Um de seus trabalhos mais notáveis, o curso *Das artes plásticas no Brasil em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular*, dividido em cinco lições, foi publicado no tomo 78 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro*. Na referida revista, é possível ainda estudar as atas que registravam os eventos e demais solenidades da agremiação que envolveram o engenheiro, como o discurso de posse e a homenagem fúnebre, publicadas, respectivamente, no tomo 80, volume 134, de 1917, e no tomo 87, volume 141, de 1921.

⁵ NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 14 ed. São Paulo: Atual, 2004, p. 56.

⁶ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do Brasil excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil republicano, v. 1)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 19.

⁷Idem.

Por estar subordinada ao estudo de uma trajetória e de uma produção intelectual específica, a análise segue a perspectiva sugerida por Pierre Bourdieu. A fim de evitar a “ilusão biográfica” de que fala o sociólogo francês⁸, a pesquisa se despoja de qualquer coerência e constância arrogada à trajetória de Araújo Viana. Ao contrário, busca entrever como o mundo social em que ele está inserido e as diferentes espécies de capital em disputa no campo considerado influem sobre ele.

Muitos autores foram fundamentais para a elaboração do texto que se segue. Para o estudo da formação dos engenheiros brasileiros, na passagem do século XIX para XX, sobressaem os trabalhos de Simone Petraglia Kropf e de Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho. Destacam-se igualmente as obras de Vania Maria Cury e Cezar Honorato, para compreender a atuação do grupo de engenheiros filiados ao Clube de Engenharia, então hegemônico naquele período. Da engenharia para a arquitetura, despontam os textos de Helena Cunha de Uzeda e Claudia Thurler Ricci, essenciais para entender as questões em jogo naquele momento de indefinições quanto ao papel da arquitetura e do arquiteto. Somamos a isso os trabalhos de Carlos Kessel e Maria Lucia Bressan Pinheiro para nos debruçarmos sobre as disputadas travadas no campo da arquitetura. Aliás, ao tratarmos de conceituações próprias da arquitetura, fez-se necessário recorrer aos estudos de Aldo Rossi e Giulio Carlo Argan. No entanto, a chave principal para o presente trabalho reside na conexão estabelecida entre a arquitetura e a história. Nesse sentido, os textos de Jacques Le Goff e Pierre Nora foram mandatórios. Por fim, para entender o papel da História naquele contexto, voltamos para o Silogeu, tendo como guia a obra de Lucia Maria Paschoal Guimarães.

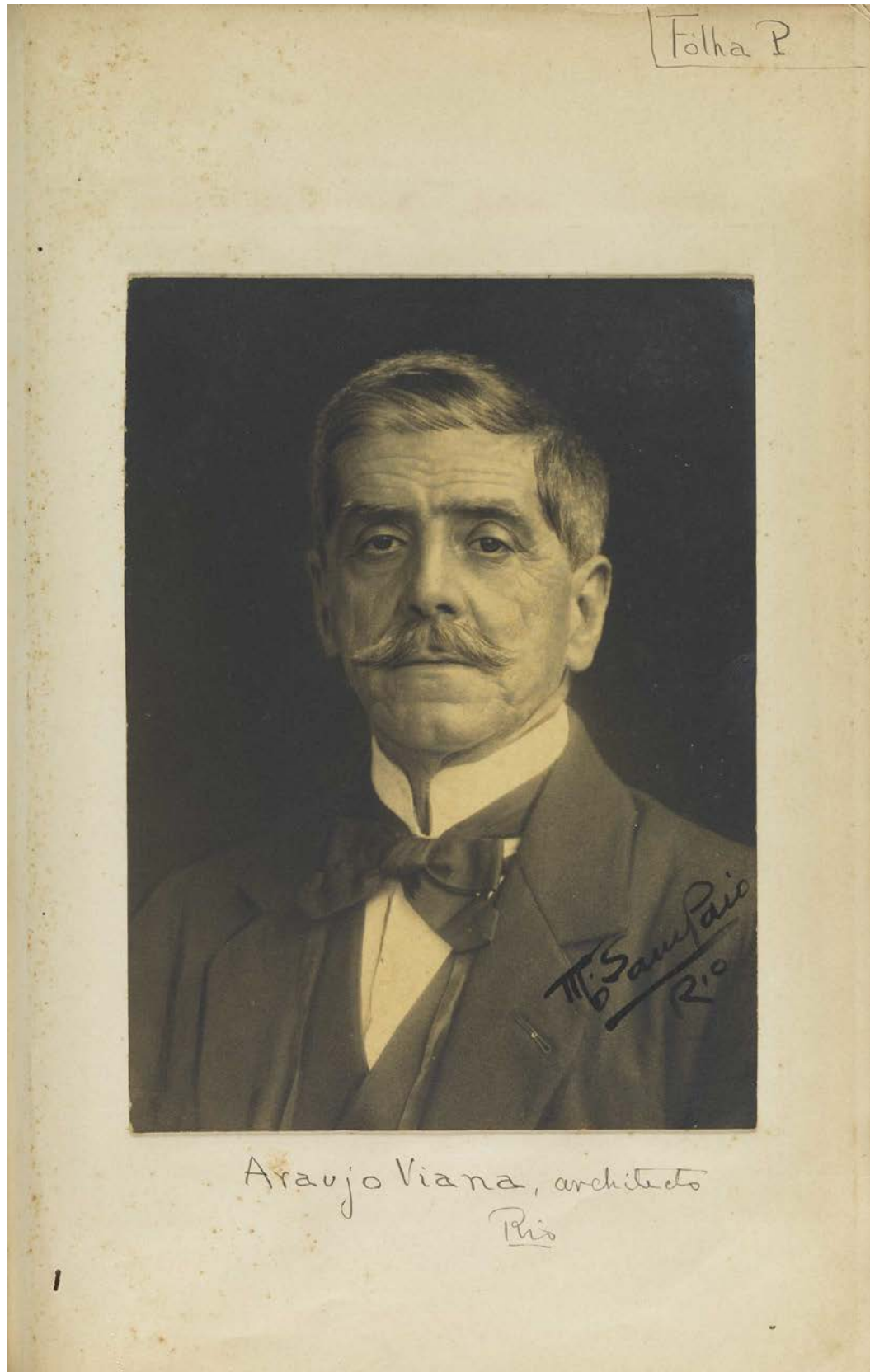
O trabalho estrutura-se em três capítulos. Cada um deles apresenta uma faceta de Araújo Viana. Aqui, o engenheiro é concebido também como arquiteto, pela erudição demonstrada em suas reflexões sobre temáticas concernentes a este campo, pela atuação específica no campo da arquitetura e por auto identificar-se como tal, em um campo de atuação hegemônico por engenheiros; como professor, não apenas pelos cargos que ocupou e o notabilizaram, mas pelas “sábias lições” que legou aos seus discípulos, sobretudo arquitetos; e como historiador, pois entendemos que Araújo Viana propôs elaborar uma historiografia sobre a arte e arquitetura brasileira, associada ao projeto de reescrita da história nacional capitaneado pelo IHGB no início do período republicano.

No primeiro capítulo, propusemos a análise dos primeiros passos da trajetória de Araújo Viana. Para melhor compreender algumas posições tomadas pelo engenheiro e arquiteto,

⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

judgamos ser

Figura 1 – Fotografia de Ernesto da Cunha de Araújo Viana



Fonte: SAMPAIO, M. **Araujo Viana, architecto**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [191-?]. 1 foto., gelatina, p&b, 19,5 x 14,4cm em folha: 32 x 21cm.

1 DA ENGENHARIA À ARQUITETURA: FORMAÇÃO E PRIMEIROS PASSOS DE ATUAÇÃO DE ERNESTO DA CUNHA DE ARAÚJO VIANA

Formado engenheiro pela antiga Escola Central, no Rio de Janeiro, Araújo Viana seguiu, até certo ponto, uma trajetória similar a dos seus pares na vida profissional, participando de projetos voltados às reformas urbanas empreendidas em sua época. Sua atuação, no entanto, singulariza-se na medida em que somou às suas atividades o trabalho na imprensa. Ao encabeçar a *Revista dos Construtores*, reorientou seus temas de interesse e imbricou em questões relacionadas à arquitetura, que passaria a ser objeto de sua maior predileção.

Campo em formação, a arquitetura surgiu no Brasil em um contexto marcado pela disputa com a engenharia em torno das áreas de atuação de seus profissionais. Nas páginas da *Revista dos Construtores*, Viana propôs discutir o papel do arquiteto frente às transformações de seu tempo. É, pois, a partir do momento de sua atuação nessa revista em que observamos a transição do engenheiro para arquitetura. Inferimos, por conseguinte, que os estudos sobre arquitetura, expressos na *Revista*, qualificaram Araújo Viana para a cátedra de História e Teoria da Arquitetura, na Escola Nacional de Belas Artes. Lá, ele se notabilizou como grande estudioso da arte e arquitetura brasileira.

1.1 Notas biográficas sobre Ernesto da Cunha de Araújo Viana: ascendência e formação profissional

Ernesto da Cunha de Araújo Viana nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1852, e faleceu na mesma cidade, em 14 de fevereiro de 1920, vítima de uma síncope cardíaca⁹. Era filho do médico Ernesto Augusto de Araújo Viana e de Marianna da Cunha Vasconcellos de Araújo Viana, filha de João Inácio da Cunha, barão e depois visconde de Alcântara, estadista do Primeiro Reinado. Casou-se com Teresa de Figueiredo Araújo Viana. Do matrimônio contraído, tiveram um filho, Vítor Viana, jornalista, professor, crítico literário e ensaísta, terceiro ocupante da cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras (ABL), eleito em 11 de abril

⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920. Falecimentos, p. 4.

de 1935, na sucessão de Augusto de Lima e recebido pelo Acadêmico Celso Vieira em 10 de agosto do mesmo ano.

Em seu discurso de posse na ABL, Vítor Viana lembrava assim do pai:

Meu pai, Dr. Ernesto da Cunha de Araújo Viana, foi educado na casa de meu bisavô, porque meu avô morreu poucos anos depois de ter regressado, doutor em Medicina, de França. Ali recebeu o gosto pela cultura universal que conduziu para as realizações das belas-artes – tendo sido o mais entusiasta dos historiadores do nosso passado artístico e criador do movimento nacional a favor da casa de tipo colonial modernizado, muito antes de sua eclosão nos Estados Unidos e respectiva repercussão na Argentina. Ernesto da Cunha de Araújo Viana formou com a sua capacidade de sedução uma corrente pela arquitetura e os seus discípulos constituem hoje as equipes que deram à edificação no Brasil outra feição e outra compreensão artística. Antes dele, a profissão de arquiteto era raramente exercida por brasileiros. No curso de arquitetura da Escola de Belas-Artes havia um ou dois alunos. Depois de sua campanha o curso povoou-se e os regulamentos que promoveu fizeram os mestres e os construtores de hoje¹⁰.

Como indicado por Vítor Viana, em decorrência ao falecimento do pai, vítima de tuberculose, Araújo Viana passou a ser criado, a partir dos nove anos de idade, por seu avô paterno, Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, jurista e ministro do Império. Descendia, portanto, de uma família abastada, aristocrática e atuante na burocracia imperial. Em diversos momentos de sua trajetória, valendo-se do prestígio herdado por sua ascendência, Araújo Viana procurou exaltar, sobremaneira, a figura de seus avós. Em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por exemplo, declarou:

[...] enche-me de orgulho desculpável a preciosa coincidência de que dois nomes, caros para mim, pertencem à história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: diretamente o de Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, e indiretamente o de José de Araújo Viana, visconde de Alcântara, pelo fato de ter sido o fundador, o primeiro presidente e depois presidente honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual se derivou o Instituto Histórico¹¹.

Apesar de não ter conhecido seu avô materno, falecido em 1834, Viana afirmou que a sua trajetória lhe chegou “pela legislação, pelos anais do primitivo senado do Império, por documentação legada à família e pela tradição oral transmitida por seus filhos”¹². Quanto ao marquês de Sapucaí, Araújo Viana declarou conhecer sua vida, não apenas pelos elementos

¹⁰ VIANA, Vítor. Discurso de posse. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/vitor-viana/discurso-de-posse>> Acesso em 16 jan. 2019.

¹¹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 80, v. 143, 1917, p. 672.

¹² Idem.

históricos iguais ou semelhantes àqueles legados pelo avô materno, mas, sobretudo, por ela ter sido narrada por ele próprio, de quem ele diz ter recebido “a iluminação de seu espírito e de sua sabedoria”¹³.

Para Maurice Halbwachs, a família cumpre um papel importante ao tornar a memória histórica inteligível pelo indivíduo. Segundo o sociólogo francês, “muitas vezes é na medida em que a presença de um parente idoso está de alguma forma impressa em tudo o que este nos revelou sobre um período e uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória”¹⁴. Nesse sentido, os avós se incumbem da valorosa tarefa de lembrar, transmitindo aos mais novos uma memória que amoldará sua visão de mundo, após crescerem.

Na ocasião de sua preleção no IHGB, Viana forneceu mais detalhes de sua relação com seu avô paterno, evidenciando a afetividade que nutria por ele:

Acompanhei a última fase da sua vida de estadista. Vasta e profunda era a cultura literária do marquês de Sapucaí. Ele, aos 81 anos de idade, agradava-lhe tendo diante de si obras clássicas, lições admiráveis da vernaculidade por portuguesa, e, vindo a propósito, era também surpreendente o discorrer do saber humano em outros departamentos¹⁵.

Além da herança de seu avô, a memória de Araújo Viana é igualmente tributária de suas próprias experiências, tendo ele vivenciado a passagem da monarquia para república, testemunhando, por conseguinte, os acontecimentos que marcaram a mudança de regime. Trata-se, pois, dos elementos constitutivos da memória elencados por Michael Pollack: “em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”¹⁶, que, conforme assinalado pelo sociólogo e historiador austríaco, são aqueles que o indivíduo nem sempre vivenciou mas que acabaram adquirindo tamanho e relevo em seu imaginário.

Conjecturamos, assim, que o peso da ascendência de Araújo Viana e a estima pelos avôs e pelos ensinamentos legados por eles constituíram um dos estímulos norteadores de sua

¹³ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 80, v. 143, 1917, p. 672.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 85.

¹⁵ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 80, v. 143, 1917, p. 672-673.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul. 1992, p. 201.

atuação profissional e produção intelectual, que, não obstante, compôs-se também por meio de outras experiências. Entre elas, pode-se mencionar, primeiramente, a sua formação.

Viana estudou no então Imperial Colégio de Pedro II e entrou na Escola Central em 1870, diplomando-se posteriormente em Ciências Físicas e Naturais. Lá, foi aluno, ainda em seu primeiro ano, de José Maria Jacinto Rebelo, engenheiro pela Escola Militar e arquiteto pela Academia Imperial de Belas Artes, discípulo de Grandjean de Montigny, que seguiu a estética neoclássica do mestre.

Os primeiros contatos de Araújo Viana com as Belas Artes ocorreram, portanto, enquanto estudava na Escola Central. Um de seus primeiros guias pelas sendas das artes foi Joaquim Maximiano Mafra, “sabedor como ninguém de toda a história das Belas Artes no Brasil, secretário aposentado e professor jubilado da Academia e autor do desenho fundamental da estátua equestre de D. Pedro I”¹⁷. Sobre o professor, Viana completou:

[...] para todas as dúvidas, todos os pontos, obscuros para mim, relativos aos artistas brasileiros e às suas obras, encontrei prontos esclarecimentos em Mafra, que recebia sempre o seu discípulo de Desenho da antiga Escola Central, com prestimosa e benevolente solicitude¹⁸.

Para melhor compreender a formação e a posterior atuação dos engenheiros brasileiros àquela época, é preciso voltar-nos para a constituição do campo da engenharia no país.

Conforme assinalado por Simone Petraglia Kropf, na primeira metade do século XIX, a engenharia permaneceu predominantemente associada a obras militares ou, eventualmente, à participação na burocracia administrativa do Império¹⁹. Deve-se a isso o fato de que, no Brasil, o processo de institucionalização da engenharia remonta à Academia Real Militar, fundada por D. João VI, em 1810, e comandada por uma Junta Militar nomeada pelo próprio príncipe regente, que “oferecia um curso completo de sete anos, dividido em um Curso Militar e um Curso Matemático.”²⁰. A situação quanto a essa formação, no entanto, passou a ganhar novos contornos com a produção cafeeira, em pleno desenvolvimento no Vale Paraíba e, por

¹⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 523.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 75.

²⁰ *Idem*.

consequente, com o crescente processo de urbanização do Rio de Janeiro. Como ponderou Kropf, “no curso da modernização que se implementa nessa época, uma inovação fundamental era o desenvolvimento dos meios de transporte”²¹. Surgia, desse modo, uma necessidade de melhor viabilizar o escoamento do café para o porto da Corte e de interligar a capital às principais cidades e rincões do Império. A construção de ferrovias impunha-se, assim, como área preferencial para atuação dos engenheiros.

Posteriormente, afetada pelas transformações econômicas e sociais decorrentes do recrudescimento da produção cafeeira e da complexificação urbana do Rio de Janeiro, a Escola Militar da Corte – como passou a ser chamada a Academia Real Militar depois de 1839 – foi fracionada em duas pelo Decreto nº 2.116 de 1º de março de 1858: Escola Militar de Aplicação, localizada inicialmente na Fortaleza de São João e, depois de 1857, na Praia Vermelha; e Escola Central, instalada no Largo de São Francisco. Segundo Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho, a Escola Central foi destinada ao ensino das Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais, assim como às doutrinas próprias da Engenharia Civil²².

O Decreto nº 2.582, de 21 de abril de 1860 regulamentava o funcionamento da instituição, que ainda preservava todas as características de uma instituição militar. De acordo com a referida norma, o currículo da Escola Central estava organizado da seguinte forma:

Art. 3º A Escola Central compreenderá o curso normal de ciências matemáticas e físicas e o de engenharia civil abaixo especificados.

Art. 4º O curso normal se compõe de quatro anos, e é destinado a formar especialmente engenheiros geógrafos e em geral homens habilitados para qualquer aplicação científica.

Art. 5º As doutrinas, que fazem o objeto do curso normal serão distribuídas da maneira seguinte:

Primeiro ano

Primeira cadeira. - Álgebra com aplicação às operações numéricas, geometria, trigonometria retilínea, e topografia.

Segunda cadeira. - Física experimental, e telegrafia elétrica.

Aula de desenho topográfico e de paisagem.

Segundo ano

Primeira cadeira. - Composição geral de equações, princípios fundamentais de geometria descritiva, geometria analítica, cálculo infinitesimal, mecânica, e máquinas, necessários ao artilheiro.

Segunda cadeira. - Química elementar ou inorgânica.

Aula de desenho de projeções e de máquinas.

Terceiro ano

²¹ KROPF, Simone Petraglia. *Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX*. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 76.

²² MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 102.

Primeira cadeira. - Continuação do cálculo infinitesimal, e da mecânica.
 Segunda cadeira. - Botânica e zoologia.
 Aula de desenho de arquitetura e de máquinas.
 Quarto ano
 Primeira cadeira. - Trigonometria esférica, astronomia, e geodesia.
 Segunda cadeira. - Mineralogia e geologia.
 Aula de desenho geográfico e hidrográfico.
 Art. 6º O curso de engenharia civil compõe-se do primeiro, segundo e terceiro anos do curso normal, e das doutrinas ensinadas nos seguintes anos:
 Quarto ano
 Primeira cadeira. - Mecânica aplicada às construções, arquitetura civil, estradas, pontes e caminhos de ferro.
 Segunda cadeira - As mesmas matérias da segunda cadeira do 4º ano do curso normal.
 Aula de desenho de minas e de planos para execução de obras da natureza das que foram acima indicadas.
 Quinto ano
 Primeira cadeira. - Mecânica aplicada, arquitetura hidráulica.
 Segunda cadeira. - Metalurgia e montanhística.
 Aula de desenho de construções e máquinas hidráulicas²³.

O curso da Escola Central possuía semelhanças com a *École Centrale des Arts et Manufactures* de Paris, fundada em 1829 por Alphonse Lavallée, advogado e proeminente homem de negócios de Nantes, que investiu a maior parte de seu capital pessoal na fundação da instituição, junto com três cientistas que se tornaram seus associados: Eugène Pecllet, Jean-Baptiste Dumas e Théodore Olivier. A *École Centrale* formava engenheiros civis e dirigentes industriais. Conforme assinalado por Pedro Marinho, “a referência francesa não era privilégio do Brasil, visto que as escolas francesas, originárias de meados do século XVIII, nortearam a formação da maioria das escolas de engenharia também na Europa”²⁴.

Há, porém, divergência nas fontes quanto ao nome da instituição em que Araújo Viana concluiu o curso superior, pois ora é referida como Escola Central, ora como Escola Politécnica. Ocorre que seu ingresso em 1870 se deu na Escola Central, mas a conclusão de sua formação, por volta de 1874 (conforme a organização curricular da Escola em quatro anos para o “curso normal”), coincide com o ano em que a Escola Central se tornaria Escola Politécnica.

Devem-se a essa mudança as disputas internas entre a classe dos engenheiros. Ainda vinculada à estrutura miliar, a Escola Central cindia-se em dois lados opostos: os militares questionavam a instituição por não formar adequadamente outros de seus pares; e os paisanos, que protestavam contra rigidez da formação militar. Desvincular a atividade de engenharia de

²³ BRASIL. Decreto n. 2.582, de 21 de abril de 1860. Aprova o regulamento orgânico das escolas militares do Império, modificando o do 1º de Março de 1858. *Lex*: Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1860: v. 1, pt. II, p. 165. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2582-21-abril-1860-556462-publicacaooriginal-76504-pe.html>> Acesso em: 16 jan. 2019.

²⁴ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 102.

seu aspecto eminentemente militar tornava-se, de acordo com Pedro Marinho, fundamental para a formação de profissionais especializados em conhecimentos práticos e teóricos sobre estradas de ferro, comunicação telegráfica e obras públicas em geral, suprimindo, assim, as demandas do comércio cafeeiro, com a construção de vias de comunicação, portos e demais reformas e melhoramentos urbanos²⁵.

Na prática, a separação entre o ensino militar e o ensino civil de engenharia só viria a se concretizar em 1874, com a transformação da Escola Central em Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Anteriormente sob a tutela do Ministério de Guerra, a Escola Central foi transferida para a alçada do Ministério do Império, permitindo que o governo escolhesse livremente o diretor, contanto que estivesse submetido àquela pasta. Para Pedro Marinho, foi a partir da criação da Escola Politécnica que se iniciou a especialização da engenharia brasileira. O novo estatuto da instituição determinava um “curso geral” a ser cumprido em dois anos, comum a todos os alunos, e três cursos de especialização, com duração de três anos cada, a saber: engenharia civil, de minas e de artes e manufaturas²⁶.

A mudança da Escola Central para Escola Politécnica ocorreu em um contexto de reformas mais amplas, levadas a cabo pelo gabinete do Visconde do Rio Branco, a chamada “modernização conservadora”, como sugere Angela Alonso²⁷. A fim de equacionar os problemas acentuados pela complexificação da sociedade brasileira, a partir de meados do século XIX, surgia, dentro da burocracia imperial, a necessidade de se engendrar reformas que modernizassem o país. Entre os polos de tensão daquele período, encontrava-se a estrutura social do império, organizada a partir de famílias patriarcais, ligadas ao agrarismo, ao escravismo e à monocultura, restringindo-se, assim, o mercado de oportunidades, ao resguardar os privilégios do estamento senhorial. Paralelamente, a esfera econômica também apresentava tensões a serem solucionadas. Segundo Angela Alonso, as transformações enfrentadas pela sociedade brasileira na segunda metade do século XIX eram caracterizadas por dois movimentos simultâneos e convergentes: “a decadência do modelo econômico colonial e a urbanização”²⁸.

²⁵ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 109.

²⁶ *Ibidem*, p. 110.

²⁷ Cf. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²⁸ *Ibidem*, p. 76.

O crescimento das lavouras de café e a vida citadina com novas atividades, serviços e negócios impeliam gradativamente os engenheiros brasileiros a se enveredarem por novos espaços de atuação, distanciando-se, cada vez mais, da natureza militar que até então conduzia o campo da engenharia. Apesar da necessidade de reformas, estas não se fariam por consenso e sem conflitos entre a elite política, de modo que a cautela norteou as reformas do Império, cujo ritmo natural “foi o de resolver o queurgia, deixando amadurecer no tempo medidas mais essenciais”²⁹.

As reformas empreendidas na Escola Central refletiram, portanto, esse conjunto de reformas mais amplas. Durante o tirocínio acadêmico, Araújo Viana praticou na Repartição de Obras Públicas, em 1872. Ainda como estudante, serviu na Comissão de Terras Públicas, auxiliando os trabalhos da organização das cartas topográficas das províncias de São Paulo e Santa Catarina. Verifica-se, assim, que Viana vivenciou essas disputas no campo da engenharia, podendo-se sugerir que tais experiências tenham moldado sua formação.

À medida que o campo da engenharia se consolidava, os engenheiros brasileiros se contrapunham ao grupo intelectual então dominante: os bacharéis em Direito, que, segundo eles, apresentavam-se “como o condenável predomínio de uma cultura fundada na valorização da retórica do saber livresco, em detrimento da observação criteriosa das condições concretas da realidade social.”³⁰. Entretanto, cabe salientar que os próprios engenheiros também eram bacharéis, uma vez que a titulação concedida pela Escola Central era o bacharelado. O que os diferenciava dos bacharéis em Direito, já estabelecidos, por assim dizer, era a ideia de deterem um saber pretensamente indefectível, a indicar os caminhos corretos para o provimento das necessidades humanas. Por isso, os engenheiros criticavam a “cultura livresca”, que, supostamente, renunciava ao ensino prático. Conforme assinalou Dominichi Miranda de Sá, com a crescente confiança depositada na ciência, expandiu-se “a ideia de que o saber precisaria ser útil, do ponto de vista do progresso material do país, e nunca deleitável.”³¹.

Os engenheiros procuravam, assim, se distinguir e se legitimar enquanto categoria social e intelectual com a tarefa de tornar a ciência, acima de tudo, um saber instrumental e operatório,

²⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 79.

³⁰ KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 80.

³¹ SÁ, Dominichi Miranda de. A crítica da razão pomposa. In: SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 108.

capaz de atender às demandas imediatas apresentadas pelo acelerado crescimento econômico e social do país. Nessa perspectiva, conforme Kropf, as ideias positivistas constituíram uma influência deveras pertinente na época para o reconhecimento da imagem social do engenheiro³². Ainda de acordo com a autora, segundo tais ideias, além de ser o detentor dos conhecimentos exigidos pelo progresso e civilização da sociedade, o intelectual-cientista era valorizado especialmente como agente legítimo e responsável pela direção e encaminhamento das reformas que deveriam ser empreendidas para atingir tais objetivos.

Segundo Roque Spencer Maciel de Barros, a partir de 1874, com a publicação de *As três filosofias*, de autoria de Luiz Pereira Barreto, o positivismo passou a desempenhar a tarefa de ilustração no país, oferecendo “uma límpida e acessível *filosofia da história*, a lei dos três estados”, que servia “como instrumento de interpretação da realidade do país e como programa para a sua transformação científica”³³. O autor ressalta que a ilustração brasileira do século XIX era formada também por outras filosofias populares na época, que eram divulgadas no país ao lado do positivismo³⁴. Além das ideias comteanas, floresceram ao mesmo tempo no Brasil “o darwinismo, o spencerismo, o materialismo, o “tainismo”, além das obras de Schopenhauer e Hartmann, menos sedutoras porque, embora situadas no quadro da filosofia popular do Oitocentos, “não correspondiam às exigências científicas”³⁵. Assim, os intelectuais brasileiros daquele período optavam por uma dessas filosofias, “transformando-a num instrumento de compreensão da realidade nacional e num ponto de apoio eficaz para a proposição de fins verdadeiramente ‘objetivos’, desligados dos sonhos ‘românticos’ do absoluto”³⁶. Estes científicistas, de acordo com Spencer, defendiam a necessidade urgente de transformar o país, colocando-o “ao nível do século”³⁷.

Na concepção de Luiz Otávio Ferreira, o positivismo não foi apenas uma doutrina de referência ou instrumento de retórica para o movimento científicista brasileiro do final do

³² KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 80.

³³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp-Convívio, 1986, p. 123.

³⁴ *Ibidem*, p. 145.

³⁵ *Ibidem*, p. 146.

³⁶ *Ibidem*, p. 167.

³⁷ *Ibidem*, p. 172.

século XIX, mas a fonte essencial do seu *ethos*, isto é, o conjunto de “motivações, valores, compromissos, regras de conduta, repertório conceitual e linguístico” característicos dos intelectuais e cientistas brasileiros que, engajados em ações coletivas típicas da época – jornalismo, crítica literária, associações profissionais e estudantis, sociedades literárias e/ou científicas, partidos políticos, movimentos reivindicatórios –, “identificavam nas formas de sociabilidade, nos arranjos institucionais e nos conhecimentos gerados pela atividade científica a chave para reorganização da sociedade brasileira³⁸. Procurando desconstruir o estigma de valorização da “ciência aplicada” em detrimento da chamada “ciência pura”, Ferreira afirma que a reforma do ensino superior defendida pelo movimento cientificista brasileiro não implicava somente uma alteração dos currículos das faculdades, mas, sobretudo, na proposição de uma “função social para o conhecimento técnico-científico”; ou seja, por meio da ciência, seria possível conhecer objetivamente a realidade social, revelar obstáculos e potencialidades, encaminhando, assim, “soluções práticas que se materializassem em realizações tais como controle de epidemias, a construção de estradas de ferro”³⁹, dentre outras maneiras de equacionar os problemas que afligiam a sociedade.

Luiz Otávio Ferreira aponta ainda que, apesar de outras instituições de ensino superior terem funcionado como foco de irradiação do positivismo, as ideias comteanas estavam intimamente relacionadas ao ensino da engenharia, que foi, “de fato, o ambiente institucional onde professores e alunos tiveram experiência mais intensa de uma cultura positivista”⁴⁰. Ainda de acordo com o autor, o interesse despertado pelo positivismo não se restringia às aulas, pois resvalava também na vida extraclasse dos alunos, que se reuniam em torno de grêmios, associações e jornais de cunho científico e literário. O positivismo foi, por conseguinte, um dos fiadores da concepção utilitarista da ciência. Mas ainda que possuísse muitos adeptos, a “nova elite científica”, calcada no positivismo, defrontava-se com muitos conflitos. Um desses entraves ocorreu dentro da Escola Politécnica, em 1896, com o encerramento do curso de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, considerado mais teórico. Curso, como já referido, frequentado por Araújo Viana na década de 1870. Mesmo que o fechamento do curso possa ser atribuído à baixa procura, Ferreira afirma que, para professores e alunos, “era o resultado da

³⁸ FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. *Fênix*. Uberlândia, v. 4, a. 4, n. 3, p. 1.

³⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 8.

vigilância, entre os politécnicos, de visão utilitarista das ciências impostas pelo positivismo reinante na instituição”⁴¹.

As ideias comteanas nas escolas de engenharia constituíam, pois, um método, “uma forma de pensar a realidade nacional a partir dos conteúdos dominantes da ideologia do progresso então em voga.”⁴². Associada diretamente à ideia de civilização, a ideia de progresso era tida como meta a ser atingida no curso de uma marcha evolutiva, que se apresentava como alicerce fundamental de uma nova forma de pensar a realidade histórica brasileira e, conseqüentemente, tornar possível de se alcançar o desenvolvimento característico dos povos tidos como civilizados. Para Alda Heizer e Margarida de Souza Neves, “o ser civilizado” era entendido como sinônimo de estar mais de acordo com o modelo e com as necessidades dos grandes centros do mundo. Após a década de 1870, não era só a Inglaterra e França que serviam como modelos, mas também a Alemanha, Bélgica, Japão e Estados Unidos, que apesar de ser um país “jovem”, soubera acompanhar o ritmo acelerado do progresso⁴³.

A concepção de “civilização” aproximava-se da de “progresso”, traduzida pelo desenvolvimento material, amalgamando ambas. No Brasil, entretanto, o termo “progresso”, tal como concebido pela elite política então formada sobremaneira pelo bacharelismo, ainda não havia se tornado independente da ideia de civilização, mantendo-se, assim, estreitamente vinculado a ela. Com efeito, o emprego do termo abrangia o campo de significações ligadas à ideia de civilização, entre as quais se encontravam as dimensões morais, comportamental, cultural, estética, político-social e material⁴⁴. Com a incorporação da ideia de progresso pelos engenheiros enquanto desenvolvimento da técnica o termo se redimensionou. Até então subsumido à ideia de civilização, o “progresso” se autonomizou e tornou-se o “ideal maior, a meta a ser atingida tendo como corolário o desenvolvimento da civilização.”⁴⁵.

⁴¹ FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. *Fênix*. Uberlândia, v. 4, a. 4, n. 3, p. 8.

⁴² KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 81.

⁴³ NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 2004, p. 16.

⁴⁴ AZEVEDO, André Nunes. *Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 101.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 122.

O ideal de progresso traduzia-se nos projetos de obras de melhoramentos urbanos, que desde as últimas décadas do século XIX, transformavam a capital do país em um grande canteiro de obras. Conforme assinalado por Maria Inez Turazzi, o termo “melhoramento” é uma das expressões mais reveladoras das convicções ideológicas que alicerçaram o projeto de construção da nação pela elite brasileira: expressava “uma convicção inabalável no progresso, o substantivo e quase todas as suas adjetivações referiam-se, direta ou indiretamente, às obras públicas e ao trabalho de engenheiros, arquitetos, cientistas e industriais.”⁴⁶

Comungando as ideias correntes em sua época, Araújo Viana imbricou-se em empreendimentos vinculados à rubrica dos melhoramentos urbanos, tal como seus colegas de curso, como Paulo de Frontin, Vieira Souto, Francisco Bicalho e Carlos Sampaio, que se destacaram sobremaneira pela participação em projetos de obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, a partir de 1875. Depois de formado, foi nomeado pelo presidente do Rio de Janeiro para o cargo de engenheiro interino das obras da mesma província, em substituição ao engenheiro Amélio Pralon. Após a reorganização da Inspetoria de Terras e Colonização, ainda no Império, entrou para o quadro pessoal dessa repartição. Em 1876, foi convidado a tomar parte na comissão organizadora da Exposição Nacional do Brasil, em Pernambuco, acedendo ao convite. Mais adiante, em 1894, chefiou a comissão de saneamento da cidade de Valença. Sobre esta incursão, Araújo Viana conta:

Em virtude de resolução unânime da Câmara Municipal, em sessão de 16 de agosto último, fui encarregado da organização dos Planos para o saneamento da Cidade de Valença, na parte que diz respeito à engenharia sanitária; e, ao mesmo tempo, do levantamento da Carta Cadastral da Área Urbana do Patrimônio da Municipalidade e feitura do respectivo Cadastro Territorial.

Efetivamente, em 30 do referido mês, dei princípio as operações sobre o terreno, que as conclui em janeiro do corrente ano.

Em cumprimento das instruções que me foram estipuladas em compromisso assinado a 31 de agosto, apresento a V. Ex. a MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DOS PLANOS PARA O SANEAMENTO, orçamentos e também os desenhos de todos os projetos e acessórios a que me refiro nessa memória.

Nos projetos para o saneamento auxiliou-me o meu parente e particular amigo, o distinto profissional Dr. Candido de Araújo Viana Figueiredo, digno engenheiro civil, e especialmente encarregado do projeto do novo abastecimento das águas, em cujos serviços sempre primou pelo escrupulo, pelo rigor e pela máxima probidade científica. Não poderei esquecer os nomes dos auxiliares do levantamento da Carta Cadastral, os srs. Antonio Felisberto de Oliveira, Augusto Pinheiro e Afonso Mariano Alvares que também me coadjuvaram.

A MEMÓRIA JUSTIFICATIVA foi escrita dentro de um prazo fatal de quatro meses, no qual tive inúmeras vezes de explorar o terreno e as águas; estudar as regiões; observar; fiscalizar e dirigir os trabalhos topográficos das turmas.

⁴⁶ TURAZZI, Maria Inez. A exposição de obras públicas de 1875 e os “produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 148-149.

Ao Sr. Lucio Martins Esteves, o ilustrado vereador distrital de Valença, que primeiro me convidou a entender-me com V. Ex. sobre os planos para o Saneamento da Cidade de Valença, que julgava imprescindíveis; a V. Ex. que deles me incumbiu, em vista da aludida deliberação da Câmara Municipal, e aos ilustres membros desta corporação, dou pleno testemunho do meu reconhecimento pela confiança em mim depositada.

Não será a MEMÓRIA JUSTIFICATIVA um trabalho talvez completo como fora para desejar, mas é resultado de esforços leais e de boa vontade para corresponder aos intuitos patrióticos de V. Ex. e da Municipalidade que almejam o bem estar e a prosperidade de Valença.

Ernesto da Cunha de Araújo Viana.

Valença, 14 de fevereiro de 1894⁴⁷.

Uma questão central a ser destacada no processo de formação da identidade dos engenheiros enquanto intelectuais⁴⁸ é o papel desempenhado pela instituição escolar e pelas agremiações profissionais as quais se filiavam. Dentre essas associações de classe, podem ser destacadas o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia, agremiações as quais Araújo Viana se vinculou.

O Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), fundado oficialmente em 11 de setembro de 1862, foi, segundo Pedro Marinho, concebido por nomes atuantes no governo imperial como “um importante instrumento de legitimação do saber, fazendo parte de um conjunto de instâncias formais de ‘consagração’ dos engenheiros-intelectuais da segunda metade do século XIX”⁴⁹. As reuniões do IPB ocorriam sempre às quintas-feiras, no horário de 18:30 às 20h, em salas cedidas pela direção da antiga Escola Central⁵⁰. O Instituto teve duração de 60 anos. Conforme dados levantados por Marinho, há informações de que o IPB tenha sobrevivido precariamente até meados da década de 1920⁵¹.

⁴⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Saneamento de Valença*: memória justificativa dos planos apresentados à Câmara Municipal de Valença (Estado do Rio). Rio de Janeiro: Tipografia Mont’Alverne, 1894.

⁴⁸ Segundo Antonio Gramsci, os limites máximos da acepção “intelectual” não devem ser buscados no que é intrínseco às atividades intelectuais, mas, sim, “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. Assim, os intelectuais situam-se social e historicamente a partir das conexões que estabelecem com grupos fundamentais, que exercem domínio ou domínio direito – neste caso, expresso pelo Estado e pelo governo jurídico –, atuando como “comissários” do grupo dominante, conferindo consenso, legitimidade e meios de persuasão a determinados programas políticos e sociais. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 7-11, *passim*.

⁴⁹ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 65.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem, p. 93.

A fim de se diferenciar das demais agremiações da época, os fundadores do IPB limitavam o acesso ao Instituto “àqueles que compartilhavam do estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da engenharia, e das artes acessórias”⁵². O IPB reunia, portanto, engenheiros civis e militares em torno do objetivo comum de criar espaços que possibilitassem uma maior capacidade de intervenção e legitimação de suas aspirações em ocupar posições de destaque. Alguns de seus membros, inclusive alguns de seus fundadores, participavam também de outras entidades, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e o IHGB, entre outras⁵³. Os manifestos, memórias e opúsculos da agremiação eram divulgados em seu principal veículo de comunicação: a *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro*; hoje tida como uma importante fonte para o estudo da engenharia, engenheiros e temas correlatos do século XIX brasileiro.

Nas sessões do Instituto Politécnico Brasileiro, eram ofertadas assinaturas da *Revista dos Construtores*, periódico que Araújo Viana passaria a redigir a partir de 1886. Alguns dos trabalhos apresentados no IPB foram, inclusive, publicados posteriormente pelo referido periódico, como as conferências presididas pelo arquiteto Luiz Schreiner sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, em sessão de 3 de novembro de 1886, e do engenheiro Rodolpho Páo Brasil realizada em 5 de dezembro de 1888 sobre arte gótica no Brasil e em Portugal.

O Clube de Engenharia, por sua vez, foi fundado na última década da monarquia, em 24 de dezembro de 1880. O Clube era associação civil que reunia engenheiros e empresários relacionados às grandes obras públicas⁵⁴. Estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, teve como primeira sede o sobrado da loja Niemeyer, localizado na Rua do Ouvidor, nº 6. Segundo Sérgio Lamarão e Sérgio Montalvão, dentre os sócios fundadores, a figura de maior destaque da agremiação foi o engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, tesoureiro do Clube por 40 anos⁵⁵, a quem Araújo Viana chegou a auxiliar na Diretoria de Obras Públicas da Província do Rio de

⁵² MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 69.

⁵³ Idem.

⁵⁴ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 179.

⁵⁵ LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Clube de Engenharia. FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-de-engenharia>> Acesso em 28 jan. 2019.

Janeiro⁵⁶. A instituição contava com duas publicações: o *Boletim Informativo*, de periodicidade mensal, e a *Revista do Clube de Engenharia*, trimestral, publicada desde 1887.

O Clube surgiu em uma conjuntura de desestabilização da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Criada sob os auspícios do Império, a SAIN viu seu prestígio mitigar juntamente com monarquia brasileira. Segundo Vania Maria Cury, durante a década de 1880, a Sociedade “esteve ausente das principais discussões que agitaram o cenário político e ideológico, nos planos nacional e regional, e foi incapaz de formular propostas diante das transformações que estavam acontecendo”⁵⁷. O declínio da SAIN, marcado por ambiguidades e controvérsias, abriu espaço para que novas instituições congêneres surgissem. Contudo, apesar das semelhanças que possam ser identificadas entre a Sociedade e o Clube, particularmente no que se refere à defesa da “indústria nacional”, “a especificidade do Clube de Engenharia reside exatamente na sua configuração profissional, traço de distinção que lhe foi fundamental”⁵⁸.

Conforme assinalado por Cezar Honorato, o conagraçamento entre engenheiros e industriais, refletido na fala de Silva Coutinho, deu-se especialmente pela mobilização de ambas as categorias na “busca de soluções não só relativas aos problemas específicos de suas atividades, mas também relacionadas à modernização brasileira”⁵⁹. Ainda de acordo com Honorato, não é difícil compreender a ligação “umbilical” entre engenheiros e industriais, pois os primeiros compunham os quadros técnicos das organizações, intermediários entre o proprietário e os mestres e trabalhadores. Tal função, continua o autor, não era apenas técnica, fazia parte de “um longo processo histórico-social no bojo do qual evoluíam as técnicas, a ciência e as próprias organizações”⁶⁰.

O Clube de Engenharia surgiu com a preocupação de se tornar um centro de referência não apenas para assuntos mais específicos da profissão dos engenheiros, mas, sobretudo, para as candentes questões nacionais. Ainda em seus primeiros anos, foram propostos e levados a

⁵⁶ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 109 [conferência realizada em 1914].

⁵⁷ CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin, 1903-1933*. 2000. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p. 94.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ HONORATO, Cezar Teixeira (Coord.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Venosa Design, 1996, p. 31.

⁶⁰ Idem.

efeito congressos que traziam à baila diversos assuntos considerados pertinentes para modernizar o país. A agremiação se tornava, assim, uma espécie de fórum de discussões onde eram debatidas desde questões essencialmente técnicas até os problemas, como as epidemias, que assolavam não só a Corte, mas também outras cidades e províncias do país. Ao contrário de sua congênere, o Instituto Politécnico, que viu seu prestígio minguar juntamente com o Império, o Clube de Engenharia consolidou-se com o alvorecer republicano. No novo regime, imbricou-se nos debates em torno da remodelação da capital, sem perder de vista o interesse pelo desenvolvimento industrial e o avanço científico da época.

Tal como seus pares de profissão, Araújo Viana integrou ambas as instituições. Mas durante a análise de fontes nos deparamos com uma divergência de informações. Nos dados levantados por Pedro Marinho, o nome de Ernesto da Cunha de Araújo Viana aparece entre o de outros sócios fundadores do Clube de Engenharia⁶¹. Ao consultar a ficha de sócio do engenheiro junto ao Clube, porém, verificamos que a efetivação de Viana se deu em 1 de março de 1904, tendo sua associação proposta por Frederico Augusto Liberalli em 15 de fevereiro do mesmo ano. Com isso, concluímos que o ingresso do engenheiro no Clube de Engenharia ocorreu mais de 20 anos após a fundação da agremiação.

Além das instituições referidas, tidas como as principais entidades de classe dos engenheiros brasileiros daquele período, Araújo Viana integrou também outras associações, inclusive estrangeiras, não concernentes apenas à engenharia, mas também à arquitetura, dentre outras, como a Sociedade de Geografia de Lisboa⁶². Algumas delas apareciam em anúncios publicados em jornais da época, como este veiculado pelo jornal *O Diário do Comércio*, em 2 de fevereiro de 1892:

ERNESTO DE ARAÚJO VIANA: engenheiro e arquiteto, sócio efetivo da Real Associação dos Arquitetos Civis de Lisboa, membro estrangeiro da Associação Francesa de Higiene de Paris, membro do Congresso Internacional de Engenheiros e Arquitetos de Palermo (Itália), etc. Encarrega-se da organização de planos de arquitetura e de sua execução, toma empreitadas de construções de prédios no Rio de Janeiro ou Petrópolis⁶³.

⁶¹ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 368 e 386.

⁶² Elogio fúnebre de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 87, v. 141, 1921, p. 522.

⁶³ Arquitetura e construções. *Diário do Comércio*. Rio de Janeiro: 2 fev. 1892, p. 4.

Sobre sua vinculação à Real Associação dos Arquitetos Civis de Lisboa, a *Revista de Engenharia* deu notícia, conforme se vê abaixo:

Distinção científica. - O Dr. Ernesto da Cunha de Araújo Viana, diretor da *Revista dos Construtores* e engenheiro interino da municipalidade, acaba de receber da Europa o diploma de sócio feito da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos de Lisboa, e bem assim a insígnia que só os sócios desta categoria podem usar. O diploma está assinado pelo arquiteto português Sr. Possidonio da Silva, como presidente; e pelos Srs. Visconde de Castilho, secretário de arquitetura, e Visconde de Albuquerque, secretário de arqueologia⁶⁴.

Apesar de ter integrado o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia, Araújo Viana não fazia parte deste grupo de engenheiros, que tinham em comum, além da formação, a atuação institucional por meio da segunda agremiação⁶⁵. Sua trajetória diferiu, portanto, da de alguns colegas de formação, como Paulo de Frontin e Francisco Bicalho, por exemplo, que realizaram as intervenções no traço urbanístico do Rio de Janeiro no tempo da reforma de Pereira Passos, integrando o grupo dirigente do mesmo Clube. Ao contrário, por essa época direcionou suas atividades principalmente para o magistério, tendo atuado como professor da cadeira de Agronomia da Escola Normal Livre do Rio de Janeiro⁶⁶ e na imprensa.

O prestígio adquirido por Araújo Viana, a reverência e autoridade conferida por sua ascendência e formação profissional indicam a força que possuía no campo intelectual em que estava inserido. Segundo Pierre Bourdieu, o campo intelectual é um sistema constituído por posições pré-determinadas “abrangendo, assim como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedade (socialmente construídas) de um tipo determinado”⁶⁷. Ainda de acordo com o autor, compreender o campo intelectual como determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo de poder é imprescindível para que se possa “indagar não como tal escritor chegou a ser o que é, mas o que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do *habitus* socialmente construído”⁶⁸. Podemos observar, assim,

⁶⁴ Noticiário. *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro: a. 9, n. 156, 1887, p. 47.

⁶⁵ KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá, 2008, p. 69.

⁶⁶ Na memória justificativa dos planos apresentados para saneamento da cidade de Valença, Araújo Viana informava ser professor da cadeira de Agronomia. Carlos Kessel, por sua vez, indica que ele também deu aulas de História da Arte Nacional na Escola Normal da Prefeitura. Não há maiores informações quanto ao período e as disciplinas que lecionou na referida instituição.

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 190.

⁶⁸ Idem.

como esses indivíduos ocupam as posições que lhes são oferecidas por um determinado campo, bem como verificar suas tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições⁶⁹.

1.2 Engenharia, Arquitetura, higiene e prática das construções: a experiência à frente da *Revista dos Construtores* (1886-1895)

Como centro político e cultural do país, a cidade do Rio de Janeiro funcionou como um grande laboratório onde se experimentavam as transformações que anunciavam os novos tempos. O poder da urbe, frente às demais cidades do país, evidenciava-se sobremaneira pelo porte de sua imprensa e de seu parque editorial. Ainda que as dimensões da imprensa carioca fossem menores do que as da imprensa europeia e estadunidense, por exemplo, ela era capaz e responsável por irradiar para os rincões do Brasil as novidades do período.

Na segunda metade do século XIX, os jornais brasileiros assumiram uma nova configuração. Nas palavras de Marialva Barbosa “as letras impressas que se esparramavam há décadas pelas mais importantes cidades do país, criam, gradativamente, um público letrado. Os periódicos vivem a febre da modernização.”⁷⁰ Na capital, assim como em outras cidades mais abastadas do país, como São Paulo, crescia consideravelmente o número de tipografias, fazendo com que os jornais mais importantes da época introduzissem uma série de melhoramentos em suas oficinas com o intuito de produzir outros impressos. O Rio de Janeiro, por sua vez, cobria-se não apenas com os ecos dos jornais, como também com os das revistas, que disseminavam pelos quatro cantos o discurso da modernização. Na efervescência das letras durante o Império, cabia aos jornais a função de combate, a imprensa política, enquanto as revistas assumiam para si a reflexão temática aprofundada, a imprensa literária.

À medida em que o campo da engenharia se consolidava, surgia igualmente a necessidade de criação de espaços para o debate e a divulgação de novas experiências e aplicações. Desta forma, tal como as organizações de classe, as revistas técnicas serviram como um instrumento privilegiado para difundir as práticas e os trabalhos dos engenheiros, e

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 190.

⁷⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 117.

consolidá-los enquanto grupo intelectual que pensava a cidade e formulava projetos a fim equacionar os problemas de seu tempo.

Na percepção dos homens de ciência da segunda metade do século XIX, urgia a necessidade de difundir os preceitos científicos; isto é, tornar a ciência ao alcance de todos. Segundo Kaori Kodama, “a fórmula ao ‘alcance de todos’ tornava-se um rótulo e um modelo de comunicação da ciência a um público amplo”⁷¹. Para tanto, passou-se a tratar temas científicos como notícia. A “popularização da ciência” no Brasil se deu em um contexto marcado por debates acalorados, relativos a questões tais como abolicionismo e republicanismo, além de proposições de reformas sociais, e do surgimento de novos grupos intelectuais que valorizavam o pensamento científico. Aliado a isso, encontrava-se o crescimento da imprensa, assim como a criação novas instituições e associações científicas; tudo isso, enfim, ajudou a repercutir os textos de seus “vulgarizadores”⁷². Em última análise, para cientificistas do século XIX, a “vulgarização científica” “designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos”⁷³.

Forma de publicação novidosa no periodismo brasileiro, a *revista* foi frequentemente produzida em formato de jornal, *in folio*, dificultando sua singularização na imprensa. Tal como o uso indiscriminado da forma, o emprego ambíguo de sua nomenclatura, oscilando entre jornal e revista, também gerou equívocos quanto a sua concepção e definição. Conforme observado por Ana Luiza Martins, “a formulação do que vinha a ser uma revista, na concepção de seus próprios mentores – proprietário, editores, redatores, colaboradores – reforçava as dúvidas de entendimento”⁷⁴. Com o intuito de exaltar sua publicação, era comum que o fundador de um jornaleco o anunciasse como revista a fim de valorizar o empreendimento. Portanto, “a emergência de uma imprensa mais competitiva e a divisão de competências entre o jornalista e o literato conferiam à revista um texto mais elaborado, outro cuidado gráfico, eventualmente melhor faturada”⁷⁵, conferindo-lhe, assim, “superioridade” frente ao jornal.

⁷¹ KODAMA, Kaori. Tornar a ciência popular Figuiet nos jornais e revistas do Brasil (1850-1870). *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, dez. 2018, p. 603.

⁷² *Ibidem*, p. 604.

⁷³ VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo «vulgarização científica» no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 2, 2008, p. 137.

⁷⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008, p. 69.

⁷⁵ *Idem*.

Ainda que a *Revista do Instituto Politécnico* e a *Revista do Clube de Engenharia* representem os veículos mais importantes no campo da engenharia, existem outras fontes para o estudo do tema, como é o caso da *Revista dos Construtores*. Embora seja pouco conhecida, a *Revista dos Construtores* foi, no período da sua veiculação, um canal importante para divulgação dos projetos sugeridos para as obras de reformas que se pretendiam impetrar. Prova disso era a referência que a *Revista do Clube de Engenharia* fazia em seu primeiro número, publicado em 1887:

Não é pois supérfluo o seu aparecimento [da *Revista do Clube de Engenharia*] pelo fato de já existirem as *Revistas de Engenharia*, de *Estradas de Ferro*, e dos *Construtores*, revistas habilmente redigidas, cada uma das quais poderia em tese bastar para o desenvolvimento da nossa classe; mas que como empresas industriais não satisfazem nem poderiam satisfazer as necessidades do Clube. É de esperar, pois, que convictos desta verdade também os ilustrados colegas, proprietários e redatores daquelas revistas, recebem a do Clube com o mesmo benévolo acolhimento de confraternização, que deve unir a todos, que tenham por divisa a que também adotamos: «O engrandecimento da pátria e do trabalho.»⁷⁶

Publicada no Rio de Janeiro nos anos de 1886, 1888, 1889 e 1895⁷⁷, por meio de assinaturas⁷⁸, o periódico contava com a direção e a redação de Ernesto da Cunha de Araújo Viana e com a gerência de Eduardo Augusto de Araújo Viana⁷⁹, que assinava como “Eduardo Viana” e se encarregava da parte financeira do periódico, sendo a ele dirigidas as correspondências relativas à assinaturas e anúncios.

⁷⁶ BETIM, Pedro [Betim Paes Leme]; MARIA DE CARVALHO, Manoel; PAULO DE FRONTIN, André Gustavo. *Revista do Clube de Engenharia. Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: ano I, vol. I, 1887, p. 2.

⁷⁷ A *Revista dos Construtores* tinha periodicidade mensal e foi editada em 1886, 1888, 1889 e em 1895, não tendo sido localizadas edições posteriores a esse último ano.

⁷⁸ Cobrava-se o pagamento adiantado de 12\$000 por ano passa assinantes da Corte e 14\$000 para os das demais províncias. As assinaturas e anúncios eram recebidos em dias úteis, do meio dia às 15h, na tipografia Mont’Alverne, situada no Largo da Carioca, n. 3. Cf. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 1886, *passim*.

⁷⁹ Não se sabe ao certo o grau de parentesco entre Eduardo Augusto de Araújo Viana e Ernesto da Cunha de Araújo Viana. Sobre Eduardo Augusto, foram encontradas pouquíssimas informações. Seu nome aparece arrolado ao lado de outras personalidades como Despachante Geral da Alfândega do Rio de Janeiro [Cf. *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador de 1898*. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, a. 55, 1898, p. 135 (Obra estatística e de consulta, fundada em 1844, por Eduardo Von Laemmert; reformada e organizada por Arthur Sauer, diretor da Companhia Tipográfica do Brasil)]. Já no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1867, o nome de Eduardo Augusto aparece na seguinte notícia: “Ministério do Império - Por decretos de 23 de novembro corrente: fez-se mercê do título de barão de Bujari ao coronel Antonio Francisco Pereira; e de foro de moço fidalgo com exercício na casa imperial a Candido Jose de Araujo Viana Junior, Eduardo Augusto de Araujo Viana e Candido de Araújo Viana” (Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 25 nov. 1867, p. 2).

Sobre o papel que a *Revista dos Construtores* viria a ocupar ao lado de outras publicações técnicas, Araújo Viana informava:

Não é certamente a nossa *Revista* o único jornal técnico que se publica no Rio de Janeiro, existem: a *Revista de Engenharia* e a das *Estradas de Ferro*, dirigidas por distintos profissionais, e além destas há a do Instituto Politécnico, que é publicação oficial desta associação. A *Revista dos Construtores* tem por programa, uma especialidade que de nenhum modo poderá prejudicar o de outros órgãos do jornalismo técnico, pelo contrário ela aparece animada no exemplo de suas coirmãs: será um jornal de arquitetura, de engenharia no que for estritamente do domínio da arte de construir, e de higiene da construção, matéria que reclama sério estudo, muita atenção dos profissionais e dos poderes públicos⁸⁰.

A publicação contava ainda com o patrocínio do imperador D. Pedro II, como Viana confidenciou no curso que ministrou no IHGB em 1915. Em sua preleção, disse:

Durante uma fase progressista da Arquitetura, no Rio de Janeiro, me animei a publicar uma revista mensal – *Revista dos Construtores*, particularizada a Arquitetura civil. Lutei naturalmente com dificuldade para ilustrar o texto, sendo obrigado a empregar xilografia e litografia, por preços elevados. Iniciei a propaganda com abundante colaboração patriótica. Publicaram-se trabalhos originais. Pois bem, se consegui fazer sair, de 1886 a 1889, a *Revista dos Construtores*, sem grande ônus material para mim, foi devido ao auxílio todo espontâneo, que recebi do imperador. Sua Majestade mandava pela tesouraria particular de sua Imperial Casa, diretamente à tipografia, sem eu saber, os recursos para serem pagas as despesas da impressão. Do fato só me inteirava o sr. Augusto Mont’Alverne, proprietário do estabelecimento, depois de acusar o recebimento dos donativos. O Imperador, quando lhe aparecia para agradecer, se limitava a me aconselhar que trabalhasse e não desanimasse. Sua Majestade, portanto, interessava-se também pela Arquitetura⁸¹.

Em outra ocasião, Araújo Viana deu mais detalhes de sua incursão na imprensa como diretor e redator, além de se referir ao auxílio recebido pelo Imperador:

Em 1886, animei-me a publicar a revista mensal *Revista dos Construtores*, particularizada a arquitetura civil e a higiene dos edifícios. Lutei com dificuldades para ilustrar o texto, sendo obrigado à xilografia e litografia. Iniciei propaganda com patriótica colaboração. Publicaram-se trabalhos originais. A grata consciência me obriga a lembrar (passados 28 anos) que, se cheguei a fazer sair durante três anos a *Revista dos Construtores*, sem grande ônus material para mim, foi devido ao auxílio, todo espontâneo, que recebi do Imperador. Sua Majestade mandava, pela Tesouraria particular de sua Imperial Casa, diretamente à tipografia, recursos para serem pagas as despesas de impressão. E eu só era sabedor disso quando o dono da tipografia, o finado Augusto Mont’Alverne, me inteirava do ato. O imperador, logo que eu lhe aparecia para agradecer, limitava-se a estas palavras: “Trabalhe e não desanime”.

⁸⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Revista dos Construtores*. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 6 fev. 1886, p. 1.

⁸¹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 589.

Depois de 1889 suspendi a publicação; a receita não cobria as despesas...
 Em 1890, quando se promulgou a reforma radical do ensino das Belas Artes, dando-se organização especial ao Curso de Arquitetura, tentei segunda fase para a Revista, mas... não passei do terceiro número.
 Ensaiei, posteriormente, a *Revista Técnica*, coadjuvado por Ennes de Sousa, que como diretor da Casa da Moeda, me facilitava a impressão. Ainda assim, o meio e os tempos não permitiram tais cometimentos. Esmoreci mais uma vez⁸².

A proximidade com o monarca brasileiro pode ser corroborada em carta que lhe foi enviada por Araújo Viana, na qual informava sobre um invento de sua autoria, que pretendia dedicar ao Imperador. Na carta, lia-se o seguinte:

A sua Majestade, o Imperador

Meu Senhor,

Dos trabalhos a que me tenho entregue, resultou inventar um instrumento com a intensão de tornar mais científico e menos vulgar o processo que usou o Sr. Gaiffe, em França, para nivelamentos rápidos e de pequenas porções de terreno.

Embora seja o aparelho de uma simplicidade extrema, todavia como pertence ele a um brasileiro que procura ser útil à sua pátria, peço vênia para dedicá-lo à V. M. I., como aquele que em nosso país mais interessa pelos progressos científicos, não só animando como também protegendo, na qualidade de soberano e sábio.

Se não fossem essas as razões, bastaria a de pertencer eu a uma família que tem como religiosa obrigação ser grata à V. M. I.

Digne V. M. I. de aceitar com benevolência o meu pequeno trabalho.

Beijo as mãos de V. M. I.

O súdito fiel e grato

Ernesto da Cunha de Araújo Viana⁸³.

É imperioso lembrarmos que o Marquês de Sapucaí foi professor de D. Pedro II, quando este ainda era herdeiro do trono. Ademais, é sabido dizer que Cândido José de Araújo Viana foi “amigo, mestre e conselheiro sempre ouvido pelo monarca”. Consideramos, portanto, que família de Araújo Viana era leal à família imperial; daí ter ela como “religiosa obrigação” demonstrar gratidão ao Imperador. Não obstante, cabe destacar também que, ainda que tenha demonstrado apreço à figura do Imperador e de outros membros da monarquia, Viana nunca explicitou em seus textos ser “monarquista”. Nos documentos analisados, não há uma defesa explícita do regime. Por outro lado, as referências ao Imperador reforçam a tese de que Araújo Viana valia-se de sua posição para adquirir prestígio, ainda que expressas no período

⁸² VIANA, Ernesto da Cunha de Araujo. A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 109 [conferência realizada em 1914].

⁸³ VIANA, Ernesto da Cunha de Araujo. *Carta a D. Pedro II, falando de seu invento - um instrumento para nivelar terreno*. [S.l.: s.n.]. 2 f., Original. Localização: Manuscritos - I-35,08,036 [Biblioteca Nacional].

republicano. O Instituto Histórico e Biblioteca Nacional, afinal, foram instituições cujo alvorecer remonta ao Império, tendo na figura de D. Pedro II seu maior fiador. O Imperador, ao que parece, também foi a principal fonte de fomento para o empreendimento de Araújo Viana. Não à toa, como ele próprio referiu, depois de 1890 a receita não cobria mais as despesas; e as experiências após a Proclamação da República não foram tão exitosas quanto os três primeiros anos à frente da *Revista dos Construtores*.

Com relação à *Revista Técnica*⁸⁴, a qual Araújo Viana aludiu como um intento posterior à experiência da *Revista dos Construtores*, ao que tudo indica, possuiu apenas um único número, publicado em fevereiro de 1893. Seria uma publicação mensal e ilustrada, tal como a *Revista dos Construtores*, com algumas diferenças em seu eixo temático: arquitetura, engenharia civil, agronomia e ciências acessórias. Possuía apresentação gráfica similar à da *Revista dos Construtores*, com suas páginas divididas em duas colunas. Araújo Viana contava com a colaboração de Ennes de Souza, lente catedrático de metalurgia da Escola Politécnica e Diretor da Casa da Moeda, que também colaborou com a *Revista dos Construtores*. Sobre o a criação da *Revista Técnica*, Viana relatou:

Fundei em 1886 a *Revista dos Construtores*, da qual existem três volumes ilustrados, correspondendo a três anos completos de publicação. Tratou ela especialmente de assuntos da arquitetura, da higiene e da prática das construções.

Por motivos independentes de minha vontade não prossegui nessa tarefa.

Sendo para lamentar que não exista atualmente no Rio de Janeiro uma revista em atividade se ocupando de todos os ramos da arquitetura, da engenharia civil, agronomia e ciências acessórias, onde fiquem arquivados escritos técnicos, originais brasileiros, e se publiquem em língua vernácula trabalhos interessantes do estrangeiro, início a *Revista Técnica* que procurará cumprir esta missão.

Seu programa tem, pois, grande latitude.

Espero que cesse de uma vez o indiferentismo.

Receberei com muito prazer artigos, notas, memórias e notícias de utilidade na nova revista.

Peço a meus colegas que remetam-me trabalhos originais, acompanhados de desenhos, correndo assim com valiosíssima colaboração⁸⁵.

Quanto à *Revista dos Construtores*, sua contracapa era destinada exclusivamente à publicação de anúncios que os engenheiros, construtores empresários, industriais e mestres de obras do país ou do estrangeiro, se dignassem a mandar publicar mediante “módico

⁸⁴ Assim como a *Revista dos Construtores*, a *Revista Técnica* seria mantida por meio de assinaturas anuais. O valor da alíquota era de 20\$000. Conforme informado na capa do periódico, toda a correspondência e permutas deveriam ser dirigidas para rua do Ipiranga n. 23, residência do diretor (o próprio Araújo Viana).

⁸⁵ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Revista Técnica*, Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 1893, p. 1.

pagamento”⁸⁶. Em seu primeiro número, Araújo Viana contou que a ideia de fundar um jornal “destinado aqueles que se dedicam à arte de construir, seguindo no mesmo jornal o plano adotado por outras publicações congêneres da Europa ou da América”⁸⁷ surgiu quando ainda exercia o cargo de engenheiro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Os objetivos do periódico eram assim definidos por seu diretor e redator:

A *Revista* se ocupará não só dos temas relativos à ciência das construções como também das questões práticas respectivas, e apresentará o resultado dos trabalhos projetados ou executados, no Brasil, em matéria de construção civil. As suas colunas são franqueadas ao estudo e à discussão de assuntos que interessem exclusivamente ao seu programa e portanto muito espera da colaboração dos Srs. engenheiros e construtores.⁸⁸

A imprensa carioca do período recepcionou com animação o surgimento do novo periódico, evidenciando a importância da *Revista* à época. Entre os veículos que o saudaram estavam o *Jornal do Commercio*, *Diario do Brazil*, *O Paiz*, *Semana*, *Gazeta de Notícias*, *Revista de Engenharia* e *Revista Estrada de Ferro*. A repercussão do surgimento da *Revista dos Construtores* foi transcrita na seção “Expediente”, de seu segundo número, publicado em 6 de março de 1886, conforme se lê abaixo:

Lê-se na gazetilha do *Jornal do Commercio* de 12 de fevereiro de 1885:
«O Sr. Engenheiro Ernesto da Cunha de Araujo Viana, empreendeu a publicação mensal de uma Revista dos Construtores de que temos à vista o primeiro número.

Quem refletir quanto atrasada está entre nós a ciência arquitetônica, tanto pelo lado da beleza como da higiene, saudará com jubilo esta revista, desejando que preencha ela os fins para que foi criada.»

No *Diario do Brazil* da mesma data:
«BIBLIOGRAFIA. – Recebemos a Revista dos Construtores, importantíssimo jornal, que se publicará mensalmente sob a redação e direção do ilustrado engenheiro Sr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana.

Dedicando-se aos interesses da moderna engenharia, a *Revista dos Construtores* tem no seu ilustrado redator, a mais segura garantia do futuro próspero que lhe desejamos.»

No *Boletim d’O Paiz* de 13 do mesmo:
Revista dos Construtores, publicação mensal dirigida pelo engenheiro Ernesto da Cunha de Araujo Viana. Periódico de muita utilidade, que vem preencher uma lacuna em nossa imprensa espacial e técnica, a qual conta numerosos e importantes órgãos de publicidade em diversos ramos da ciência, indústrias, artes e profissões. A Revista dos Construtores propõe-se a tratar de todos os assuntos que dizem respeito à engenharia, arquitetura, higiene e prática das construções civis. O

⁸⁶ *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 1886, *passim*.

⁸⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 6 fev. 1886, p. 1

⁸⁸ *Idem*.

número que temos à vista contém numerosos e bem elaborados escritos sobre estas especialidades.

Na *Semana* da mesma data:

Sob a direção e redação do ilustre engenheiro E. C. de Araujo Viana, acaba de aparecer nesta corte um jornal intitulado *Revista dos Construtores*.

Como se vê do seu título, a *Revista dos Construtores* se ocupará simplesmente com os temas relativos à ciência das construções, com as questões práticas e apresentará o resultado dos trabalhos projetados ou executados no Brasil, em matéria construção civil.

As suas colunas, diz o nosso colega, estão franqueadas ao estudo e à discussão de assuntos que interessem exclusivamente ao seu programa e por tanto muito espera da colaboração dos Sr. engenheiros e construtores.

A julgar por este número, onde há vários e bem lançados artigos, a *Revista dos Construtores* que (usemos da *chapa*) veio preencher uma lacuna do jornalismo nacional, promete ser, já pela elevação com que encara os seus assuntos, já pela lucidez com que deles trata, em artigos habilmente feitos, uma das mais importantes revistas consagradas, como a *Revista de Engenharia*, ao movimento científico do nosso país.

Ao seu digno e ilustrado redator enviamos os nossos sinceros cumprimentos, desejando a *Revista dos Construtores*, além de uma vida longa e luminosíssima, todas as prosperidades de que é merecedora.

No registro das entradas da *Gazeta de Notícias* de 14 de Fevereiro:

Revista de Construtores – Começou a ser publicada, sob este título, uma excelente revista dirigida pelo engenheiro E. C. de Araujo Viana. A publicação é mensal e cada número da revista tem doze páginas.

Apesar do título ser restrito, a revista declara que se ocupará, não só dos temas relativos à ciência das construções como também das questões práticas respectivas, e apresentará o resultado dos trabalhos projetados ou executados no Brasil, em matéria de construção civil. E, mais: as suas colunas estão franqueadas ao estudo e à discussão de assuntos que interessem exclusivamente ao seu programa, programa que é largo e de real utilidade.

A revista, se desempenhar os bons intuitos do seu diretor, o que acreditamos, será uma publicação não somente útil, mas oferecerá indispensável leitura para todos os profissionais - (Transcreve em seguida o sumário).

Na seção bibliográfica da *Revista de Engenharia* da mesma data:

Revista dos Construtores – Ano I, N. 1, 6 de fevereiro de 1886. – Publicação sob a direção e redação do engenheiro E. C. de Araujo Viana. Ocupar-se-á não só dos temas relativos à ciência das construções como também das questões práticas respectivas, e apresentarão resultado dos trabalhos projetados ou executados no Brasil em matéria de construção civil. A *Revista dos Construtores* propõe-se ser um jornal de arquitetura, de engenharia no que for estritamente do domínio da arte de construir e de higiene de construção.

Neste primeiro número deparamos muitos artigos de bastante interesse e que dão favorável ideia da publicação. Saudando, pois, a aparição do novo colaborador da imprensa técnica, desejamos-lhe vida longa e próspera.

Lê-se no folhetim (Microcosmo) do *Jornal do Commercio* de 21 corrente:

Não há muito tempo deu-se aqui notícia da aparição do primeiro número de útil revista, a do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, e agora – ainda bem! – sei que começa outra, e não menos interessante e proveitosa; quero falar da *Revista dos Construtores*.

Vai ocupar-se a nova publicação – não só das teorias relativas à ciência das construções como também das questões práticas, e apresentará o resultado dos trabalhos de construção civil planejados ou executados no Brasil. Faça-o e prestará bom serviço.

Confessamos que, salvo honrosas exceções, muito se está construindo nesta cidade e suas cercanias. A força costumeira e o mau gosto, reforçados pela sordidez dos edificadores de casinhas baratas, tem feito dos *chalets* para abastados umas esquisitices

arquitetônicas e das habitações dos pobres uns barraquinhos sem luz e ar suficientes. Bom será, portanto, que para a nascente publicação deem olhos não só os Srs. engenheiros, mas principalmente os mestres de obras e mesmo os capitalistas que se atiram a construção de prédios. Se aprenderem que pretensioso não é sinônimo de elegante e que a arte pode com um dos seus reflexos sobredeirar o mais humilde tugúrio, já não pequeno terá sido o benefício colhido.

Existiam e continuam a publicar-se aqui no Rio uma *Revista de Engenharia*, outra do *Instituto Politécnico*, e ainda terceira de *Estradas de Ferro*. Mas que tem isso? A última, pela especialidade que se dedica e as primeiras pela vastidão de assuntos de que tratam, não podem agitar assuntos concernentes à arte de construir com minuciosidade que aproveite a profissionais. A divisão das especialidades, se necessária se torna em ciências cujas secções tenham tomado notável desenvolvimento, por maioria de razão deve ser observada nesse conglomerado científico, que se diz a engenharia moderna. Assim é que nos outros países cada revista escolhe uma das províncias da arte do engenheiro e dela faz exclusivo objeto de suas indagações. Debalde se procurarão, por exemplo, no *Portefeuille économique des machines* os artigos das *Nouvelles annales de la construction*, e vice-versa. Não vem, portanto, a nova publicação desempenhar função que a outrem já estivesse sucumbida.

Missão toda especial é a sua, e oxalá tão bem a desempenhe como pressagia o primeiro número!

Na *Revista Estrada de Ferro*, de 27 de Fevereiro:

Revista dos Construtores – A imprensa técnica de um país é o estalão de seu desenvolvimento científico; por esse motivo, inspira-nos sempre verdadeiro entusiasmo o aparecimento de um novo periódico profissional.

A Revista dos Construtores, cujo primeiro número acabamos de receber, redigida pelo ilustrado engenheiro Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, promete desenvolver utilíssimo programa.

Há muito que divulgar em – arquitetura e construção -, campo ilustrado que fornece matéria para interessantes estudos.

A Revista de Estradas de Ferro saúda a nova companheira de trabalho, desejando-lhe próspero futuro.

- Recebemos e agradecemos a coleção de interessantes Revistas da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, com que nos obsequiou o digno Sr. 1º secretário da mesma associação⁸⁹.

Ao transcrever as palavras benevolentes e animadoras com as quais os periódicos se dignaram a receber a *Revista dos Construtores*, Araújo Viana revela novamente uma estratégia para reforçar seu prestígio. Os elogios dirigidos ao periódico demonstram que o seu diferencial era a abordagem sobre a arte das construções de forma intimamente ligada à ideia de higiene; isto é, o discurso propagandeado nas páginas da *Revista dos Construtores* mostrava que “ser moderno” era, antes de qualquer coisa, estar em conformidade com as máximas sanitárias daquele período.

Durante sua experiência frente ao periódico, Araújo Viana associou-se a alguns pares a fim de fundar uma nova associação. No entanto, não foram encontradas maiores informações a esse respeito, exceto pela notícia divulgada pela *Revista de Engenharia* acerca da nova entidade:

⁸⁹ Expediente. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 2, 6 mar. 1886, p. 14-16, *passim*.

Sociedade Central dos Engenheiros Construtores Civis do Brasil - Ficou constituída a 5 do corrente uma associação com este título, cujo fim é o estudo de todas as questões que se prendem à arquitetura e à construção civil no Império do Brasil, sob proposta dos engenheiros Drs. Araújo Viana e Ribeiro de Freitas em uma reunião de engenheiros e industriais na sala da redação da Revista dos Construtores.

Foi eleita uma diretoria provisória composta dos seguintes Srs: presidente, Dr. André Rebouças, lente da construção civil, na Escola Politécnica. vice-presidente, Dr. Ennes de Souza, lente de metalurgia da mesma escola; 1º secretário, Dr. Araújo Viana, diretor da Revista dos Construtores; 2º dito, engenheiro civil R. Ribeiro de Freitas, professor do Liceu de Artes e Ofícios; tesoureiro, Guilherme F. Röhe, construtor civil. Foi ainda eleita a comissão de redação dos estatutos, composta dos Srs.: Dr.

Lourenço Fieschi Lavagrino, arquiteto; Dr. Arno Ghieth, engenheiro civil; Antonio Ferreira da Rocha, arquiteto; Antonio Januzi, idem; Dr. Camillo J. Leite da Silva, engenheiro civil; Dr. Candido de Figueiredo, idem; e os membros da diretoria provisória.

O Dr. Araújo Viana põe graciosamente à disposição da Sociedade, as colunas da Revista dos Construtores, para a publicação de todos os trabalhos.

Ficou a diretoria autorizada a convidar por circulares a todos os engenheiros e construtores civis para fazerem parte da associação⁹⁰.

Nos compêndios analisados relativos aos anos de 1886, 1888 e 1889, assinaram artigos algumas das personalidades que colaboraram com o periódico⁹¹:

RELAÇÃO DE COLABORADORES DA REVISTA DOS CONSTRUTORES	
Aarão Leal de Carvalho Reis	No terceiro número da Revista dos Construtores, publicado em abril de 1886, publicou seu projeto de iluminação elétrica para a Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II e suas dependências, que fora apresentado em 1884 à respectiva diretoria.
Adolpho José Del-Vecchio	Engenheiro-diretor de obras do Ministério da Fazenda, autor do projeto do <i>château</i> edificado na Ilha Fiscal. Em junho de 1886, Araújo Viana assinou texto na seção “Monumento” sobre o projeto do edifício do posto fiscal da Alfândega do Rio de Janeiro. Em março de 1889, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou texto na seção “Arquitetura” sobre o projeto de restauração interna e externa da Capela Imperial e Catedral do Rio de Janeiro, para o qual Adolpho José Del-Vecchio havia sido encarregado. Em abril de 1889, a <i>Revista</i> publicou também na seção “Arquitetura” a notícia de inauguração do edifício do posto fiscal da alfândega do Rio de Janeiro. Em julho do mesmo ano, o nome de Adolpho José Del-Vecchio aparece na seção “Obras em andamento”, por conta da construção de um edifício na Praça do Comércio, erguido no centro da cidade, e cujas obras eram fiscalizadas por Del Vecchio, além das obras de restauração da Capela Imperial e de obras hidráulicas entre a ponta do Arsenal de Guerra e a Alfândega, também dirigidas por ele.
André Rebouças	Engenheiro e professor de Construção Civil na Escola Politécnica. Em abril de 1889, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou na seção de “Higiene Pública” uma comunicação de Rebouças dirigida à Sociedade Central de Imigração

⁹⁰ Noticiário. *Revista de Engenharia*. Rio de Janeiro: a. 7, n. 153, 1887, p. 11.

⁹¹ As informações compiladas no quadro foram extraídas de diferentes partes da *Revista dos Construtores*. O intuito aqui foi o de apresentar os membros dessa “rede de sociabilidades” que a *Revista* constituía.

	<p>sobre “drenagem profunda do Rio de Janeiro”. Em maio do mesmo ano, foi publicado o projeto de lei provincial para saneamento, construção e reconstrução das suas cidades. Em julho, Rebouças publicou texto na seção “Higiene Funerária”, sobre “imersão oceânica”. Em outubro de 1886, a <i>Revista</i> já havia publicado, na seção de “Higiene Pública”, lições sobre higiene funerária dadas na Escola Politécnica por André Rebouças. O texto publicado foi organizado a partir do programa da disciplina Construção Civil e pelos apontamentos tomados em aula pelo aluno Victor Maria da Silva, com revisão do próprio Rebouças. Em setembro de 1889, Rebouças publica novamente na seção de “Higiene Pública”. Desta vez, o texto tratava do saneamento de Nápoles, na Itália, e do Rio de Janeiro. Segundo Rebouças, a cidade de Nápoles tinha muitos pontos de contato com o Rio de Janeiro, principalmente nas condições higiênicas.</p>
Antonio Augusto Monteiro de Barros	<p>Engenheiro do governo junto à companhia <i>City Improvements</i>. Em abril de 1888, é publicado na seção “Higiene Pública” texto sobre questões relacionadas aos melhoramentos do sistema de esgoto do Rio de Janeiro ou sua reforma radical. Na opinião de Monteiro de Barros, era desnecessária a reforma radical do esgoto. Compartilhava a ideia de acertar medidas em execução tendentes a substituir trechos defeituosos e adotar melhoramentos que forem introduzidos neste ramo de serviço nas cidades com mesmo tipo de sistema de esgoto.</p>
Antonio de Paula Freitas	<p>Engenheiro e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A <i>Revista dos Construtores</i> publicou em seu primeiro número, lançado em março de 1886, na seção “Obras importantes de construção civil em execução no Rio de Janeiro”, o projeto do engenheiro para o novo edifício da Faculdade de Medicina, construído na praia da Saudade, local onde também era edificado o prédio do Instituto dos Meninos Cegos; e do Larezo, então em via de conclusão, na Ilha Grande. Todos de autoria do engenheiro Antonio de Paula Freitas. Além destes projetos levados a cabo pelo engenheiro, enquanto diretor das obras a cargo do Ministério do Império, a <i>Revista</i> deu nota também, na subseção “Associações particulares”, ao revestimento de mármore no interior da Igreja da Candelária, com projeto de Paula Freitas. Em maio do mesmo ano, na seção “Materiais de Construção”, a <i>Revista</i> publicou as observações de Paula Freitas sobre a natureza e higromecidade dos materiais empregados na construção das casas no Rio de Janeiro. No mesmo número foi publicado na seção “Higiene da Habitação” um texto extraído da memória sobre saneamento da cidade do Rio de Janeiro, de Paula Freitas, acerca da umidade das casas. Em junho de 1886, foi publicado parecer de Antonio de Paula Freitas sobre mictórios públicos, em texto avulso. Em julho daquele ano, Paula Freitas publicava seu projeto para escola e oficinas da imperial quinta de São Cristóvão, construídas por ordem do Imperador, na seção na seção “Arquitetura Escolar”. Já em março de 1889, na seção “Higiene Pública”, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou o resumo do discurso de Antonio de Paula Freitas em sessão no Instituto Politécnico Brasileiro sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Em junho daquele ano, a <i>Revista</i> traria novamente, na seção “Obras em andamento” notícias sobre as obras na Faculdade de Medicina, na Igreja da Candelária e da Maternidade edificadas na praia da Lapa, cuja obra também estava sob a direção de Paula Freitas.</p>
Antonio Ennes de Souza	<p>Engenheiro e professor catedrático de Metalurgia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Também colaborou com Araújo Viana no empreendimento da <i>Revista Técnica</i>. No número publicado em junho de 1886, na seção “Materiais de construção”, Ennes de Souza assinou texto sobre constituição e resistência dos materiais. No mesmo número, na seção “Metalurgia” Ennes de Souza escreveu sobre o “novo” metal germânico, que acabara de chegar ao Brasil. No número seguinte, de julho de 1886, Ennes de Souza publicou novamente texto sobre a constituição e resistência dos materiais na seção “Materiais de construção”. No mesmo número, escreveu novamente na seção “Metalurgia” sobre os empregos do metal germânico. Em agosto</p>

	daquele ano, Ennes de Souza assinou a seção "Materiais de construção", dando continuidade ao estudo da constituição e resistência dos materiais. A temática retornaria nos números seguintes, publicados em setembro e outubro de 1886. No ano de 1888, no número publicado em maio, o engenheiro retornou ao estudo da constituição e resistência dos materiais, na seção "Construção". Em julho do mesmo ano, o referido estudo reapareceu na seção "Materiais de construção".
Antonio Manoel de Mello	
Arthur Sauer	Engenheiro e, mais tarde, diretor da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. Publicou, em junho de 1888, seu projeto de edificação de moradas higiênicas para operários e classes pobres no Rio de Janeiro, na seção "Higiene Pública".
Bartholomeu Torro'E Perollo	
Bernardo Ribeiro de Freitas	Engenheiro. Em abril de 1886, escreveu na seção "Materiais de Construção". No mesmo número, assinou texto publicado na seção "Higiene Nosocomial" sobre construção de enfermarias. Em julho do mesmo ano, escreveu texto intitulado "Calçadas", sobre o novo sistema de calçamentos com cerâmica. Em agosto de 1886, Ribeiro de Freitas publicou texto na seção "Higiene da Habitação" sobre os corredores longos e as alcovas das casas do Rio de Janeiro. Em outubro de 1888, o engenheiro assinou texto na seção "Jurisprudência da Construção" acerca dos degraus na frente dos edifícios. Em novembro do mesmo ano, na seção "Arquitetura", publicou o texto sobre arquitetura moderna.
Candido de Araújo Viana de Figueiredo	Engenheiro e primo de Ernesto da Cunha de Araújo Viana, com quem colaborou também no projeto de saneamento da cidade de Valença. Em junho de 1886, assinou texto publicado na seção "Construções Rurais", sobre estrabarias. O tema reapareceu em maio de 1888 novamente na seção "Construções Rurais".
Carlos de Laet	Jornalista. Assinou texto biográfico sobre o engenheiro Eduardo Adolpho de Lima Barros, na seção introdutória do quinto número da Revista dos Construtores, publicada em junho de 1886.
Cazimiro Cezimbra	Assinou texto na seção "Monumento" publicado em julho de 1888 sobre o monumento Riachuelo, edificado na capital da província da Bahia.
E. Candelot	
F. Gajol	
Fabio Hostillo de Moraes Rego	É referenciado em texto publicado em julho de 1888 na seção Hidráulica, acerca de estudos sobre os portos de Codó e Caxias, situados no rio Itapecuru, na província do Maranhão. Os trabalhos da comissão de melhoramentos de portos do Maranhão eram presididos por Fabio Rego.
Francisco de Góes	No primeiro número do ano de 1888, publicado em março, a <i>Revista dos Construtores</i> apresentou o projeto de melhoramentos da Cidade Nova apresentado à Câmara dos Deputados pelos engenheiros José Brant de Carvalho e Francisco de Góes, na seção "Higiene Pública".
Francisco de Sá	Na seção "Construções Metálicas", publicada no número de julho de 1888, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou a conferência realizada por Francisco de Sá no Instituto Politécnico sobre o ferro no ponto de vista industrial e social. A transcrição da conferência foi concluída na seção "Materiais de Construção", publicado no número seguinte, em agosto de 1888.
Gabriel Pereira	Autor do texto publicação na seção "Variedades", de março de 1888, sobre os azulejos portugueses de Évora.
Giulio Chiatti	Engenheiro. Autor do texto publicado na seção de "Eletricidade", de dezembro de 1888, sobre para-raios.
Guilherme Candido Bellegarde.	Assinou texto biográfico sobre o conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde, na seção "Celebidades", no número publicado em março de 1888. A "biografia" se estendeu até o número seguinte, publicado em abril.
J. Mirandola Filho	Engenheiro-arquiteto. Na seção "Materiais de Construção", publicada em junho de 1886, assinou artigo sobre neo-escultura e mármore artificial do engenheiro italiano A. Guattari. No mesmo número, apresentou um texto na seção "Ensino Profissional" sobre A Providência, estabelecimento industrial

	fundado pelo Bispo Diocesano do Pará e Amazonas, D. Antonio de Macedo e Costa.
João R. Duarte	Assinou, na seção “Eletricidade” do quarto número da <i>Revista dos Construtores</i> , publicado em maio de 1886, texto contendo breves considerações sobre o projeto de iluminação elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, organizado por Aarão Reis, ex-chefe dos Telégrafos da mesma Estrada.
José Brant de Carvalho	No primeiro número do ano de 1888, publicado em março, a <i>Revista dos Construtores</i> apresentou o projeto de melhoramentos da Cidade Nova apresentado à Câmara dos Deputados pelos engenheiros José Brant de Carvalho e Francisco de Góes, na seção “Higiene Pública”.
Lourenço Harvey	Arquiteto de Londres, membro do Instituto dos Arquitetos Britânicos, antigo discípulo da Escola de Belas-Artes de Paris. Em abril de 1889, publicou texto na seção “Arquitetura” sobre os arquitetos contemporâneos da Inglaterra. Em dezembro do mesmo ano, publicou na mesma seção um texto sobre as diferenças entre arquitetura francesa e inglesa.
Luciano [Lucien] Magne	Em outubro de 1888, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou, na seção “Belas-Artes”, uma conferência presidida pelo arquiteto Luciano Magne, na Biblioteca da União Central das Artes Decorativas em Paris, sobre a arte na casa moderna. A transcrição da conferência se estendeu para os números publicados em novembro e dezembro de 1888 e os números de março e abril de 1889.
Luiz Raphael Vieira Souto	Na seção “Higiene da Habitação” de junho de 1886, a <i>Revista dos Construtores</i> publicou o projeto de casas para operários apresentado pelo engenheiro civil ao Governo Imperial.
Luiz Schreiner	Em dezembro de 1886, a <i>Revista</i> apresentou a conferência realizada pelo engenheiro arquiteto Luiz Schreiner perante o Instituto Politécnico Brasileiro sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, na seção “Higiene Pública”. Em março de 1888, na seção “Arquitetura” Luiz Schreiner escreveu estudos sobre a construção de teatros. O texto foi continuado na mesma seção dos números publicados em julho e agosto de 1888. Em maio do mesmo ano, na seção “Construção”, assinou texto sobre reservatórios de ferro e cimento.
Manoel de Araújo da Cunha Alvarenga	Médico. Acredita-se ser parente de Ernesto da Cunha de Araújo Viana. Recebeu homenagem no número publicado em dezembro de 1888, com texto sobre sua trajetória.
Matheus Nogueira Brandão	Engenheiro da Repartição Geral dos Telégrafos do Brasil. Publicou pequeno texto na seção “Materiais de Construção”, do número de fevereiro de 1889, sobre novos ladrilhos. O texto foi publicado a pedido do próprio Nogueira Brandão.
Medeiros e Albuquerque	Em julho de 1886, assinou artigo sobre a origem das artes, com o título de “Estética”, o texto se seguiu até o próximo número, publicado em agosto daquele ano.
Miguel Paes	Engenheiro português. No primeiro número da <i>Revista dos Construtores</i> , foi publicado um artigo sobre as obras do frontão dos Paços do Concelho (Câmara Municipal) de Lisboa. No segundo número, publicado em maio de 1886, assinou texto sobre o empedramento das praças de Lisboa.
Nuno Alvares	Engenheiro. No quarto número da <i>Revista dos Construtores</i> , publicado em maio de 1886, assinou artigo publicado na seção “Higiene da Habitação”, sobre estudos acerca da higiene da casa.
Padua Castro	
Paul Planat	Arquiteto francês, criador da revista <i>La Construction Moderne</i> e da <i>Encyclopédie de l'architecture et de la construction</i> , com quem Araújo Viana foi convidado a colaborar. A revista <i>La Construction Moderne</i> é recomendada na seção “Biografia”, presente no número publicado em outubro de 1889.
Raimundo Teixeira Belford Roxo	Engenheiro e inspetor geral das obras públicas. Na seção “Higiene Pública”, de julho de 1889, sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, foi publicado o relatório de Belford Roxo sobre o abastecimento de água na cidade. A apresentação do relatório continuou em setembro do mesmo ano.

Rodolpho Páo Brazil	Os números de novembro e dezembro de 1889 apresentaram, na seção "Eletricidade", uma conferência realizada em sessão extraordinária do Centro Técnico dos Eletricistas Brasileiros no Liceu de Artes e Ofícios. O tema da conferência presidida por Rodolpho Páo Brazil era "eletricidade atmosférica, seus efeitos e suas aplicações industriais".
Torquato Xavier Monteiro Tapajoz	Os estudos sobre construção de teatro, de autoria de Luiz Schreiner, e publicados em maio de 1888, na seção "Arquitetura" contava com informações ministradas pelo engenheiro amazonense Torquato Tapajoz.

Se as agremiações às quais Araújo Viana se vinculou constituíram seus primeiros espaços de sociabilidade, pode-se afirmar que sua experiência à frente da *Revista dos Construtores* conformou suas redes de sociabilidade, tal como define Jean-François Sirinelli. Segundo o autor, a linguagem comum reconheceu o termo “redes” para definir as estruturas elementares da sociabilidade. Para Sirinelli o meio intelectual, como a redação de uma revista ou conselho editorial de uma editora, por exemplo, constitui um “pequeno mundo estreito”, pois é onde os laços se atam. Nesse sentido, as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual “por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as submetem, as fidelidades que arrebanham a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”⁹². Assim, ainda de acordo com autor, as revistas são, em suma, lugar de “fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”⁹³. As redes são, em outras palavras, as conexões estabelecidas entre os intelectuais nos espaços em que atuam.

Reunindo memórias e estudos sobre engenharia, arquitetura, higiene e prática das construções, a revista mesclava textos de notícias do país e do estrangeiro e trabalhos de sobre inovações tecnológicas e melhoramentos urbanos projetados ou executados no Brasil e no exterior, muitas vezes ilustrados com gravuras que reproduziam obras tidas como inovadoras na concepção de seus projetos, visando, enfim, um público formado principalmente por engenheiros, mas, também, por “mestre de obras e pelos ‘capitalistas que se atiram à construção de prédios”⁹⁴.

Apesar de ser um periódico gerido e voltado especialmente para o grupo de engenheiros, a *Revista dos Construtores* apresentou o projeto formulado pela Junta Central de Higiene Pública, órgão gerido por médicos higienistas. Foi publicado em 6 de março de 1886, no

⁹² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 249.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Expediente. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 2, 6 mar. 1886, p. 16.

segundo número do primeiro ano da *Revista*, na seção de “Higiene da Habitação”, o projeto da *Junta* para novos alojamentos da classe pobre da cidade do Rio de Janeiro, apresentado ao Governo Imperial. Os planos de melhoramentos urbanos da Junta Central de Higiene propunham que o Governo, por um ato especial, reclamado pelo estado sanitário da capital, condenasse todos os cortiços que infestavam a cidade do Rio de Janeiro, ainda que eles se achassem disfarçados sob os nomes de estalagens, vilas, casinhas, etc; assim como mandasse construir, pelo modo que melhor entendesse, habitações apropriadas às classes menos abastadas da cidade, ordenando o fechamento e a demolição dos cortiços na medida em que essas habitações fossem sendo construídas, devendo, contudo, mandar fechar imediatamente os cortiços que fossem “completamente insalubres”⁹⁵.

O pressuposto comum que unia a análise de higienistas e engenheiros sobre a cidade era o diagnóstico quanto ao principal fator que justificaria as necessidades concretas e mais imediatas da remodelação urbana: a questão da higiene. Assim, higienistas encontram na *Revista dos Construtores* um espaço igualmente privilegiado para divulgarem e compartilharem seus projetos.

Para o higienista francês, Alfred Becquerel, a higiene era definida como uma ciência que tratava da saúde com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento. Segundo o higienista, ela deveria ser compreendida como a saúde individual e coletiva. A parte desta ciência que tratava da saúde individual recebeu, de acordo com ele, de modo generalizado, o nome de *higiene privada*; e aquela que tratava da saúde coletiva foi designada como *higiene pública*⁹⁶. A *Revista dos Construtores* parece ter incorporado o mesmo entendimento, pois suas principais seções eram divididas sob a rubrica da higiene: não apenas higiene da habitação, mas também higiene pública, higiene profilática, higiene nosocomial, higiene industrial etc.

Contudo, havia também outras seções igualmente recorrentes, como “jurisprudência da construção”, “materiais de construção”, “notícias do estrangeiro”, “eletricidade”, “metalurgia” e, a partir do ano de 1888 apareceriam as seções de “arquitetura” e “belas-artes”.

⁹⁵ PROJETO dos novos alojamentos para a classe pobre da cidade do Rio de Janeiro, apresentado ao Governo Imperial pela extinta Junta Central de Higiene. *Revista dos Construtores*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 14-16, mar. 1886.

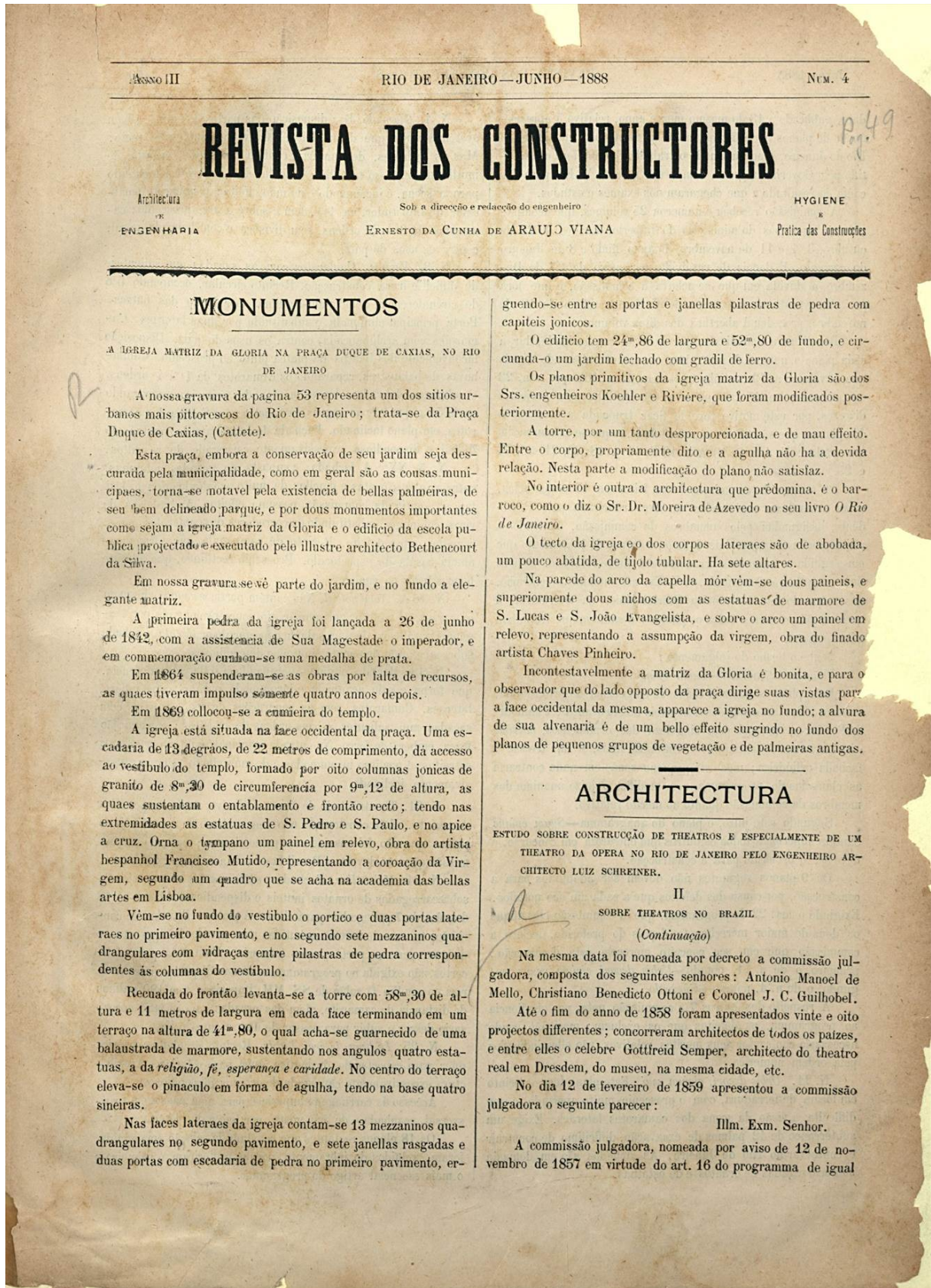
⁹⁶ BECQUEREL, Alfred, 1864, p. 1 apud GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 23, n. 59, abr. 2003, p. 28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 set. 2017.

Figura 2 – Capa da Revista dos Constructores, de junho de 1886



Fonte: Revista dos Constructores, a. 1, n. 6, Rio de Janeiro, 26 jun. 1886.

Figura 3 – Capa da Revista dos Constructores, de junho de 1888



Fonte: Revista dos Constructores, a. 2, n. 4, Rio de Janeiro, jun. 1888.

Figura 5 – Capa da Revista Técnica, de fevereiro de 1893



Fonte: Revista Técnica, a. 1, n. 1, Rio de Janeiro, fev. 1893.

1.3 Os primeiros passos rumo à Arquitetura e Belas Artes

Na *Revista dos Construtores*, Araújo Viana reuniu alguns temas de sua predileção, como assuntos concernentes à engenharia, arquitetura e “arte das construções”. A partir da análise dos compêndios da *Revista dos Construtores* pode-se inferir que o periódico representou um marco decisivo na trajetória de Ernesto da Cunha de Araújo Viana, momento em que é possível observar uma reorientação de suas atividades, a partir de então cada vez mais ligada às temáticas vinculadas às belas artes, especialmente sobre a arquitetura, sem perder de vista, contudo, o campo da engenharia. Por conseguinte, a temática de seus textos no periódico se aproximaria, de certa maneira, dos textos que viria a produzir posteriormente como colaborador do jornal *A Notícia* e da revista *Renascença*, a serem analisados no próximo capítulo.

Além das seções de “higiene”, pouco frequentadas por Viana, existiam outras, em que o engenheiro expressava sua erudição ao historiar sobre alguns edifícios do Rio, como nas seções intituladas “Monumento”. Na seção “Monumento”, presente no primeiro número, Viana assinou texto que versava sobre edifício do Gabinete Português de Leitura. Nele, discorreu sobre o estilo manuelino, característico da construção, remontando às origens e transformações que a mesma passou ao longo do tempo. Aliado ao cunho histórico do texto, estava também o técnico, pois o engenheiro definia as características essenciais daquele estilo. Por fim, concluía ensinando que:

O estilo manuelino é o resultado da penetração do ogival pelo clássico do Renascimento, o produto das suas concepções recíprocas; um sincretismo artístico em que os caracteres discordantes dos dois estilos tendem a desaparecer e os mais próximos se harmonizam e completam. Este fenômeno não era novo na história da arte, outro análogo se manifestou, quando o estilo bizantino transportado pelas colônias venezianas encontrou o latino na Europa ocidental⁹⁷.

A circulação da *Revista dos Construtores* foi suspensa em 1887, ressurgindo no ano seguinte. Após o hiato, foram realizadas pequenas mudanças no periódico, como em sua diagramação, que passou a ter suas páginas divididas em duas colunas e não mais em três, como estavam estruturados os números de 1886. Além disso, o valor da assinatura foi reduzido, passando a 10\$000 anuais para assinantes da Corte e 12\$000 para assinantes das demais

⁹⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Monumentos. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 1, n. 1, 6 fev. 1886, p. 2.

províncias. Acerca das motivações que levaram à suspensão da *Revista* em 1887, Araújo Viana comentou:

Por motivos alheios a nossa vontade, suspendemos durante o ano passado a publicação desta Revista.

O embaraço material, com que tivemos de lutar, no fim do ano de 1886, nos obrigou aquela resolução.

Animado, porém, muitos amigos, colegas e industriais deliberamos fazer reaparecer neste mês a *Revista dos Construtores*, dando o presente número como o primeiro do 2º ano que terminará em Dezembro vindouro.

O programa da *Revista* é conhecido, e demos provas, nos números publicados, que procuramos sempre cumpri-lo.

Aqueles que tanto nos ajudaram, quer com auxílios, quer com sua ilustrada colaboração, pedimos a renovação de seus favores. Todos sabem quanto é penoso manter-se aqui num jornal desta ordem, o qual (apesar de ser indispensável) nunca poderia ser por nós publicado em 1886, se as dificuldades da estreia não fossem removidas com o donativo, todo particular, que recebemos do grande protetor das ciências, das letras e das verdadeiras artes no Brasil, e cuja ausência todos os habitantes deste vasto Império cordialmente sentem e lamentam.

Sejam estas palavras consideradas unicamente como um dever de gratidão da *Revista dos Construtores*.

Assim recomeçando os seus trabalhos, a *Revista* pede e espera toda a proteção de que precisa para manter-se e prosperar⁹⁸.

No texto acima, de março de 1888, Araújo Viana referiu-se ao Imperador como o “grande protetor das ciências, das letras e das verdadeiras artes no Brasil”, que, na altura da publicação daquele número, encontrava-se na Europa, para onde havia partido em junho do ano anterior a fim de tratar da saúde. O ano de 1888 é emblemático pois é o ano em que foi assinada a Lei Áurea. Sobre esse tema, contudo, há pouquíssimas menções na *Revista*. Entre elas, destaca-se uma referência na publicação do projeto do engenheiro Arthur Sauer, na seção “Higiene Pública” do número publicado em junho daquele ano. O projeto em questão, sobre a construção de casas higiênicas para operários e classes pobres no Rio de Janeiro, era acompanhado por dois pôsteres contendo as plantas das edificações. Nelas, era acrescida a referência à Lei Áurea: “planos extraídos do projeto Sauer de edificação de moradas higiênicas para empregados subalternos, operários, classes pobres e libertos pela Lei Áurea n. 3353 de 13 de maio de 1888”⁹⁹. Mais adiante, a menção à Lei ressurgiu no número publicado em setembro daquele ano. Como nome de “Arte”, e assinada por Viana, a seção que abriu o número versou sobre a Rosa de Ouro “ofertada à nossa amada Princesa, em sinal de regozijo pela abolição da escravidão no Império do Brasil”. A prenda, concedida pelo papa Leão XIII, não era “uma

⁹⁸ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Revista dos Construtores*. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 2, n. 1, mar. 1888, p. 1.

⁹⁹ SAUER, Arthur. Higiene Pública. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 2, n. 4, jun. 1888, anexo II, *passim*.

ordem honorífica, e sim um mimo que o Santo Padre dá a quem merece por serviços prestados à Igreja ou à Humanidade”. Discorrendo brevemente sobre o artefato, Viana salientou que “sendo a Rosa de Ouro, além do valor moral, um trabalho de arte, nos apressamos em descrevê-lo e oferecer aos leitores a gravura respectiva”¹⁰⁰.

O ano de 1888 da *Revista dos Construtores* também é emblemático, pois é o período em que Araújo Viana se ocupa com mais entusiasmo de temas relacionados à história da arquitetura. Nos últimos números, nas seções de “Arquitetura”, Viana abriu espaço para a publicação de uma conferência realizada por Marcel Dieulafoy na Sociedade Central dos Arquitetos de Paris, acerca da tese sobre as origens da arquitetura da Idade Média e suas relações com a arquitetura persa¹⁰¹. No último número de 1888, a seção “Arquitetura” trazia uma conferência realizada no Instituto Politécnico, em 5 de dezembro do mesmo ano, pelo engenheiro Rodolpho Páo Brasil sobre arte gótica no Brasil e Portugal¹⁰².

Conforme sugerido por Doralice Duque Sobral Filha, o interesse dos politécnicos brasileiros daquele período pelo estilo gótico se deu pela leitura dos textos de Eugène Viollet-le-Duc, arquiteto francês ligado à arquitetura revivalista do século XIX. A base dos princípios de Viollet-le-Duc residia no estudo de uma arquitetura própria para o seu tempo, afirmando que somente com a utilização de novos materiais estruturais é que poderia evoluir de maneira associativa para uma nova arquitetura. Diferia, assim, de outros historicistas góticos, por aceitar novas ferramentas e materiais para construir, como a utilização do ferro fundido, por exemplo¹⁰³.

Ao que parece, a recorrência de textos acerca da arquitetura medieval cumprira uma estratégia de introduzir o tema que, no ano seguinte, voltaria a aparecer com um projeto de autoria do próprio Araújo Viana. O número de agosto de 1889 apresentava em sua primeira página, na seção “Novas Construções”, a notícia da inauguração da capela do hospício de Nossa Senhora da Saúde, edificada sob o plano e direção de Viana, que àquela época conciliava a edição da *Revista dos Construtores* com o cargo de engenheiro-arquiteto da Santa Casa de Misericórdia. Ocupando as seis primeiras páginas do periódico, a seção era ilustrada com três

¹⁰⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Arte. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 2, n. 7, set. 1888, p. 97.

¹⁰¹ Arquitetura. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 2, n. 7, set. 1888, p. 99-103.

¹⁰² Arquitetura. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 2, n. 10, dez. 1888, p. 146-152.

¹⁰³ SOBRAL FILHA, Doralice Duque. Engenheiros e Arquitetos do século XIX e o racionalismo estrutural. *Enanparq*, v. IV, p. 01, 2016, p. 15. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2026/S26-06-SOBRAL%20FILHA,%20D.pdf>> Acesso em: 1 fev. 2019.

gravuras da capela. Viana, entretanto, limitou-se apenas a transcrever as publicações feitas pela *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Diário do Commercio* sobre sua obra. Os periódicos em questão descreveram minuciosamente o projeto de execução da nova capela, indicando que, possivelmente, o próprio Araújo Viana tenha fornecido tais informações; hipótese esta que pode ser comprovada com a anuência do engenheiro ao republicar as notícias.

A capela, em estilo ogival, se destacava pela originalidade de sua fachada. Os três jornais destacavam o emprego de tijolos sem reboco, dando à construção uma cor rosada. Além de dar maiores detalhes sobre a construção, o *Diário do Commercio* tratou das personalidades que participaram da execução do projeto e também das que compareceram à solenidade realizada durante a inauguração do edifício:

Dos serviços materiais da obra foram encarregados: da alvenaria e carpintaria o pessoal da Santa Casa; dos trabalhos de estuque, o hábil artista Sr. Antonio Alves Meira; dos trabalhos de fundição, os conhecidos industriais Carvalho, Moreira & C. e da pintura, os empreiteiros Figueiredo & Braga. Todos concorreram com seus esforços para o bom êxito da obra.

A festa da inauguração constou da cerimônia religiosa da benção e missa solene e de um profuso *lunch* na casa da administração.

A cerimônia religiosa começou às 10 horas e terminou à meia hora depois do meio-dia.

Foi celebrante na missa cantada o Revd. padre Joseph Hehn, vice-reitor do Seminário Maior, servindo de mestre de cerimônias Revd. padre Barcil. Ao Evangelho pregou monsenhor Brito, vigário geral do bispado, que fez uma bela oração. Compareceu todo o Seminário Maior.

A festa foi honrada por Sua Alteza o príncipe D. Pedro Augusto como representante da família imperial.

Estiveram também presentes os Srs., provedor da Santa Casa, conselheiro Dr. Manuel de Oliveira Fausto, membros da mesa, conselheiro Manuel Paula Vieira Pinto, comendador Bernadinho José Borges, Domingos José Bernardes, João Rodrigues Teixeira, mordomo das obras, Antonio José de Souza e Almeida, mordomo da capela, comendador José Romão Paes, conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, barão de Tacurussá, Delfino Erasmo Valente Sadock de Sá, mordomo do hospício da Saúde, Dr. Ernesto de Araújo Viana, engenheiro da Santa Casa, Luiz José Ribeiro Colonna, administrador do hospital geral; e Joaquim Duarte do Nascimento, administrador do hospício de Nossa Senhora da Saúde, conselheiro Dr. Ferreira dos Santos; Drs. Domingos Freire, Carmo Netto, Augusto Pereira das Neves, Amaro de Moraes, Candido de Figueiredo e sua Exma. mãe, todos os metes e oficiais das obras, o pessoal da administração do hospício, Antonio Ramos Machado, oficial da secretaria geral, representantes do *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias* e *Diário do Commercio* e mais pessoas, cujo nome é impossível citar aqui.

Era de muito gosto a ornamentação simples da igreja, de flores artificiais, sendo muito ricos os paramentos usados.

Os tapetes de muita beleza e perfeição de execução eram trabalhos das órfãs do hospício e dão um bom testemunho de aproveitamento da educação artística que recebem.

As irmãs de caridade, a quem tanto deve a instituição, puseram todo o esmero na disposição dos ornatos, oferecidos por elas e não foram pequenos os serviços que prestaram às obras.

No *lunch* oferecido pelo digno mordomo das obras tomaram parte Sua alteza o príncipe D. Pedro e todos os convidados da administração.

Foram trocados vários brindes, sendo lembrado os bons serviços da mais importante instituição de caridade da América do Sul e de todos aqueles que têm cooperado para a sua prosperidade.

A imprensa também foi saudada¹⁰⁴.

Há também um simbolismo na construção da capela, especialmente pela ênfase dada ao estilo escolhido pelo engenheiro para sua edificação. Em um momento em que se predominava o estilo neoclássico nas construções, edificar uma construção inspirada no estilo gótico representava, de certo modo, um “rompimento” com cânone então preconizado na arte das construções. Sobre isso, Araújo Viana já havia comentado em número anterior, lançado em julho daquele ano, onde publicou um artigo em que discorria sobre a situação da arquitetura no século XIX. O engenheiro identificava um esgotamento da arquitetura greco-romana, o surgimento do ecletismo e as vantagens da tecnologia e do conhecimento dos estilos na dinâmica projetual dos arquitetos:

A primeira parte do século XIX parece-se muito com a do fim do século XVIII no ponto de vista da arte arquitetural.

Dominam geralmente os estilos romano e grego.

Trata-se de construir um paço de câmara municipal, um teatro, uma Bolsa, uma Alfândega, um tribunal, um hospital, um museu, um palácio de soberano, parlamento, igrejas, espera-se seguramente achar o *frontão* e as *colunas*.

Em alguns edifícios encontra-se o mais *zimbório* que foi conservado pelo grande efeito de imponência e majestade, porém, os de mais detalhes da arquitetura antiga são aproveitados com uma fidelidade e uma insistência que acaba gerando a monotonia.

Onde havia um estilo original deixou-se de lado; onde podia-se fazer, não pensou-se nisso. *S. Isaac* de S. Petersburgo, é tudo o que há de menos bizantino, o *Capitólio* de Washington compõe-se de elementos já muito vistos.

Os arquitetos que levantam construções da nova escola clássica são homens instruídos, mas que contentam-se de aplicar conscienciosamente as regras da gramática arquitetural

[...] ¹⁰⁵.

Observa-se no trecho acima que, mais do que lamentar a “monotonia” das construções devido ao estilo clássico imperante, Araújo Viana lamentava a falta de liberdade dos arquitetos em construir novas edificações, pois se encontravam “presos” ao cânone clássico.

Houve um tempo em que a arquitetura não progrediu, apesar do movimento romântico que revolucionou a pintura, a escultura e a poesia. O grande sopro lírico que animou as almas não somente na França, mas também na Inglaterra e na Alemanha, penetrou igualmente nos estudos históricos. A narração dos fatos deixou de ser fria e indiferente. O historiador identifica-se, vê os heróis, quer os fazer como foram; e o

¹⁰⁴ Novas Construções. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 3, n. 8, ago. 1889, p. 108-110, *passim*.

¹⁰⁵ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Arquitetura. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 3, n. 7, jul. 1889, p. 90.

pintor interessa-se por tudo o que pode exprimir a vida e a verdade em seus quadros. O que chama-se *cor local* tornou-se necessidade imperiosa.

A ciência arqueológica e a crítica apaixonam-se pelos objetos e compreendem que o estudo dos costumes, das armas dos móveis, dos utensílios devem singularmente esclarecer o estudo da existência daqueles, que deles se serviram. Entre esses objetos as obras da arquitetura estão em primeiro lugar. Nos entusiasmas então as velhas igrejas romanas, as velhas fortalezas feudais em ruínas, as majestosas catedrais góticas, e vemos que os vitrais, as estátuas, os baixos-relevos são tesouro inesgotável de preciosas informações.

Não fica-se somente em mera contemplação, vai-se muito além, não só reparam-se os monumentos, como também são eles concluídos e completados com inteligência e fidelidade.

[...]

Convém não esquecer que o arquiteto deve corresponder às necessidades e as ideias de seu tempo, e a estre respeito a arquitetura contemporânea tem sabido se colocar na altura que lhe está imposta.

Estamos em uma época de estudos, ciência, de comércio e de indústria, a instrução se espalha e desenvolve-se a abastança, fruto do trabalho, torna-se mais geral: deseja-se ver; procura-se estar bem; quer se ir longe e depressa.

Em que tempo a humanidade teve casas distribuídas de um modo mais cômodo e mais são do que atualmente?

Quando construíram-se as bibliotecas mais vastas, mais claras, mais hospitaleiras? Mercados com todas as necessidades de alimentação e da higiene de uma grande cidade como os que têm na Europa e a América?

[...]

Nada de desesperar e não receemos que morra a arquitetura. Ela atualmente por vezes tem andado as apalpadelas por admitir elementos estranhos que procura assimilar, todavia não está na decadência, ainda menos no aniquilamento; consideremos o estado atual como trabalho de uma época de transição, mas de transição estudiosa e fecunda. Os arquitetos do futuro conhecerão todos os gêneros, todos os estilos arquiteturais do passado, e possuirão além de tudo os poderosos recursos científicos do presente. Deve-se presumir que sua imaginação e sua razão saberão tirar partido de tantas riquezas.

Em que se baseiam, pois, os pessimistas para *a priori* afirmarem que não temos mais obras primas?

Certas formas criadas outrora pelo gênio poderão se transformar e desaparecer, quanto ao gênio, porém, a história está aí para atestar que, apesar de inevitáveis desfalecimentos, seu poder criador é imperecível¹⁰⁶.

Em síntese, o artigo revela uma preocupação que acompanharia Araújo Viana no decorrer de sua trajetória e produção intelectual; isto é, passaria a defender com mais afinco a liberdade dos construtores em tomarem para si outros arquétipos arquitetônicos, irrompendo as amarras do cânone clássico até então concebido como padrão a ser seguido. Somado a isso, encontrava-se também a preocupação com o lugar ocupado pela Arquitetura e de que forma essa disciplina poderia contribuir para as transformações ocorridas no campo das construções, como, por exemplo, com a incorporação de novas ferramentas e materiais, devido à “evolução” da ciência àquela época. Tais apreensões ganhariam contornos mais nítidos após seu ingresso na Escola Nacional de Belas Artes, onde professou até 1920, ano de seu falecimento.

¹⁰⁶ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Arquitetura. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 3, n. 7, jul. 1889, p. 90-92.

Essas preocupações também foram mobilizadas por seu colega Bernardo Ribeiro de Freitas em texto publicado no ano anterior da *Revista dos Construtores*. Na edição de novembro 1888, na mesma seção em que se dava publicidade à conferência de Dieulafoy, o engenheiro Ribeiro de Freitas assinou artigo intitulado “A arquitetura moderna”. Nele, expôs sua posição conscienciosa acerca do pensamento arquitetônico de sua época: identificava um “estado de revolução” na arquitetura, que impelia o construtor à difícil tarefa de criar uma “nova arte”:

Como se vê, pois, três grupos estavam em presença e nós os chamaremos adotando as expressões do arquiteto francês Cesar Daly: grupo histórico, grupo nacionalista, grupo eclético; «representando, como bem diz aquele arquiteto, esses grupos as tradições históricas, os progressos da ciência e da indústria modernas e esse sensualismo séptico da arte tão espalhado hoje.»

O grupo histórico, fiel à estética conhecida, aceita somente as arquiteturas que caracterizam as duas civilizações mais notáveis: a civilização greco-romana e a civilização da idade média. Quero dizer o grupo histórico subdivide-se em duas escolas: a *escola clássica*, venerando a arquitetura greco-romana, modificada pelo Renascimento; a *escola gótica* filiando-se à arquitetura da idade média.

O grupo racionalista, que, para acompanhar Daly, chamaremos de *escola racionalista*, posto que conheçamos com ele que não merece esse nome, pois não tem bem firmados princípios e leis, formando um corpo de doutrina, é uma reação do presente contra o passado, é a revolução, como acima dissemos. Lançando mão dos novos materiais, acompanhando os progressos da indústria e servindo a ela, esse grupo adotou a liberdade da forma, sem obrigação alguma de atender às leis da estética legadas pelos antepassados. É a razão diminuindo o sentimento, o útil antepondo-se ao agradável.

O grupo eclético, a *escola eclética*, também não merecendo título por falta de um corpo de doutrina, reserva-se o direito de escolher em todos os estilos, em todas as manifestações da construção o que mais perfeito julgar para o fim que se tiver em vista.

Assim quatro escolas se apresentam na nossa arquitetura moderna, duas conservando modelos antigos apenas adotando as novas necessidades: as *escolas* históricas: *clássica* e *gótica*; a *racionalista*, revolucionária acompanhando os progressos das indústrias, criando novas formas úteis; a *seletiva*, conciliadora, sofrendo a influência da evolução industrial, mas querendo ir buscar formas, moldes em todos os estilos e combinando-os com o bem lhe parecer.

As escolas históricas perdem partidários de dia a dia, e se para mostrar conhecimentos estéticos, um arquiteto edifica nos estilos antigos, o monumento fica como que isolado, como que uma curiosidade no meio das novas construções.

As escolas racionalista e eclética, aquela impondo obediências às leis da estética, está advogando uma liberdade muitas vezes exagerada, têm-se aproximando em muitos casos sob a ação dos princípios da mecânica aplicada à construção e das exigências dos costumes e ideias modernas. Mas a ambas falta um corpo de doutrina, a ambas falta uma unidade orgânica¹⁰⁷.

Ainda de acordo com Ribeiro de Freitas, os artistas e arquitetos modernos lutavam com grandes dificuldades, pois caso se filiassem à escola racionalista, tendo por único guia a mecânica aplicada, correriam o risco de caírem no que ele chamou de “formas secas, frias, esqueletos, órgãos de máquina antes do que elementos arquitetônicos”. Se, por outro lado,

¹⁰⁷ FREITAS, Bernardo Ribeiro. A arquitetura moderna. *Arquitetura. Revista dos Construtores*: Rio de Janeiro: a. 2, n. 9, nov. 1888, p. 134.

aceitassem a escola eclética, sem outro critério para escolher as suas normas a não ser seu próprio juízo, cairiam no ascetismo artístico, no abandono e desprezo de todos os princípios admitidos. Desse estado de coisas na arquitetura moderna surgiria o individualismo em questão de arte, pois cada um seria seu próprio juiz e não aceitaria mais os dogmas e preceitos estéticos. Isso resultaria, por conseguinte, em uma perfeita desorganização das “verdadeiras escolas”, já que a crítica artística desapareceria: se não há leis estéticas, não há código; logo, também não haveria juiz. Por fim, concluía clamando que a “anarquia” provocada pelo espírito renovador do século XIX deveria acabar. Era preciso que os arquitetos tratassem de saber sair daquele “caos”; e que os grupos predominantes dos racionalistas e dos ecléticos produzissem uma doutrina artística única, que desse em resultado uma arquitetura racional, de harmonia com o “estado da civilização humana”¹⁰⁸.

Quanto ao ano de 1889 na *Revista dos Construtores*, não há referências ao regime republicano, proclamado em novembro. O último número daquele ano, publicado em dezembro, deu publicidade apenas aos temas focalizados pelo periódico em edições anteriores. Decretado o fim da monarquia, a *Revista dos Construtores* ressurgiria mais uma vez, em 1895, após, portanto, a tentativa de levar a cabo a *Revista Técnica*, publicada em 1893. Seu último suspiro, ao que tudo indica, foi breve, provavelmente devido ao fato de Araújo Viana não contar mais com o auxílio de seu principal fiador, o Imperador. Foram localizadas apenas folhas soltas na coleção da Biblioteca Nacional do que seria o segundo número de seu quarto ano. Das poucas informações extraídas das páginas dispersas, encontram-se as palavras de Viana, entusiasmado com intento de dar continuidade ao periódico:

É um dever:

Penhorou-nos profundamente a maneira pela qual a grande imprensa desta Capital saudou o reaparecimento da nossa *Revista*.

Não temos expressão adequada ao que sente o ânimo agradecido.

As palavras, cheias de benevolência, deram-nos coragem.

Não esqueçamos também as adesões de alguns colegas, de muitos construtores e industriais, os quais, ao receberem a nossa *Revista*, se consideram assinantes.

Falamos a verdade e falamos sempre:

Uma revista, como esta, precisa de assinantes e de auxílios para viver e prosperar, e no Rio de Janeiro é ela indispensável...

Outros, que nós, a poderiam fazer melhor, bem o sabemos; mas não poupemos esforços, sacrifício e boa vontade¹⁰⁹.

¹⁰⁸ FREITAS, Bernardo Ribeiro. A arquitetura moderna. *Arquitetura. Revista dos Construtores*: Rio de Janeiro: a. 2, n. 9, nov. 1888, p. 134.

¹⁰⁹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Revista dos Construtores*. Rio de Janeiro: a. 4, n. 2, abr. 1895, p. 1.

O interesse pela arquitetura, traduzido pelos textos publicados a partir de 1888 na *Revista dos Construtores* representa, no nosso entendimento, uma reorientação na trajetória de Araújo Viana. Após o malogro na *Revista Técnica*, intento na imprensa que se deu depois da *Revista dos Construtores*, Viana passou a colaborar com outros jornais e revistas da época, focalizando cada vez mais em seus escritos as questões relacionadas à arquitetura brasileira. A posição que passaria a assumir, como estudioso da arte e arquitetura nacionais, lhe angariara um novo prestígio. Além de engenheiro e arquiteto, Araújo Viana se tornaria professor e historiador.

Figura 6 – Fotografia da Igreja de Nossa Senhora das Graças do Hospital da Gamboa



Fonte: Igreja de Nossa Senhora das Graças Hospital da Gamboa. Foto de Fernando Rodrigues. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/pagina/29>. Acesso em: 10 maio 2018.

2 PROFESSOR E HISTORIADOR: AS “SÁBIAS LIÇÕES” DE ARAÚJO VIANA

Araújo Viana passou a colaborar com outras folhas, aprofundando-se mais intensamente nas questões relativas à arte e arquitetura nacionais. Formado engenheiro e estudioso da arquitetura, Viana somaria à sua atuação os papéis de professor e historiador. Em seus textos, tratava da arquitetura sempre pelo viés da história, como se as páginas dos periódicos em que escrevia fossem uma extensão de sala de aula onde lecionava justamente Teoria e História da Arquitetura.

2.1 De Academia Imperial de Belas Arte à Escola Nacional e republicana: as mudanças no curso de Arquitetura

A passagem de Academia Imperial de Belas Artes para Escola Nacional de Belas Artes ocorreu após a instauração do regime republicano, em 1890. Entretanto, além do nome associado ao Império, a Academia também possuía um vínculo semântico que imprimia a sua supremacia no que concerne às Belas Artes. Conforme apontado por Helena Cunha de Uzeda, os acadêmicos temiam que a troca de nome abalasse o prestígio da instituição, justificando que o termo “Academia” era o título que se dava, em outros países, a estabelecimentos do mesmo gênero¹¹⁰. O curioso, ainda de acordo com a autora, é que esse argumento tenha sido sustentado pelo corpo docente da Academia Imperial, que estava acostumado a enviar pensionistas à *École Nationale Speciale des Beaux-Arts* de Paris.

Na França, a *Académie des Beaux-Arts* e a *École des Beaux-Arts* eram instituições separadas, embora coubesse à *Académie* um maior prestígio e poder de decisão sobre os assuntos da *École*. No Brasil, ao contrário, “a realidade mais acanhada acabou unindo por conveniência Academia e Escola com a criação da Academia de Belas Artes”¹¹¹. O governo republicano alterou títulos, insígnias e símbolos nacionais. Apesar de parecer um detalhe

¹¹⁰ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 11.

¹¹¹ Idem.

supérfluo, os nomes das instituições oficiais expressavam, de certa forma, as marcas de suas ideologias ou, ao menos, o desejo de seu comprometimento para com elas¹¹².

Claudia Thurler Ricci salienta que a “esperança e glória” dos primeiros tempos da Academia Imperial, cuja fundação representou a inauguração do ensino oficial de Belas Artes no Brasil, “havia se transformado em reprodução e submissão às regras e normas que, naquele momento, podiam e deviam ser questionadas”¹¹³. Nesse sentido, a reforma institucional não pretendida negar o ensino do estilo clássico, até então preconizado pela Academia, nem mesmo negar a importância dos fundadores da instituição. Mais do que uma ruptura, “trava-se de renovar a instituição, abrindo as suas portas para novas propostas e questionamentos que já se instauravam em diversas outras instituições do ensino artístico no Ocidente”¹¹⁴.

Assim, a transição da Academia Imperial para Escola Nacional não se restringiu apenas a uma simples alteração na denominação da instituição, mas implicou também debates em torno de reformas internas de seu ensino. Diferentes projetos de reformas concorriam no interior da Academia a fim de adequar a instituição às novas demandas da modernidade. Nessa contenda, os acadêmicos se dividiam também quanto à permanência do curso de Arquitetura no currículo da Escola. O próprio diretor da Escola naquele tempo, o engenheiro Ernesto Gomes Moreira Maia, em carta dirigida a Benjamin Constant, expressava a descrença na eficiência da formação acadêmica do referido curso, “alertando que as radicais mudanças que vinham ocorrendo nas técnicas de construção, fatalmente conduziriam os arquitetos a assumirem o papel de ‘engenheiros-construtores’”¹¹⁵. Contudo, dentre os projetos apresentados, saiu vitorioso aquele liderado pelos professores Rodolfo Bernadelli e Rodolfo Amoedo, que garantiu uma sobrevivência ao curso de arquitetura no seio das Belas Artes.

Naquela época, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, responsável pelos cursos de engenharia, disputava com a Academia a competência pelo ensino de arquitetura. Conforme apontado por Márcia Regina Romeiro Chuva, a Escola Politécnica propunha ampliar seu próprio curso de engenharia, distinguindo-o ao mesmo tempo da formação do arquiteto de Belas Artes. Pretendia-se, por um lado, incorporar as características construtivas próprias da

¹¹² UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 11.

¹¹³ RICCI, Claudia Thurler. *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903-1922)*. 2004. Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 78.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ UZEDA, Helena Cunha de, op. cit., p. 18.

arquitetura e, por outro, reduzir a formação da Academia Imperial de Belas Artes à de “artistas desenhistas”, traduzindo, assim, uma tentativa de distinção, de controle do espaço e do mercado de trabalho, “para o qual a Escola Politécnica pretendeu desqualificar o profissional formado em Belas Artes, caracterizando-o apenas como um ‘artista’”¹¹⁶. Como se viu, os questionamentos em torno da competência do ensino de arquitetura ocorriam, inclusive, dentro da própria Academia, cujos membros percebiam que o campo, cada vez mais, adquiria foros de “ciência da construção”, deslocando-se, portanto, das Belas-Artes.

Outrora vista como possuidora de uma “missão civilizatória”, a Academia era acusada ainda de estar estagnada, em virtude da veneração do cânone clássico que nela se fazia, alheia às novas correntes de ideias daquele tempo. A renovação da instituição, defendida pelo escultor Rodolfo Bernadelli, previa uma “ampliação dos horizontes do ensino, ao possibilitar que o aluno tivesse contato com diferentes doutrinas artísticas e não somente a clássica”¹¹⁷. Nesse sentido,

Caberia aos arquitetos, ao estudarem todas as produções do passado – clássicas ou não -, selecionar o que de melhor havia sido produzido pelo homem e operar uma síntese. Assim, seria constituída uma arquitetura que fosse bela e útil, satisfazendo as necessidades do presente e projetando uma imagem da sociedade para o futuro¹¹⁸.

De acordo com Claudia Ricci, o que estava em jogo nesse projeto de constituição de um novo estilo arquitetônico era a subjetividade do arquiteto, sua liberdade em escolher, dentre as formas do passado, aquela tida como sendo capaz de equacionar os problemas de seu tempo. Em outras palavras, significava encontrar soluções atuais, como técnicas e estéticas, para resolver os problemas então contemporâneos¹¹⁹.

Com a reforma institucional de 1890, o currículo da “nova” Escola Nacional de Belas Artes passou a se dividir em Curso Geral, com duração de três anos, e em Cursos Especiais, também com duração de três anos, de Pintura, Escultura, Gravura (reincorporado ao novo currículo, após ser extinto em 1882) e Arquitetura, este último com duração de dois anos

¹¹⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 204.

¹¹⁷ RICCI, Claudia Thurler. *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903-1922)*. 2004. Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 79.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 81.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 82.

apenas¹²⁰. Desta forma, as disciplinas básicas seriam estudadas durante três anos, nivelando conhecimentos e preparando os estudantes, antes que eles ascendessem aos seus cursos específicos.

Segundo Helena de Uzeda, a manutenção do curso de Arquitetura como parte integrante da Escola Nacional de Belas Artes “se constituiu numa vitória da Arquitetura entendida como parte das Belas Artes”¹²¹, ainda que tal permanência contrariasse alguns acadêmicos que preferiam ver o curso fora da instituição. Essa disputa em torno do curso de Arquitetura fazia com que fosse urgente legitimá-lo como pertencente ao campo das Belas Artes e, por conseguinte, à Escola. Para isso, ainda de acordo com Uzeda, era necessário preencher a cátedra principal do curso: Desenho de Arquitetura, Trabalhos Práticos e Projetos, que estava vaga desde 1888, após a aposentadoria do professor Bittencourt da Silva. A cátedra esteve sem titular até março de 1896, quando foi nomeado Henrique Bahiana, que ocupou o cargo por apenas oito meses. A dificuldade em encontrar alguém para ministrar a disciplina revela, conforme inferiu Uzeda, que o cargo de professor de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes não era tão cobiçado.

O novo currículo do Curso Especial de Arquitetura materializava a renovação da instituição e pretendida imprimir ao estudo da disciplina um caráter mais pragmático e mais afeito às tecnologias da época. A nova formatação do curso era considerada um avanço em relação ao currículo anterior, elaborado em 1855, que previa para o ensino a frequência de apenas três cadeiras: Desenho Geométrico, Desenho de Ornatos e Arquitetura Civil. O leque de disciplinas, a partir da reforma de 1890, era constituído pelas disciplinas de Cálculo; Mecânica; Materiais de Construção e sua Resistência; Tecnologia das Profissões Elementares; Desenho Linear; Noções de Topografia; Plantas e Desenhos Topográficos; e Estereotomia, que tinham por objetivo aprofundar os conhecimentos técnicos.

Antes de suceder o italiano Carlo Parlagreco na cadeira de Teoria e História da Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, o nome de Ernesto da Cunha de Araújo Viana havia sido sugerido pelo Conselho Escolar da instituição primeiramente para ocupar a cátedra de Desenho da Arquitetura¹²². Naquela época, a cadeira estava vaga devido à saída do professor Henrique Bahiana. A indicação de Araújo Viana para o cargo devia-se aos novos regulamentos

¹²⁰ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 20.

¹²¹ *Ibidem*, p. 34.

¹²² *Idem*.

outorgados pela reforma republicana, que previam a nomeação de professores de “notória competência” para reger as cadeiras vagas. Conforme descrito nas atas de sessões do Conselho Escolar:

O professor Araújo Viana, engenheiro pela Escola Politécnica tem competência mais que provada por trabalhos publicados sobre as disciplinas da cadeira que rege interinamente... assim como por projeto e por obras (construções) originais executados..., que certamente são superiores às provas regulamentares de um concurso¹²³.

Contudo, quem acabou ocupando a cadeira foi o arquiteto italiano, naturalizado brasileiro, João Maria Ludovico Berna, formado pela antiga Academia Imperial de Belas Artes. A Araújo Viana coube a cátedra de História e Teoria da Arquitetura, em substituição ao professor Carlo Parlagreco, a partir de 1897. Viana ocupou a cadeira até 1920, ano de seu falecimento.

Carlo Parlagreco, de formação desconhecida, aparece referido em alguns textos apenas como esteta. Era irmão dos pintores italianos, atuantes no Brasil, Benjamin Parlagreco e Salvador Parlagreco¹²⁴. Embora tenha ministrado a disciplina entre 1891 a 1896, Parlagreco se notabilizou como um dos principais redatores e colaboradores do jornal *Gazeta de Notícias*, o que leva a inferir que fosse um homem mais ligado às letras e ao jornalismo do que propriamente à arquitetura.

Em suas aulas, Parlagreco abordava formas arquitetônicas de quase todas as civilizações, ocidentais e orientais; tratava desde o estudo das leis e jurisprudência aplicadas às construções públicas e privadas à inclusão do estudo de higiene urbana e temas como a arquitetura americana pré-colombiana e arquitetura colonial brasileira. Segundo a ementa por ele formulada:

O estudo da história da arquitetura é devido a uma das maiores conquistas da moderna pedagogia... um estudo analítico sobre as diferentes formas que assume o espírito humano na sua evolução através das raças e dos ambientes... é indispensável aos estudantes de arquitetura o conhecimento desta arte, pela qual revela-se o grau de potência e civilidade de um povo; é preciso não por luxo da erudição, mas para conhecer qual e quanta herança recebemos do passado... Dos últimos restos... de edifícios etruscos, egípcios e persas até ao ecletismo de nossos dias, agita-se um longo trabalho não interrompido do gênio humano, que vai transformando-se

¹²³ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 36.

¹²⁴ SALVADOR Parlagreco. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24135/salvador-parlagreco>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

continuamente... Assim aos estudantes vão se abrir novos horizontes e novos ideais que não são o fanatismo de uma erudição apta a acariciar a vaidade, sem educar a inteligência e o caráter¹²⁵.

Parlagreco, ao contrário de seu sucessor, não legou nenhum material contendo suas ideias arquitetônicas. Araújo Viana, por sua vez, deixou uma série de artigos publicados que, além de ilustrarem quais ideias sobre arquitetura fundamentavam suas aulas, podem ser considerados uma tentativa de elaboração de uma historiografia acerca do tema. Tais escritos também se conformam com seu ingresso na Escola Nacional de Belas Artes, momento a partir do qual se observa uma predileção pelas questões de arte e arquitetura.

O programa sugerido por Araújo Viana representou também uma “inovação” para a cátedra de História e Teoria da Arquitetura. A disciplina ganharia o subtítulo “Legislação Especial e Higiene das Habitações”, evidenciando uma “ligação” entre a arquitetura e engenharia, exercício que o professor já havia realizado à frente da *Revista dos Construtores*, referida no primeiro capítulo.

De acordo com o programa do curso, Araújo Viana pretendia definir a Arquitetura simultaneamente como ciência, arte de invenção e arte plástica. O curso partiria das origens das práticas construtivas, isto é, das formas de construção pré-históricas. Chama atenção, particularmente, o estudo sobre a arquitetura no Brasil desde os tempos coloniais, o estudo espacial da edificação particular na cidade do Rio de Janeiro e o que considerava o ideal da habitação nos climas tropicais¹²⁶. Os temas em questão demonstram uma antiga preocupação do professor com a valorização das raízes arquitetônicas brasileiras.

Segundo Helena de Uzeda, “Araújo Viana requalificava, assim, a arquitetura utilizada no período da colônia, direcionando a atenção dos estudantes para uma nova possibilidade estética, localizada fora dos arquétipos acadêmicos”. Embora não fosse o único responsável pela elaboração dos concursos da cátedra de Composição de Arquitetura, “o entusiasmo do professor pela história da arquitetura brasileira teve um peso considerável na formação dos arquitetos” da Escola de Belas Artes¹²⁷.

¹²⁵ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 79.

¹²⁶ UZEDA, Helena Cunha de, op. cit., p. 153.

¹²⁷ Ibidem, p. 128.

O interesse de Araújo Viana pelo período colonial pode ser explicado por alguns aspectos de sua personalidade, conforme apontado por Denise Gonçalves¹²⁸, sobretudo por sua formação como engenheiro; “daí o viés construtivo”. Nesse sentido, para *construir* uma história da arquitetura, o professor precisaria encetar o assunto a partir de um ponto que, para ele, simbolizaria o início daquela história. A afinidade com o campo da arquitetura, relativamente comum em um momento de definição de competências, pode ser observada na própria *Revista dos Construtores*, que reunia conhecimentos de arquitetura, engenharia, higiene e prática das construções. O perfil de Araújo Viana pode ser definido, assim, segundo as palavras de Denise Gonçalves:

Engenheiro, arquiteto, jornalista e historiador – é a este perfil humanista que se deve não só a modernização da disciplina, mas também o esboço de uma historiografia da arquitetura brasileira que, se não prima pela imparcialidade científica, já se configura dentro de objetivos precisos¹²⁹.

Esse “perfil humanista” de que fala Denise Gonçalves é tributário das influências sofridas pelo engenheiro. Em alguns de seus escritos, Viana apontou o nome de indivíduos que, de alguma forma, moldaram sua cosmovisão. Em um deles, o engenheiro afirmou que seu “guia e inspirador” nas questões de “filosofia da arquitetura” era L. A. Boileau¹³⁰. Boileau foi um arquiteto francês, discípulo de Eugène Viollet-le-Duc, responsável pela formação de uma geração de arquitetos que, inspirados em suas ideias, renovaram o ensino da arquitetura na França. Além de Boileau, entre os discípulos de Viollet-le-Duc estavam Lucien Magne e Auguste Choisy, professores de História da Arquitetura da *École des Beaux-Arts* e da *École Polytechnique*, respectivamente. Em seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, Viollet-le-Duc definia assim a construção:

A construção é uma ciência; é também uma arte, ou seja, é necessário ao construtor o saber, a experiência e um sentimento natural. Nasce-se construtor; a ciência que se adquire não pode mais que desenvolver as sementes depositadas no cérebro dos homens destinados a dar um emprego útil, uma forma durável à matéria bruta. Assim ocorre com os povos como com os indivíduos: alguns são construtores desde o berço,

¹²⁸ GONÇALVES, Denise. A historiografia da arquitetura no Brasil - estudo de caso: Ernesto da Cunha de Araújo Viana. In: Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 27. *Anais*. Salvador: CBHA, 2007, p. 103. Disponível em: < http://www.cbha.art.br/coloquios/2007/Anais_2007.pdf > Acesso em: 11 jun. 2018.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura no salão de 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 177-178.

outros não se tornarão jamais; o progresso da civilização acrescenta pouco a essa faculdade natural¹³¹.

No referido verbete, Viollet-le-Duc diz que “construir, para o arquiteto, é empregar os materiais em razão de suas qualidades e de sua natureza própria, com a ideia preconcebida de satisfazer a uma necessidade pelos meios mais simples e mais sólidos”¹³², de conferir à construção a aparência da duração, proporções convenientes submetidas a certas regras impostas pelos sentidos, raciocínio e instinto humanos. Com isso, “os métodos do construtor devem então variar em razão da natureza dos materiais, dos meios dos quais ele dispõe, das necessidades às quais ele deve satisfazer e da civilização em meio à qual ele nasceu”¹³³.

Segundo Aldo Rossi, para Viollet-le-Duc a resposta da arquitetura enquanto ciência era necessariamente unívoca: diante de um problema, haveria uma só solução, os problemas com os quais a arquitetura se defronta mudam continuamente, alterando suas conclusões. Desta forma, os princípios da arquitetura e as construções que modificam a realidade constituiriam a estrutura da criação humana. Assim, “Viollet-le-Duc descobre que, na arquitetura, a casa é o que melhor caracteriza os costumes, os usos, os gostos de uma população; tanto sua estrutura quanto suas características distributivas só se modificam em tempos muito longos”¹³⁴. Ao que tudo indica, portanto, essa geração de arquitetos franceses influenciou o entendimento de Araújo Viana sobre o campo da Arquitetura, fazendo com que ele a concebesse a partir do binômio “arte” e “ciência”.

Suas referências, no entanto, compreendiam também nomes brasileiros. No curso ministrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que condensa boa parte de seus textos dispersos na imprensa carioca, Araújo Viana rendeu preito à memória daqueles cujo legado guiou-o no começo dos estudos relativos às Belas Artes no Brasil:

[...] de Manuel Araújo Porto Alegre (o Barão de Santo Ângelo), os trabalhos insertos no *Ostensor Brasileiro*, na *Guanabara*, *Minerva Brasiliense*, e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nas atas da Academia Imperial de Belas-Artes, na qual ele aprendeu, foi professor e diretor; de Moreira de Azevedo, meu mestre no Colégio Pedro II; e de Joaquim Manuel de Macedo, os seus escritos históricos, os discursos solenes do Instituto, os quais, muitas vezes, tive a ventura de ouvir

¹³¹ VIOLLET-LE-DUC, Eugène. Construction. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*. Paris: B. Bance, 1858, p. 1. Disponível em: <<https://archive.org/stream/dictionnairerais04byuvio1#page/n111/mode/2up>> Acesso em: 15 jun. 2018 (tradução nossa).

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 154.

pronunciados com aquela voz canora, com que Macedo movia o auditório seleta, os seus romances, desde a *Moreninha* às *Vítimas Algozes*, e o seu teatro. Finalmente não devo esquecer Joaquim Maximiano Mafra, o velho Mafra, sabedor como ninguém de toda a história das Belas-Artes no Brasil, secretário aposentado e professor jubilado da Academia e autor do desenho fundamental da estátua equestre de d. Pedro I. Para todas as dúvidas, todos os pontos, obscuros para mim, relativos aos artistas brasileiros e às obras, encontrei prontos esclarecimentos em Mafra¹³⁵.

O interesse pelas Belas Artes, ao que parece, vinha de longa data. Seus estudos sobre arte e arquitetura levaram-no a ingressar na principal instituição da área à época, justamente em um momento de indefinição quanto ao seu currículo. Viana estava, por assim dizer, em sintonia com tais questões, pois as incertezas sobre o curso de Arquitetura debatidas dentro da Escola Nacional de Belas Artes também foram, de certa forma, defrontadas nos textos da *Revista dos Construtores*, como se viu no primeiro capítulo.

Antes dos primeiros artigos de Araújo Viana serem publicados n'A *Notícia*¹³⁶, o periódico já divulgava as atividades desenvolvidas pelo engenheiro como professor da Escola Nacional de Belas Artes. A edição de 27 de julho de 1898¹³⁷, por exemplo, noticiava a excursão em exercício prático dos alunos do curso de Arquitetura, supervisionada por Araújo Viana, pela Ilha Fiscal. O texto detalhava a visita, apresentando, inclusive, a justificava dada pelo professor para aquela atividade. Segundo Araújo Viana, era preciso mostrar aos seus discípulos uma obra em que pudessem observar algumas “reproduções ou imitações” de arquitetura medieval. Para

¹³⁵ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 522-523.

¹³⁶ O jornal carioca *A Notícia*, diário e vespertino, foi fundado em 17 de setembro de 1894 pelo jornalista de origem portuguesa Manuel de Oliveira Rocha, com redação na Rua do Ouvidor. Seu expediente era composto ainda por Demerval da Fonseca, que substituiu Álvares de Azevedo Sobrinho na secretaria; por Cesário Alvim Filho, Castelar de Carvalho e Nicolau Ciâncio, que trabalhavam na redação; por Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Pedro Rabelo, Vieira Fazenda, Luís Murat, Agenor de Roure e Artur Azevedo, como os colaboradores mais conhecidos; por Medeiros e Albuquerque, responsável pela crítica literária; e Salvador Santos, a quem estava entregue a gerência. O periódico foi extinto em 1997, tendo, antes disso, sua circulação interrompida entre 1930 e 1938 e entre 1979 e 1991. Publicação de tiragem expressiva, *A Notícia* trouxe para o jornalismo de sua época uma inovação gráfica: suas páginas, divididas em seis colunas, estruturavam-se pelo agrupamento de assuntos correlatos sob um mesmo tópico, que possuía um lugar fixo dentro do jornal. Outro aspecto importante de sua diagramação era o fato de não trazer anúncios em suas páginas de notícia – a publicidade concentrava-se sempre em sua última página –, apresentando uma uniformidade em sua impressão. Segundo Nelson Werneck Sodré, *A Notícia* “era, ainda no início do século, quase alheia à política, informando mais do que opinando” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 285). Não obstante, conforme apontado por Sérgio Montalvão, isto não significava que o jornal não possuísse uma posição política; pelo contrário, “era um jornal decididamente republicano, que apoiou o governo militar de Floriano Peixoto (1891-1894) e os que se sucederam, sem contudo, entrar no jogo político-partidário” (MONTALVÃO, Sérgio. *Notícia*, A. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOT%C3%8DCIA,%20A.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2018.).

¹³⁷ *A Notícia*, n. 184. Rio de Janeiro: 27 jul. 1898, p. 2.

tanto, o professor havia escolhido o posto fiscal da alfândega, onde, de acordo com ele, à simples e rápida inspeção da fachada, via-se que se tratava de uma construção sincrética de elementos extraídos da arquitetura militar da Idade Média. Demonstrando circunstanciadamente todos os pormenores arquitetônicos do medievo, Araújo Viana recordou a seus alunos de que a arquitetura civil e militar dos períodos romântico e ogival centrava-se de caracteres religiosos da época.

Posteriormente, o jornal publicou mais uma excursão supervisionada por Araújo Viana, desta vez na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência¹³⁸, tendo como finalidade o estudo prático do estilo barroco. Conforme detalhado por *A Notícia*, durante a visitação, o professor Araújo Viana recordou que com a época do Renascimento, a “imitação” da Antiguidade produziu obras notáveis, como as do arquiteto e escultor Filippo Brunelleschi, dentre outros artistas. Porém, entre os arquitetos renascentistas, essa imitação chegou a um servilismo de cópias e recópias, resultando na ausência absoluta de originalidade.

Em seguida, o gosto pelo luxo e pelo aparatoso teria se tornado uma paixão, “quase um delírio”, que, invadindo a arquitetura italiana no final do século XVI, ameaçava-a de decadência. Araújo Viana afirmava ainda que “os grandes personagens”, que mandavam construir “cheios de vaidade”, tentavam eclipsar uns aos outros, fazendo com que os arquitetos do período construíssem verdadeiros “arranjos pitorescos de fazerem efeito”. Apesar dos protestos dos gramáticos, como Giacomo Vignola e Andrea di Pietro della Gondola, vulgo Palladio, que teriam construído “sempre segundo as leis corretas do estilo clássico”, foi impossível impedir que a corrente do “falso gosto” avassalasse a arte, surgindo então, o estilo “pretencioso e empolado”, aquele por muitos chamado de “*estilo dos maquinistas*”, de cuja escola Gian Lorenzo Bernini, o “célebre” Cavalier Bernin, foi fervoroso adepto, apesar de ter sido o autor da “bela colunata da Praça São Pedro”, em Roma¹³⁹.

Durante a aula externa, Araújo Viana se aprofundava na história da arquitetura barroca afirmando que, dos fins do século XVI até o século XVIII, “todos os estilos que se formaram baseavam-se mais ou menos no Renascimento, mas alguns exprimindo uma decadência como o barroco”. A fase artística compreendida neste ínterim, inclusive, poderia ser chamada de “estilo franco-italiano”, pela “notável” influência dos artistas italianos. O barroco, que teve em Francesco Borromini um grande propagandista, devendo-se, portanto, “melhor denominá-lo de

¹³⁸ *A Notícia*, n. 196. Rio de Janeiro: 10 ago. 1898, p. 2.

¹³⁹ *Idem*.

estilo borromínico”, esteve presente na Itália e em Portugal. Na França, deu-se uma arquitetura barroca aos moldes dos gostos de Luiz XV em uma fase, e o estilo *rococó* em outra.

Araújo Viana seguia ensinando aos seus alunos que o *estilo borromínico* era mais escultural e pictural do que arquitetônico, chamando aquela decoração de uma “bela balburdia artística”, onde colunas, bases, arquivadas, cornijas e frisos eram cortados, interrompidos e onde, sob uma invenção profusa de ornatos, “não existia um membro arquitetural que não perdesse suas linhas, suas formas, seu caráter e sua função”. Tratou ainda da influência da *rocalha* ou embrechado (*rocaille*) e da *concha* na ornamentação barroca, mostrando, em diversos pontos da Igreja, as diferentes variantes deste ornato, que, segundo ele, era “tão predileto na época de Luís XV, usado também no estilo de Luís XIV, mas provindo do Renascimento”.

O professor fez sentir ainda a “inferioridade arquitetônica” das linhas gerais da construção da Igreja, porque, de acordo com ele, sendo o barroco mais uma “*decoração construída*” do que uma “*construção decorada*”, essa “inferioridade” era notada nas fachadas do gênero, para “triunfar a riqueza da ornamentação no interior”, apenas se observando na fachada a manifestação decorativa do estilo nas janelas e nas portas.

Concluindo, disse finalmente que a Penitência não era uma “imitação, uma reprodução, mas sim um exemplar contemporâneo dos barrocos”; pois sua construção havia se iniciado no século XVII e concluída no século XVIII, podendo-se ali estudar o estilo. Segundo informa o jornal, durante a exposição realizada pelo professor, os alunos examinavam detidamente os detalhes da Igreja, fazendo croquis de alguns motivos decorativos. Admiraram também as pinturas do teto da igreja, de autoria do “pintor nacional” José de Oliveira, natural da cidade do Rio de Janeiro, sobre o qual “escreveu encomiásticas palavras o finado Porto Alegre, notabilíssimo artista brasileiro e diretor da nossa extinta Academia de Belas Artes”.

Antes de retirar-se, o professor observou o trabalho consciencioso e hábil do artista que recentemente havia restaurado o templo e declarou que, entrando assustado por ter muito medo das restaurações, “às vezes piores do que o vandalismo destruidor”, saía muito satisfeito com o que via. Os exercícios seguintes seriam realizados no Mosteiro de São Bento e, depois, na Igreja da Conceição, à rua Conde do Bomfim, na Tijuca, construção projetada pelo engenheiro. Em edição posterior, o jornal detalhou novamente a visita ao mosteiro, uma espécie de exercício complementar às lições acerca do estilo barroco. Entretanto, não se localizou a notícia referente à visita da Igreja da Conceição.

A riqueza de detalhes sobre a aula externa ministrada por Araújo Viana fornece pistas importantes para compreender o lugar de destaque que o professor passaria a ocupar nos debates

sobre arquitetura e arte. Nos relatos sobre as atividades se observa a erudição no trato da história da arquitetura, tema que lecionava na Escola Nacional de Belas Artes, conferia-lhe lugar de autoridade sobre o tema, tornando-o referência sobre tais questões em sua época. Isso se confirma com sua posterior colaboração com o jornal *A Notícia* e, depois, com a revista *Renascença*¹⁴⁰.

2.2 A Arquitetura como escrita da História

No texto *Estilos*, publicado em dezembro de 1900 no jornal *A Notícia*, Araújo Viana se propôs a apresentar ao leitor uma definição para o conceito que lhe servia de título. Viana afirmava que o vocábulo “estilo”, passando da literatura para o domínio das artes, servia para caracterizar, de um modo geral, os contornos construtivos particulares, os ornamentos típicos exigidos pela construção, que os povos imprimiam às obras, segundo os tempos, os climas e raças, “segundo também o seu grau de cultura, capacidades físicas e morais”¹⁴¹.

Reconhecendo se tratar de um assunto delicado e mesmo difícil, Viana salientava que ao construir uma casa em um determinado estilo - isto é, “um pastiche correto e impecável” quanto às linhas e detalhes - seu autor deveria conhecer a marcha da humanidade através dos tempos históricos e as características da arte de uma época, seus traços essenciais, transformações e os reaparecimentos razoáveis de caracteres de outras artes.

¹⁴⁰ Segundo Nelson Werneck Sodré, surgida em 1904, a revista *Renascença*, publicação mensal de letras, ciências e artes, era dirigida por Rodrigo Otávio e Henrique Bernardelli. Compartilhava com outra emblemática publicação da *belle époque* carioca, a revista *Kosmos*, os mesmos colaboradores: José Veríssimo, na crítica literária; Coelho Neto, com as suas fantasias; Olavo Bilac e Guimarães Passos publicavam contos; Sílvio Romero divulgava estudos sociais; Paulo Barreto escrevia crônicas; Elísio de Carvalho comparecia com ensaios, e havia mais Araripe Júnior, Vieira Fazenda, Max Fleiuss, Afonso Celso e o barão de Paranapiacaba. A revista era publicada em papel couché, repleta de ilustrações¹⁴⁰. De acordo com Sodré, a publicação nasceu como competidora da revista *Kosmos* (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 298). Entretanto, seus editores salientavam em seu primeiro número a importância daquela revista: “Precedeu-a na arena o *Kosmos*, de cuja feição artística não dirá bastante tudo quanto de bem se possa dizer. Atestado eloquente do que se é capaz de fazer entre nós, *Kosmos* merece, de todos os que amam a arte e as letras, animação e amparo, não tendo nós para a brilhante revista senão palavras de louvor e desejos de prosperidade. Assim, possa a *Renascença* secundar o belo periódico na demonstração prática do nosso progresso e desenvolvimento artístico” (*Renascença*, a. 1, n. 1. Rio de Janeiro: mar. 1904, p. 6).

¹⁴¹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Estilos*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 192-195.

Em seguida, o professor buscava explicar seu argumento trazendo à luz uma casa que então havia sido edificada na cidade, e que fora classificada como sendo de estilo “puro gótico”. Mostrando-se contrário àquela classificação, Viana escrevia:

Por quê? Por que as janelas e as portas da fachada são ogivais e tem esta alguns ornatos imitados do gótico? Não há nenhum ornato ali que exprima uma necessidade, e corresponda ao sistema construtivo. Na frente não se observa um ponto que pela construção mereça o edifício a classificação de gótico, quanto mais puro gótico¹⁴².

Para Viana, tal como propunha Viollet-le-Duc, os elementos ornamentais deveriam estar subordinados às necessidades construtivas. Em outras palavras, seguindo o exemplo fornecido da casa de estilo “puro gótico”, a ogiva, que, segundo ele, não era uma característica fundamental da arte gótica, uma vez que já existia desde a Antiguidade, não se tratava de um simples ornato decorativo, mas, sim, de uma resultante necessária à construção, que nasceu e evoluiu no período medieval da história.

Nesse mesmo aspecto, as construções gregas, cuja sociedade privilegiava as formas geométricas, reduziam-se a uma equação: a equação das colunas. Os templos helênicos se sustentavam em função das colunas e tudo decorreria delas. Com isso, as colunas gregas desempenhavam um papel construtivo e não puramente ornamental, tal como eram largamente empregadas nas construções que “imitavam” as clássicas.

O entendimento de Araújo Viana acerca do que constituía um “estilo” se coaduna, em parte, com o de Pierre Bourdieu, segundo o qual estilo é maneira particular de representar a percepção, pensamento “e de captação próprio de uma época, de uma classe, de uma fração de classe ou de um grupamento artístico”¹⁴³.

Quanto aos modos de produção e percepção artísticos, Bourdieu constata ainda que a aptidão para analisar e decifrar as características propriamente estilísticas de uma obra decorre do conhecimento prático adquirido pelo convívio com elas ou por intermédio de uma aprendizagem de sistemas de classificação, que permitem situar cada elemento das representações artísticas em uma classe definida. Desta forma, a apreensão dos traços estilísticos que definem a *originalidade* é indissociável da apreensão das *redundâncias*

¹⁴² VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Estilos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 193.

¹⁴³ BOURDIEU, Pierre. Modos de produção e modos de percepção artísticos. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 283.

estilísticas; ou seja, “dos tratamentos típicos da matéria pictórica que definem um estilo”¹⁴⁴.

Ainda de acordo com Bourdieu:

Cada época organiza o conjunto das representações artísticas segundo um sistema de classificação dominante que lhe é peculiar, aproximando obras que outros períodos aproximavam, de modo que os indivíduos têm dificuldades em pensar outras diferenças além daquelas que o sistema de classificação disponível lhes permite pensar¹⁴⁵.

Giulio Carlo Argan, por sua vez, afirma que “em cada objeto artístico se reconhece facilmente um sedimento de noções que o artista tem em comum com a sociedade de que faz parte, sendo como a linguagem histórica e falada de que se serve o poeta”¹⁴⁶. Assim, a arquitetura – suas técnicas e estilos – é, por excelência, a linguagem do arquiteto, a forma como ele escreve e registra a sociedade de seu tempo. É, pois, o vocabulário com o qual expressa questões intrínsecas de uma determinada época: é um registro da história.

Ainda que denunciasse uma suposta falta de originalidade entre os arquitetos brasileiros daquele período, mais interessados em reproduzir o gosto e padrão europeus, Viana reconhecia entre seus pares da Escola Nacional de Belas Artes esforços para edificar uma arquitetura brasileira. Entre eles, merecem destaque os projetos de Adolfo Morales de Los Rios. Em artigo intitulado *A arquitetura no salão de 1900*, Araújo Viana discorreu mais uma vez sobre a falta de originalidade das construções erigidas ao longo do século XIX, não apenas no Brasil, mas também em outras partes do mundo:

S. Isaac de S. Petersburgo é tudo, menos bizantina; o arco do triunfo em Paris é imitação do Septino Severo; a coluna de Vendome é cópia da de Trajano; o capitólio de Washington, onde salva a tentativa de decoração indígena substituindo a coluna coríntia por pilares de hastes de milho e acanto por folhas de tabaco, se reduz a um conjunto colossal de elementos triviais da arquitetura antiga¹⁴⁷.

Reside aí um indicativo de que, para o engenheiro, a imitação e difusão do estilo clássico não era uma exclusividade do Brasil, mas, sim, um “mal” que atingia a “arquitetura original” de outras nações. Entendendo a arquitetura não apenas como arte, mas também como ciência,

¹⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. Modos de produção e modos de percepção artísticos. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 283-284.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 285.

¹⁴⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 29.

¹⁴⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura no salão de 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 177-178.

para Araújo Viana ela era manifestação simultânea de duas faculdades humanas: o sentimento e o raciocínio. Com isso, o professor dizia ser difícil a classificação deste tipo de arte (a imitada), pois, para tal, seria indispensável distinguir nestas construções o que emanava da emoção estética da parte decorativa e o que resultava do racionalismo científico da parte construtiva.

A lógica que norteava essa classificação, “no sentido do progresso”, baseava-se segundo o sistema construtivo que decorria da natureza dos materiais empregados e de sua combinação, ao passo que o estilo decorativo utilizado simbolizava “uma época, um povo, um país”. Seguindo o raciocínio definido por Araújo Viana, a arquitetura moderna apoiava-se na ciência “que progride”, e não poderia mais recorrer unicamente à estereotomia da pedra, devendo, portanto, invocar “a resolução dos grandes problemas de arejamento higiênico e da iluminação de vastíssimas naves”¹⁴⁸.

Cláudia Thurler Ricci corrobora o entendimento do arquiteto-engenheiro para aquela época, ao assinalar que:

Fácil é compreender a função de relato histórico da qual um texto pode estar imbuído, afinal, às letras sempre foi reservado o papel de organizar e dar forma à experiência humana. Entretanto, a associação entre Arquitetura e narrativa histórica não se apresenta como uma constante. Tal relação encontra seu lugar em um momento específico da história da Arquitetura - século XIX e inícios do XX -, que tomou para si a preocupação de organizar as formas tal qual um relato, permitindo que a história de uma nação fosse lida nas edificações.¹⁴⁹

Contudo, para o engenheiro, apesar do quadro geral, havia ainda indivíduos que se esforçavam em atender tal lógica. Era o caso de Morales de los Rios:

Os trabalhos expostos pelo Sr. Adolfo Morales de los Rios me despertam todas as considerações que acabo de escrever, porque realmente o digno professor catedrático da Escola Nacional de Belas Artes é um arquiteto do fim do século XIX, adaptado às épocas, aos progressos e aos climas. O Sr. Morales é, portanto, da escola daqueles que não admitem a invenção na arquitetura como guia mais seguro, e que para fazer-se melhor do que os antepassados não convém, justamente, fazer-se o contrário, porque para justificar-se a seiva de uma árvore não cortam-se-lhe as raízes. É um arquiteto, decorador, paisagista, salubrista, e além de tudo isso engenheiro ilustrado. E tem

¹⁴⁸ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura no salão de 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 178.

¹⁴⁹ RICCI, Claudia Thurler. Sob a inspiração de Clio: O Historicismo na obra de Morales de los Rios. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mlr_ctr.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

imaginação viva, fértil e pronta. Não conheço atualmente quem desenhe com mais rapidez do que ele¹⁵⁰.

Elogiando os trabalhos produzidos por Morales de los Ríos, Araújo Viana concluía que seu colega possuía “uma arquitetura honesta e franca sem subterfúgios, e onde o ornato representa uma necessidade e não puro, banal e medíocre arranjo”¹⁵¹.

Adolfo Morales de los Ríos, engenheiro-arquiteto espanhol radicado no Brasil, tal como Araújo Viana, procurou construir uma história, “fosse ela escrita com pedras ou com letras”¹⁵². Conforme apontado por Claudia Ricci, para Morales nada escapava do julgo da História; por isso, solicitava o auxílio desta disciplina a todo o momento. Os textos e projetos legados por Morales, analisados por Ricci, possibilitam entrever a cosmovisão do arquiteto eclético frente às problemáticas de sua época; e concluir que, mais do que um engenheiro, arquiteto ou literato, Morales de los Ríos era um intelectual que refletia sobre a sociedade de seu tempo.

Em alguns de seus escritos, por exemplo, disputava com Vieira Fazenda a primazia de saber o local exato da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Ricci, “para Morales, é neste movimento de ‘olhar muito para o passado’, nesta busca das origens, que podemos encontrar a efetivação do presente. A modernidade, em outras palavras, é construída sobre os alicerces que o passado fundamentou”¹⁵³. Ainda de acordo com a autora, “a via escolhida por Morales de los Ríos para pensar a produção arquitetônica remete à questão da história da arquitetura como história dos estilos”¹⁵⁴.

Seguindo essa reflexão, além de características puramente plásticas, o estilo é uma forma de registro dos costumes de uma sociedade. Morales procurou redimensionar a posição ocupada pelos ornatos, que, então, situavam-se em lugar de apreciação estética, fazendo suscitar igualmente uma “apreciação simbólica, ganhando assim estatuto de representação dos hábitos e costumes que tiveram lugar num determinado espaço e tempo”¹⁵⁵. É o estilo como encarnação,

¹⁵⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura no salão de 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 180-181.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 182.

¹⁵² RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Ríos: uma história escrita com pedras e letras*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996, p. 2.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 77.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 101.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 102.

como entalhe na pedra da identidade cultural de um povo; é a forma não mais como mera forma, como fruição, mas como formação e conformação simbólica da história de um povo.

De acordo com Claudia Ricci, “para Morales, a arquitetura é tornada monumento pois representa a memória de uma nação, e por isto não deve destruída”¹⁵⁶; ela é parte integrante da cultura de um povo. Tal visão era compartilhada por Araújo Viana, que em seus escritos também intentava construir uma história nacional a partir da arte e arquitetura. Ademais, compartilhavam o mesmo pensamento quanto ao “uso correto” das ornamentações, que deveriam cumprir não apenas uma função de embelezamento, mas, sobretudo, educativa, no sentido de registrar e narrar uma história. Mas que história seria? Para Araújo Viana, no caso das edificações brasileiras, seria a de registrar e contar a história nacional. Por isso, combatia a ideia de destruição de construções e monumentos que remontavam a essa história; combatia, especialmente, desvios que afastassem os estilos arquitetônicos de sua “real” função.

Araújo Viana criticava em seus escritos as “cópias”, identificadas como um desses desvios. Contudo, como as posições de Viana sobre o tema se assemelhavam às de Morales, acredita-se que o primeiro também comungava como segundo o mesmo pensamento com relação às cópias. Em outras palavras, “a cópia é vista por Morales de los Rios como possibilidade de conhecimento profundo, constituindo-se em uma etapa a ser cumprida no aprendizado artístico”¹⁵⁷. Existindo um modelo, cuja magnificência fosse consagrada por artistas, seria preciso lembrá-lo por meio da cópia. Viana e Morales, no entanto, não operaram a distinção conceitual entre imitação e modelo, mas em seus escritos é possível verificar a positivação ao ato mecânico de copiar um modelo, que desempenhava a função de exemplaridade. Prova disso é o episódio da visitação do professor Araújo Viana à Ilha Fiscal, onde levou seus alunos para mostrar a construção sincrética de elementos extraídos da arquitetura militar da Idade Média. O castelo da Ilha Fiscal não é uma obra genuinamente medieval, pois não foi construído no medievo, mas inspirado em estilos medievais. Constituía, nesse sentido, uma cópia original de um modelo medieval, e não meramente uma imitação, um fac-símile de alguma construção da Idade Média.

Mas a cópia não pressupunha apenas a transposição das formas plásticas, pois durante este lento aprendizado “ela torna-se também possibilidade de manifestação da individualidade

¹⁵⁶ RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios: uma história escrita com pedras e letras*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996, p. 114.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 126.

do artista”¹⁵⁸. A originalidade da criação de uma nova obra, por sua vez, residia no profundo conhecimento adquirido por meio do exercício de cópia das belezas produzidas e consagradas até então. Conforme Claudia Ricci,

É certo que, para Morales, a obra resulta da conjugação da ideia ingênita da beleza, da qual, como vimos, o artista não pode prescindir, aliada à experiência por ele adquirida, que se dá através do desenho, mas também e principalmente pela existência do terceiro fator que é o pensamento e alma do artista. Este tem uma função primordial, pois o afasta do simples “servir servilmente”, fazendo com que o artista dê à matéria não só a forma que deseja, mas que a esta forma venha atrelada a um significado¹⁵⁹.

Compreender a maneira como Morales de los Rios concebe a arquitetura, sua missão e desafios, permite compreender, de certa forma, as ideias difundidas por Araújo Viana. Ambos procuraram escrever uma história nacional, utilizando a arquitetura como fio condutor.

Em alguns textos, Viana procurou concatenar uma história da arquitetura brasileira. Em artigo publicado na revista *Renascença* em fevereiro de 1906, intitulado “O estilo clássico na arquitetura do Rio de Janeiro”, Araújo Viana afirmava que as obras de arquitetura no Brasil, desde a posse portuguesa até aqueles dias, poderiam ser classificadas em dois períodos distintos, época colonial e Brasil independente, devendo-se, neste último período, considerar duas fases: a monárquica e a republicana. Partes do texto foram extraídas de outro, publicado anos antes em *A Notícia*, com o título de “Durante o século XIX”.

Segundo o professor, o alfa da construção brasileira foi a elevação da cruz, em Porto Seguro, por ocorrência da celebração da primeira missa, após o descobrimento por Pedro Álvares Cabral. O acontecimento, recordava o mestre, foi imortalizado em quadro a óleo pelo pincel do artista e professor Pedro José Pinto Peres.

O recorte escolhido para contar a história da arquitetura brasileira, iniciada com o episódio do “descobrimento”, foi explicado também no aludido curso ministrado no IHGB. Na ocasião, Viana afirmou que as artes plásticas no Brasil abrangiam dois grandes aspectos gerais: o pré-histórico ou oriental, e o histórico e ocidental. O primeiro, ensinou o professor, “se acha por estudar profundamente, apesar das importantes investigações, constantes dos Arquivos do Museu Nacional, e dos trabalhos de Ladislau Netto Capanema, Hartt, Herculano Penna, Couto

¹⁵⁸ RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios: uma história escrita com pedras e letras*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996, p. 127.

¹⁵⁹ Idem.

de Magalhães, Charles Wiener e outros”¹⁶⁰. Segundo Viana, o aspecto pré-histórico, que reclama sucessivas e demoradas investigações, “deve pertencer a uma arqueologia, infelizmente ainda não constituída, nem disciplinada”¹⁶¹.

Quanto ao aspecto artístico ocidental, existiu a sabida fase holandesa, no Norte do Brasil, “aliás interessantíssima, porém mais do domínio da História Geral política ou de informações [...] Relativamente a esta fase, puramente histórica, há escritos luminosos dos srs. Oliveira Lima, Pereira da Costa e Souto Maior”. Assim, para Viana, as edificações erigidas durante a iniciativa holandesa não eram representativas de uma arte e arquitetura brasileira. O programa do curso no IHGB, tal como em seus artigos na imprensa, referia-se à época colonial como “Brasil português”, pois “foi a civilização da metrópole a vencedora, continuada e cultivada até hoje, embora, embora não tenham faltado atentados até contra as tradições da nossa vernaculidade portuguesa”¹⁶². Diante disso, infere-se que, segundo as lições de Araújo Viana, a arte e arquitetura brasileiras são signatárias das portuguesas, estabelecendo, assim, um elo entre ambas as civilizações; como se a civilização brasileira fosse uma continuação da civilização europeia.

Na época colonial, findada em 7 de setembro 1822 com a Proclamação de Independência, as construções, em geral, exprimiam a acomodação na zona tropical dos estilos barroco, rococó e jesuítico, que floresceram em Portugal e foram posteriormente transplantados para o Brasil. Tais modos artísticos cultivados no período colonial eram os únicos adotados no Rio de Janeiro, até a contratação do professor Grandjean de Montigny, integrante da “colônia Lebreton”¹⁶³ que desembarcou no país no tempo de D. João VI e viria a iniciar o ensino oficial de Arquitetura, após a fundação do ensino de Belas Artes em 1816, juntamente com os demais artistas franceses que formavam a comitiva.

Reconhecendo a importância de Grandjean de Montigny para o ofício e o ensino da Arquitetura, Araújo Viana salientava as inspirações do arquiteto francês, que, de acordo com ele, decorriam de sua escola de origem e de seus mestres, Charles Percier e Pierre-François-

¹⁶⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXVIII, parte II, n. 132, 1916, p. 510.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 511.

¹⁶² *Ibidem*, p. 512.

¹⁶³ Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Léonard Fontaine, “célebres arquitetos do primeiro império francês”. Grandjean de Montigny revelou-se, assim, grande representante da arquitetura mais em voga em seu tempo.

Segundo Viana, a Revolução e o Império em França concorreram para que se acentuasse a arquitetura imitada da Antiguidade Clássica: o estilo greco-romano atingiu sob os auspícios de Napoleão I o mais completo desenvolvimento. Do ponto de vista arquitetônico, o estilo difundido na primeira metade do século XIX, na Europa, assemelhava-se com o desenvolvido no final do século anterior, fazendo-se predominar o estilo greco-romano em detrimento do estilo original daqueles países. Assim, desde que se tratasse de um palácio, bolsa, alfândega, teatro, tribunal, hospício, museu, parlamento, igreja, apareciam nas fachadas dos prédios o frontão e as colunas típicas da arquitetura clássica.

A situação acentuava-se na França, onde, conforme assinalado por Araújo Viana, notava-se com facilidade o exclusivismo do clássico. Segundo o engenheiro, Paris era repleta de monumentos que lembravam fielmente os grandes períodos de Grécia e Roma.

Araújo Viana percorreu este caminho a fim de explicar o porquê de Grandjean de Montigny difundir no Brasil um estilo que, em sua visão, não se coadunava com “nacionalidade” do país. Ele afirmava que o predomínio do estilo clássico passou a ser levado até os “países conquistados” pelos arquitetos de Bonaparte. Por isso, não se poderia esperar de Montigny outra orientação pedagógica no ensino da Arquitetura. Estava, por assim dizer, “na massa do seu sangue, a arqueologia greco-romana”. O edifício da antiga Academia foi levantado segundo o desenho de Grandjean de Montigny; “o primeiro e duradouro exemplo do clássico na arquitetura do Rio de Janeiro”.

Viana afirmava que, antes da introdução do estilo clássico,

O Rio de Janeiro possuía uma arte, que lhe pertencia por fácil aclimação, evidente em importantes tempos, em mais de um edifício público ou particular, em mais de um chafariz, e no mobiliário. O sistema artístico se manifestava por um reflexo sincero e legítimo, a arte do ornamentista evoluía. O barroco puro, que já havia se transformado em estilo jesuíta nas igrejas, como na de Santa Cruz dos Milagres, continuaria a sua marcha, e poderia a ornamentação revestir-se de característicos nacionais; pois é forçoso confessar que a maneira pela qual foi tratado no Brasil com as matérias-primas do país, tem um acento especial em mais de uma obra. Valentim da Fonseca e Lisboa (o Aleijadinho) elevaram bem alto a arte de Borromini, e aquele artista, no plano e construção do Passeio Público, inaugurado em agosto de 1783, conseguiu um jardim arquitetônico barroco *brasileiramente* ornamentado, que sofreu no meado do século XIX alterações, as quais longe de melhorar o plano, o estragaram. Jornais caricatos, publicados no tempo da reforma do Passeio, ridicularizavam muito a medida e nos desenhos punham as árvores seculares em atitude de prece... Se o estilo decorativo, em voga, não fosse oficialmente preferido pelo clássico passaria para os lineamentos simpáticos, onde o ornato correspondendo a uma necessidade da linha construtiva se prestaria no futuro à grande liberdade de interpretação; e Grandjean, o

mestre, com seu prestígio oficial, impediu o movimento, não o dirigiu no sentido da corrente, acarretando para o borromínico brasileiro uma condenável estagnação¹⁶⁴.

Grandjean de Montigny assumiu o cargo de professor do curso de Arquitetura da Academia Imperial de Belas Artes a partir de 1827, professando na cadeira por vinte e três anos, até sua morte. Conforme apontado por Helena de Uzeda, durante todo esse tempo, ele seria o único professor efetivo da cátedra, segundo regiam os decretos de 1816, 1826 e 1831, “que colocavam o ensino de cada curso sob a responsabilidade de apenas um professor efetivo”¹⁶⁵.

Viana reconhecia ainda a figura de José Maria Jacinto Rebello como “sincero continuador” do legado de Grandjean de Montigny. Rebello, que cursou simultaneamente a Escola Militar e as aulas de arquitetura do professor de Montigny, na Academia Imperial de Belas Artes, se notabilizou, dentre outros feitos, pelos desenhos da fachada do Hospital Geral da Misericórdia, dos planos do palácio Itamaraty, do hemiciclo do antigo Matadouro e das modificações do pórtico do Hospício dos Alienados. Em Petrópolis, onde foi engenheiro da Casa Imperial, realizou obras de embelezamento e aformoseamento da cidade. Contudo, não há qualquer menção a Manuel Araújo Porto-Alegre, de quem alegou conhecer as obras e tê-lo como guia. Para Francisco Sales Trajano Filho, possivelmente a omissão assentou-se na fragilidade de vínculos entre Montigny e Porto-Alegre, “o que reforça a hipótese, sustentada por um de seus biógrafos, de que uma aproximação maior à arquitetura teria se processado mais tardiamente ao período inicial de formação da academia brasileira”¹⁶⁶.

2.3 Arquitetura como documento/monumento: entre o elogio às reformas e defesa dos lugares de memória

Embora afirmasse que a importação de estilos estrangeiros se acentuou “intensamente na presidência de Rodrigues Alves e prefeitura de Pereira Passos, nos concursos de projetos de

¹⁶⁴ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Durante o século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 344, jul. / set. 1984, p. 199.

¹⁶⁵ UZEDA, Helena da Cunha. *O ensino de Arquitetura no contexto da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro: 1816-1889*. 2000. Dissertação (mestrado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 34.

¹⁶⁶ TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional*. 2010. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010, p. 52.

arquitetura, na abertura da Avenida Rio Branco, e nos novos arruamentos dados na municipalidade”¹⁶⁷, Araújo Viana não criticou abertamente os projetos de reformas levados a cabo pelo governo federal e pelo prefeito da capital, que se notabilizou pelo *bota-abaixo* – expressão utilizada pela população carioca para se referir às demolições decorrentes da implementação dos melhoramentos urbanos então empreendidos. Ao contrário do que se poderia inicialmente imaginar, Viana elogiava os feitos de Pereira Passos à frente da municipalidade, ao mesmo tempo em que, em artigos na imprensa, lamentava a demolição de construções que entendia serem símbolos da “arquitetura original” da cidade. Ainda assim, portanto, reconhecia a necessidade das demolições que visavam sanear, embelezar, enfim, modernizar o Rio de Janeiro. Segundo Carlos Kessel, “a contradição que a nós poderia parecer insolúvel deve ser compreendida no seu contexto, em que a intelectualidade do Rio de Janeiro alinhava-se quase que sem dissensão ao projeto de saneamento e embelezamento de Pereira Passos”¹⁶⁸.

Em texto publicado na revista *Renascença* em dezembro de 1905, intitulado *As Parcas, de Chaves Pinheiro*¹⁶⁹, Viana lamentava o desaparecimento de um prédio demolido por força dos novos alinhamentos urbanos empreendidos na cidade. A construção, segundo ele, possuía valor histórico, pois era coroada por um grande frontão reto, cujo tímpano ornamentara Chaves Pinheiro, a quem considerava como sendo um dos maiores escultores brasileiros, na fase do Brasil independente. O lamento à demolição do edifício era acompanhado por um elogio e pelo reconhecimento da necessidade das obras modernizadoras. Segundo o professor, “todos reconheciam os prejuízos que resultavam da estreiteza da rua nesse ponto, mas nenhuma administração municipal se achou com coragem de empreender e levar a efeito este e outros melhoramentos reclamados pela higiene e viação da cidade”¹⁷⁰. A via em questão era a Rua Frei Caneca, que havia sido incluída nos planos de alargamentos iniciados por Pereira Passos. Araújo Viana reforçava a necessidade da obra, afirmando que “realmente a parte estreita dessa

¹⁶⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXVIII, parte II, v. 132, 1916, p. 600.

¹⁶⁸ KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p. 73.

¹⁶⁹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. As parcas, de Chaves Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 343. abr. / jun. 1984, p. 233-236.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 233.

rua que começava na Praça da República (Campo de Santana) não podia continuar”¹⁷¹. No final do artigo, dizia estar satisfeito por “ter conseguido registrar fotograficamente nestas colunas o baixo-relevo do notável escultor brasileiro”¹⁷², e concluía fazendo menção à necessidade de preservação desse registro, pois “precisamos arquivar subsídios para a história dos aspectos do Rio de Janeiro e concorrentemente para a História da Arte Nacional”¹⁷³.

O tema do registro do desaparecido já aparecera em artigo publicado dois anos antes, em *A Notícia*, no qual Viana dissertava sobre o uso de sacadas nas construções do Rio de Janeiro e fazia um “apelo” quanto ao desaparecimento das casas antigas com este tipo de elemento construtivo, em razão das reformas urbanas levadas a cabo à época. Citando as palavras do professor:

Realizados os projetos de melhoramentos urbanos, muitas casas velhas terão de desaparecer: é o caso para propor que se tirem fotografias de alguns tipos, a exemplo do que se fez em Paris. Os nossos jornais ilustrados também prestarão inestimável serviço à arqueologia da nossa cidade se publicarem notas a este respeito, com produções dos curiosos documentos de história local, o que constituirá valioso subsídio para futuros estudiosos.¹⁷⁴

A respeito dos conceitos de *documento* e *monumento*, Jacques Le Goff afirma se tratar de materiais da memória, frutos de uma seleção, quer realizada pelas forças que agem no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos indivíduos que se ocupam com a ciência do passado e do tempo presente¹⁷⁵. Nesta chave, de acordo com o historiador francês:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.¹⁷⁶

¹⁷¹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. As parcas, de Chaves Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 343. abr. / jun. 1984, p. 233.

¹⁷² *Ibidem*, p. 236.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Sacada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 347. abr. / jun. 1985, p. 234.

¹⁷⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 535.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 547.

Seguindo a perspectiva de Le Goff, observa-se no “apelo” de Araújo Viana uma intenção de legar à posteridade um testemunho do passado. Passado que, para ele, deveria ser preservado, na fotografia, e que constituiria um documento da “originalidade” arquitetônica do Rio de Janeiro.

Em texto publicado em *A Notícia*, também em 1903, com o título de *Ornatos singulares*, Araújo Viana se referia aos ornatos “feitos no lugar” de casas antigas de aproximadamente cinquenta anos e “não aqueles, fundidos nas oficinas de estucadores, e chumbados nas paredes, a torto e a direito, com incompreensível vaidade de que garatujas embelezam fachadas”¹⁷⁷. Trata-se aí de mais uma crítica ao emprego que ajuizava ser indevido dos estilos das construções. Aproveitando a brecha, o engenheiro reverenciava novamente as reformas empreendidas por Passos:

E por falar nisso: merece aplausos, mas aplausos gerais, o eminente Sr. Dr. Passos, prefeito do Distrito Federal, que, entre outras medidas há muito reclamadas pela arte pública, avassale os frontispícios das novas casarias. No seu tempo de engenheiro arquiteto mostrou sempre, quando economizava ornamentação em edifícios, construídos sob suas vistas imediatas: a Secretaria da Indústria, a do Interior, são bons exemplos¹⁷⁸.

Quanto às reformas, a remodelação da capital estava alinhada com o projeto político e econômico em curso naquele momento, que tinha por objetivo integrar o país ao contexto internacional. Em outras palavras, o objetivo das reformas era “trazer credibilidade, investimentos e mão-de-obra para o Brasil, ampliando assim sua participação no mundo do moderno capitalismo internacional”¹⁷⁹. De acordo com Sonia Gomes Pereira, essa integração ao capital internacional se cristalizou durante a gestão de Rodrigues Alves (1902-1906), que havia herdado de seu antecessor, Campos Sales, um quadro econômico temporariamente estabilizado¹⁸⁰. Conforme André Nunes de Azevedo, “se Campos Sales, através da política dos governadores legitimara a República entre as elites, restava a Rodrigues Alves a tentativa de legitimá-la perante o conjunto da população”¹⁸¹. Segundo o autor, “sensível às pressões

¹⁷⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Ornatos singulares*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 348. jul. / set. 1985, p. 275.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992, p. 145.

¹⁸⁰ *Idem*.

¹⁸¹ AZEVEDO, André Nunes. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 130.

provenientes da sociedade carioca e atento à ânsia presente por uma grande reforma urbana na capital, Rodrigues Alves percebeu a oportunidade de conferir à República maior legitimidade política”¹⁸², que seria conferida pela resolução do problema da insalubridade, conquistada por meio de reformas que “regenerariam” a capital do país.

No entanto, cabe destacar a ressalva contida no artigo de Romulo Costa Mattos, em que o autor salienta que o ponto em comum entre os projetos de reforma urbana elaborados pela municipalidade e pela presidência “foi justamente o recurso às desapropriações e às consequentes demolições como um dos mecanismos básicos para a execução dos melhoramentos urbanos”¹⁸³. Estudando as reformas urbanas e o problema da habitação dentro da perspectiva da luta de classes, e analisando criticamente trabalhos desenvolvidos sobre o tema, que negligenciam ou relativizam os resultados do *bota-abaixo*, Mattos afirma que qualquer que tenha sido a intenção de Pereira Passos em relação às classes pobres, “ou a diferença de seu projeto de reforma urbana em relação ao do Governo Federal, a combinação dos resultados da atuação das duas esferas de poder pode ter sido desastrosa para essa parcela da população”¹⁸⁴. Podemos lembrar que, ainda de acordo com o autor,

Em decorrência principalmente da remodelação da capital ocorrida entre 1902 e 1906, houve uma significativa piora nas condições habitacionais – fruto de um crescimento do parque domiciliar inferior ao da população –, “que se expressou no aumento do número de pessoas morando em cada domicílio e na expansão das construções domiciliares nas freguesias periféricas ao centro histórico da cidade” (Ribeiro, 1997, p. 176). Dados que sugerem a tendência a uma política mais de segregação do que de integração urbana (conservadora ou não)¹⁸⁵.

Àquela época, as classes mais pobres eram vistas como “classes perigosas” pela elite dirigente, que lhes atribuía a responsabilidade pelos problemas na organização do trabalho e ordem pública, devido à resistência contra a exploração do trabalho, além do risco de contágio. Magali Gouveia Engel aponta que as condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente o custo de vida a que estavam submetidas e a precariedade das condições de

¹⁸² AZEVEDO, André Nunes. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 134.

¹⁸³ MATTOS, Romulo Costa. *A reabilitação de Pereira Passos e os novos rumos do debate sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro da Primeira República*, p. 3. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Romulo%20Mattos.pdf> Acesso em: 13 jul. 2018.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 4.

moradia, foram um dos temas principais da agenda de muitos intelectuais cariocas do período – médicos, engenheiros, literatos, jornalistas, entre outros¹⁸⁶. Aos olhos dos engenheiros, as habitações populares eram vistas como um dos maiores obstáculos para a viabilização do tão cobiçado “progresso”. O pressuposto comum que unia as análises de médicos e engenheiros, homens de ciência que detinham a primazia nos debates sobre a remodelação urbana sobre a cidade, era a questão da salubridade. Se por um lado o debate fundamentava-se nos conhecimentos médicos propostos pelas teorias higienistas, por outro, a engenharia fazia reconhecer como sendo de sua alçada a competência e a responsabilidade pela materialização das obras saneadoras.

Orientado pelo objetivo normalizador de uma razão ordenadora, o olhar dos engenheiros traduzia-se em um discurso recheado por um “conjunto de polaridades”. Conforme assinalou Berenice Cavalcante, as formulações dos engenheiros sobre a cidade davam-se sob o par “beleza e saneamento”. Revelam, assim, a construção de uma interpretação do espaço social urbano referida a pares de oposição tais como *saúde/doença*, *beleza/feiura*, *limpo/sujo*, *virtude/ócio* etc.¹⁸⁷. As discussões em torno da higiene demonstravam, assim, como a preocupação em “limpar e embelezar” a sociedade conferia-lhe novos valores, que deveriam ser preservados e reproduzidos - sendo considerados, por conseguinte, como condição de sua própria reprodução.

Como apontado por Jaime Larry Benchimol, os governos federal e municipal rasgaram várias artérias destinadas a estabelecer comunicações entre diferentes pontos da cidade: entre a zona portuária e o centro; entre as zonas portuária, ferroviária e industrial; entre o centro e os florescentes bairros da zona sul, mas também os da zona norte e os subúrbios; e, especialmente, visavam assegurar comunicações no âmbito da própria área central da cidade¹⁸⁸. Benchimol identifica que, para os projetos reformados, o cerne do problema, isto é, o “lugar crítico”, era a área central, especialmente a Cidade Velha,

[...] que conservava muitos de seus traços “coloniais”. Áreas onde coexistiam realidades bem distintas, frequentemente em choque: as atividades do grande capital

¹⁸⁶ ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e inícios do século XX) In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 115.

¹⁸⁷ CAVALCANTE, Berenice. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 1, set/dez 1985, p. 97.

¹⁸⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 240.

financeiro e comercial; toda a máquina política e administrativa do Estado; os locais de trabalho e moradia do proletariado e de parcelas da pequena burguesia¹⁸⁹.

O alargamento e a abertura de ruas e avenidas previstas pelo projeto urbanístico, tal como apontado por Sonia Gomes Pereira, demandavam grande número de demolições na parte central da cidade¹⁹⁰. Segundo dados levantados pela autora, “chegaram a um total de 1681 prédios derrubados, deixando quase 20 mil pessoas desabrigadas”¹⁹¹. As demolições, em grande número e executadas em ritmo acelerado, tornaram-se o principal assunto na imprensa e mesmo na literatura da época.

Contudo, os escritos publicados por Araújo Viana na imprensa carioca daquele período não se referem às demolições de habitações populares. Como mencionado, entende-se que o professor-engenheiro compartilhava dos mesmos ideais modernizadores que norteavam as reformas, diferindo dos mesmos, talvez, quanto aos meios necessários para que os projetos de melhoramentos fossem levados a cabo. Ainda assim, as habitações populares, nesse momento, não constituem seus objetos de estudo ou preocupação. O casarão que existiu no número 58 da Rua Frei Caneca, por exemplo, com ornatos de Chaves Pinheiro, a que nos referimos anteriormente, era residência da família do estucador Antônio Alves Meira (discípulo de Chaves Pinheiro), “artista bom e honesto que conheci muito de perto e trabalhou dedicadamente comigo em mais de uma obra”¹⁹². Assim, pode-se inferir que a perspectiva de Araújo Viana com relação às classes pobres do Rio convergia para ala de intelectuais que, naquele momento, celebrava as reformas.

A reverência a Pereira Passos pode ser explicada pelo próprio Araújo Viana em artigo publicado n’A *Notícia*, em 1903. Intitulado *Cartelas*, o texto tratava dos ornamentos que recebiam este nome, com a forma de folha de papel, usados mais frequentemente nas fachadas dos edifícios e monumentos. Com o texto, Viana pretendia responder a uma questão levantada por um leitor de suas colunas, que havia encaminhado ao jornal um pedido de explicações a

¹⁸⁹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 240.

¹⁹⁰ PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992, p. 157.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. As parcas, de Chaves Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 343. abr. / jun. 1984, p. 235.

respeito daquele tipo de ornato, por ter o engenheiro feito referências às cartelas do chafariz lapidário no Largo do Paço.

No texto, o professor escrevia que apesar dos “imprudentes trabalhos, realizados em antigas obras da cidade do Rio de Janeiro, com menosprezo das origens históricas, conservam interessantíssimas cartelas em lugares evidentes de alguns edifícios públicos”¹⁹³. A crítica era, assim, contrabalançada por uma ressalva. Viana seguia dizendo que quando acusava de “imprudentes” os trabalhos efetuados em algumas construções do velho Rio de Janeiro, ficava “cismando de que alguém por aí possa me tomar por emperrado amigo ou conservador incondicional de velharias ou belchiores de pedra e cal”¹⁹⁴. Todavia, muitas construções deveriam ser respeitadas; longe de desaparecerem, deveriam ser conservadas e restauradas, sem a menor incompatibilidade com os progressos e melhoramentos urbanos então empreendidos¹⁹⁵. Ocorre que, de acordo com o professor, nos edifícios e objetos antigos se levantava a história da cidade. Essas construções constituíram, por assim dizer, marcos legados para advertência e para ensino, sendo, portanto, piedosa obrigação honrar e venerar esses documentos históricos. Neste sentido, Araújo Viana se dizia pugnar pela História e pela tradição¹⁹⁶.

Feita ressalva de seu posicionamento quanto às reformas, o professor elogiava os feitos de Pereira Passos, por ocasião do ordenamento da recente restauração dos azulejos do terraço do Passeio Público:

De muito tempo considero o grande administrador como amigo das artes. S. Ex.^a encontrou o revestimento de azulejos do século XVIII desfalcado e os lugares preenchidos por outros disparatados. O prefeito tem sabido, por comunicação, vinda de Lisboa, que só na Holanda poderia conseguir azulejos iguais aos antigos, já fez a encomenda. Outro fosse ele que deixasse tudo no mesmo estado... Mas, é certo, seria incapaz de substituir aquilo por diferente ou banal ornamentação: o Dr. Passos, repito, é dedicado amigo das artes e respeitador das boas tradições¹⁹⁷.

O Passeio Público recebia destaque nos escritos de Viana. Segundo o engenheiro, “basta ler-se o curioso livro – *Um Passeio* –, de Joaquim Manuel de Macedo, que escreveu, de modo

¹⁹³ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Cartelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 347. abr. / jun. 1985, p. 224.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 225.

¹⁹⁷ Idem.

atraente e circunstancioso, a história do Passeio Público para se ficar sabendo das fases e transformações sofridas até certa época pelo nosso mais artístico jardim”¹⁹⁸. O Passeio Público, cujo projeto inicial pertencia ao “grande artista brasileiro Valentim da Fonseca e sob sua direção executado”¹⁹⁹, havia padecido por mutilações que desconfiguraram o plano original. Assim, Viana denunciava a retirada de várias obras de Mestre Valentim do parque:

Não sei como não se lembraram de retirar mais estas e outras esculturas de Valentim: disseram-me houve algures desvairado inovador que indicou, como reforma necessária, a destruição da cascata, e, construir-se em seu lugar, espaçosa escadaria!... Deus nos livre e guarde, repito constantemente, dos destruidores e de preciosos documentos da história da nossa arte, que tanto precisa de quem a proteja!...²⁰⁰

O “desmantelamento” do Passeio, tal como fora concebido pelo seu idealizador, era acompanhado pela introdução de outras obras, de autoria desconhecida, que, segundo Viana, retiravam sua “originalidade”. No texto, o professor falava mais precisamente do busto de Diana (deusa romana) a ser colocado no local:

O tal busto de Diana nunca passará de uma banalidade. Não parece obra executada no Brasil e ainda mesmo por artista. A não repor ali uma palmeira, melhor será que a vegetação esconda o busto, deixando apenas piramidar armas dos vice-reis, e sejam irrepreensivelmente conservados os jacarés [estas, esculturas de Valentim]²⁰¹.

Por fim, Viana concluía o artigo informando que, passados 120 anos de abertura do Passeio Público, ainda não existia ali um monumento erigido em memória do artista Valentim da Fonseca. Dois anos depois, em 1904, em artigo publicado em *A Notícia*, “celebrando” os 91 anos de morte do Mestre Valentim, o professor reiterava a necessidade de preservar sua memória, afirmando que:

Há quatro anos peço, para a memória do nosso compatriota, uma homenagem simples, mas significativa, testemunho do reconhecimento àquele que, em tempos ingratos, dignificou o nome brasileiro, legando documentos comprobativos de um admirável talento artístico²⁰².

¹⁹⁸ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Diana do passeio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 346. jan./mar. 1985, p. 218.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Ibidem, p. 220.

²⁰¹ Idem.

²⁰² VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. 91 anos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 137.

Os apelos de Araújo Viana haviam sido atendidos, pois no mesmo artigo, o engenheiro se entusiasmava com a homenagem concedida a Valentim: uma herma, no Passeio Público, sobre a qual ficaria o seu busto em bronze. Rodolfo Bernadelli, seu colega na Escola Nacional de Belas Artes, havia se comprometido a esculpi-lo e o prefeito Pereira Passos a designar o lugar para se erigir o pequeno monumento.

Um dos temas que melhor ilustra a visão de Araújo Viana sobre o passado da cidade e do país é a defesa da manutenção do morro do Castelo, que, para ele, era um símbolo importante da história do Rio de Janeiro. Em texto publicado n' *A Notícia*, em 2 de novembro de 1901, sob o título de *Túmulo histórico*, Araújo Viana escrevia que “o carioca não pode ignorar que ali repousam os despojos mortais de Estácio de Sá, o qual na luta pelo definitivo implante da civilização ocidental foi ferido mortalmente pela flecha indígena”²⁰³.

Referindo-se a Estácio de Sá como herói, Viana defende que ele deveria receber em homenagem ao menos uma estátua, e critica a prefeitura da municipalidade por ter dado o nome do fundador da cidade a um “medíocre trecho urbano, quando esse nome ilustre devia dignificar a mais importante artéria da cidade”.

O texto segue narrando os feitos de Estácio de Sá: havia desembarcado “perto do Pão de Açúcar e ali sobre as encostas da montanha deu início à sua nascente cidade, a que chamou de São Sebastião”. O “grande capitão” viu-se por dois anos consecutivos acometido pelos tamoios, que disputavam a posse de terras. Auxiliado depois por seu tio, Mem de Sá, “marchou ele a frente de seus soldados, derrotou os inimigos, expeliu-os para longe”. A vitória, no entanto, custou a vida de Estácio de Sá, que ferido no rosto por uma flecha ervada, sucumbiu depois de “trinta dias de doloroso sofrimento; e foi sepultado na capela tosca do nascente povoado, conhecido mais tarde como Vila Velha”.

Citando a obra *França Antártica*, de Fernandes Pinheiro, Araújo Viana fundamentava seu relato afirmando que, acerca da posição topográfica do campo português, que serviu de berço à cidade do Rio de Janeiro, não havia acordo entre os historiadores, mas que, de acordo com Varnhagen, poderia se tratar do lugar que passou a se chamar Praia Vermelha, onde se erguia o hospício.

Passada a vitória dos portugueses e a morte de Estácio de Sá, Mem de Sá transferiu a sede da povoação para o morro do Castelo, antes chamado de São Januário, e o corpo de Estácio

²⁰³ Túmulo histórico. *A Notícia*, n. 261. Rio de Janeiro: 2 nov. 1901, p. 3.

de Sá, primeiramente sepultado na capela de Vila Velha, foi transplantado, com a mudança da povoação, para a igreja do morro do Castelo.

A fim de assegurar a autenticidade de sua narrativa, procedimento próprio da historiografia, Viana transcreveu o relato do padre José de Anchieta que havia se referido à exumação do corpo de Estácio de Sá, em decorrência do traslado:

Estácio de Sá falecera com grandes sinais de virtude que em toda aquela conquista tinha mostrado, e que no ato de se abrir sua sepultura e de se trasladarem seus ossos experimentara um servo de Deus, da Companhia de Jesus, que saía deles um cheiro suave como sinal de que gozava sua alma da felicidade da glória²⁰⁴.

A citação, além de outras que compõem o texto, exprime o cuidado de Araújo Viana em fundamentar sua história sobre os feitos de Estácio de Sá, conferindo-lhe veracidade ou, ao menos, uma versão segura dos fatos, tal como um historiador.

Em seguida, Viana refere o “historiador pátrio” Joaquim Manuel de Macedo, que havia relatado uma visitação realizada por D. Pedro II ao morro do Castelo. Na ocasião, o Imperador, acompanhado da “costumada comitiva” e por diversos estudantes da Escola de Medicina, pediu informações a respeito do túmulo de Estácio de Sá. Como havia passado anos no esquecimento, o túmulo encontrava-se em mau estado de conservação e sua localização era desconhecida, até que um dos estudantes interpelou D. Pedro II, indicando o local. O estudante em questão, conta Viana, era José Ribeiro de Sousa Fontes, o Visconde de Sousa Fontes, depois médico da casa imperial e secretário do Instituto Histórico.

Por conta de uma reforma na igreja de São Sebastião, em 1862, o túmulo precisou ser “consertado” também. Para esta tarefa, o imperador designou o Instituto Histórico. Quando da nova exumação, descobriu-se que os restos mortais de Estácio de Sá estavam cobertos por outros ossos: “nas primeiras camadas de argila, apareceram alguns ossos de criança, em seguida os ossos de um adulto de data não muito remota, finalmente, onde acabava o aterro e começava a montanha, os ossos já de Estácio de Sá”²⁰⁵.

Viana descreveu com detalhes o estado da ossada de Estácio de Sá: “os ossos se achavam em tal estado, que o crânio se desfez nas mãos do Dr. Sousa Fontes quando ele dizia que Estácio de Sá devia ter tido uma bela cabeça”. Posteriormente, a ossada foi submetida ao exame de Sousa Fontes e Ferreira de Abreu. Concluída a reforma da igreja, os ossos de Estácio de Sá foram restituídos à sua sepultura. A lápide levou a seguinte inscrição em letras douradas:

²⁰⁴ Túmulo histórico. *A Notícia*, n. 261. Rio de Janeiro: 2 nov. 1901, p. 3.

²⁰⁵ Idem.

“*Restos mortais de Estácio de Sá exumados desta sepultura em 16 de novembro de 1862, a ela restituídos em 20 de janeiro de 1862*”. O artigo, publicado no dia de finados, era concluído por Araújo Viana justificando-se de que a lei da República “sabiamente considera o dia de feriado nacional aquele em que a religião católica comemora os mortos”. Assim, ele entendia ser oportuno escrever a recordação, como “preito à memória do fundador da minha cidade natal”.

Viana conta ainda que havia visitado o “túmulo histórico” acompanhado por Henrique Bernadelli, que tirava “croquis admiráveis e espontâneos”. Uniram-se para rever os “documentos” da arqueologia da cidade do Rio de Janeiro. O epitáfio escrito na lápide foi representado na gravura que acompanha o texto – e reproduzida abaixo –, feita segundo o “obsequioso desenho do ilustre artista”.

Figura 7 – Gravura da lápide de Estácio de Sá



Fonte: VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Túmulo

histórico. *A Notícia*, n. 261. Rio de Janeiro: 2 nov. 1901, p. 3.

O morro do Castelo pode ser entendido, segundo a visão de Araújo Viana, como um *lugar de memória*. Conforme assinalado por Pierre Nora, os “lugares de memória” “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”²⁰⁶. De acordo o autor, os três aspectos coexistem sempre.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou.²⁰⁷

Seguindo essa perspectiva, pode-se conceber o morro do Castelo como lugar de memória, pois, apesar de sua natureza material, o monte era investido por Araújo Viana com uma áurea simbólica. Representava um passado e, mais do que isso, um monumento de memória.

Viana voltaria a tratar do morro do Castelo no curso ministrado no IHGB. Na ocasião, que será analisada no próximo capítulo, o professor defendeu a manutenção do morro com mais energia. O Castelo seria demolido alguns anos depois por iniciativa de seu colega de profissão, Carlos Sampaio, que assumiria a prefeitura do Rio de Janeiro entre 1920 e 1922. Em 1915, ano em que Araújo Viana realizou essa conferência, a Avenida Rio Branco – como passou a ser chamada a Avenida Central, a partir de 1912 – já cortava o centro da cidade. Sua beleza e magnificência, no entanto, contrastavam com a imagem do morro do Castelo. Segundo Carlos Kessel, tal contraste “que simbolizava a convivência espacial de duas realidades urbanas contraditórias – o Rio europeu e elitizado e a urbe colonial e popular –, tornou-se um dos argumentos mais repetidos por aqueles que insistiam no arrasamento da colina”²⁰⁸. A mentalidade higienista, que classificava o morro do Castelo como um dos obstáculos a serem superados na busca pelo saneamento e embelezamento da cidade, parece não ter sido compartilhada por Araújo Viana.

Falecido em 1920, Viana não testemunhou a demolição do monte. Infelizmente, não há

²⁰⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: v. 10, out. 2012, p. 21.

²⁰⁷ Ibidem, p 25.

²⁰⁸ KESSEL, Carlos. *Tesouros do morro do castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 74-76.

como saber se ele seria condescendente com Carlos Sampaio, tal como fora com Pereira Passos, durante sua gestão da municipalidade.

3 AS LIÇÕES COMPILADAS: O LEGADO DO MESTRE

Araújo Viana faleceu em 14 de fevereiro de 1920, vítima de uma síncope cardíaca, segundo consta a extensa nota de falecimento divulgada pelo jornal *O Paiz* em 16 de fevereiro de 1920²⁰⁹. O cortejo fúnebre saiu da residência do finado, situada à rua Aristides Lobo, no Rio Comprido. O caixão foi levado para o coche pelos senhores Dr. Simões Lopes, ministro da agricultura, deputado Felix Pacheco, Max Fleiuss, Dr. Moncorvo Filho e Dr. Mario Cardoso de Castro. O séquito era composto ainda por outras personalidades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Escola Nacional de Belas Artes e da Escola Normal de Artes.

No Instituto Histórico, Benjamim Franklin Ramiz Galvão prestou-lhe homenagem fúnebre em uma das seções. Ramiz Galvão assim dizia:

Quando por iniciativa do Instituto Histórico aqui se fundou em 1915 a Escola de Altos Estudos pouco depois transformada em Faculdade de Filosofia e Letras, o nosso distinto consócio foi logo convidado para uma cadeira de professor, e nela teria sem dúvida relevado sua notória competência, se as circunstâncias o houvessem permitido. Era um estudioso, e se a morte o não houvera colhido tão cedo a 14 de fevereiro próximo passado, muitos e sazonados frutos teria dado ao Instituto Histórico, que por minha voz tributa esta saudosa homenagem²¹⁰.

As palavras de Ramiz Galvão, somadas a outras iniciativas impetradas após a morte de Araújo Viana, relavam o prestígio que o mestre havia adquirido no metiê intelectual carioca. Sua produção foi revisitada, tornando-se subsídio para muitas das discussões travadas a partir da década de 1920 em torno da arquitetura nacional.

3.1 A conferência na Biblioteca Nacional em 1914 e o curso presidido no Instituto Histórico e Geográfico em 1915

Fundado em 1838 sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se tornaria, ao lado de outras

²⁰⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920. Falecimentos, p. 4.

²¹⁰ Elogio fúnebre de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 87, v. 141, 1921, p. 522-523.

entidades brasileiras, o bastião da História Nacional, convidando profissionais de diferentes áreas a se debruçarem sobre o passado brasileiro. Ao longo do Segundo Reinado, o IHGB conheceu seu apogeu, recebendo patrocínio e proteção do próprio Imperador, D. Pedro II, que se tornou um de seus frequentadores mais assíduos. Os áureos tempos do Instituto, no entanto, foram abalados pela mudança do regime. Sob a égide da República, o IHGB assistiu suas augustas atenções mitigarem com a gerência dos novos dirigentes do país. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, “na ótica dos recém-chegados ao poder, o Instituto Histórico representava uma herança típica do *ancien régime*. Tanto assim, que houve até quem cogitasse extingui-lo”²¹¹. Além do corte de subvenções, a instauração do novo regime representou também, para os quadros do IHGB, alterações em seu temário, relegando especialmente os assuntos do período imperial à uma espécie de “deserto do esquecimento”, segundo as palavras de Joaquim Nabuco²¹². Na ânsia de justificar e legitimar o novo regime como inaugurador de novos tempos, o governo republicano “pretendia passar uma borracha no passado recente do país, o que implicava apagar do panorama histórico a figura central daquele período, o Imperador”²¹³.

Ante essa intenção, os sócios do IHGB assumiram a responsabilidade de reverter tal quadro. Uma das estratégias desenvolvidas pelo Instituto Histórico resultou na realização do Primeiro Congresso de História Nacional, ocorrido em 1914. O marco cronológico do Primeiro Congresso privilegiava o período de 1500-1871, recorte temporal este tributário “da noção de distanciamento, defendida pelo Instituto desde sua fundação, como necessária para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção”²¹⁴. A programação do congresso era constituída por 93 teses oficiais, que se distribuíam pelas nove seções de trabalho: 1ª História Geral do Brasil; 2ª História das Explorações Geográficas; 3ª História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; 4ª História Constitucional e Administrativa; 5ª História Parlamentar; 6ª História Econômica; 7ª História Militar; 8ª História Diplomática; e 9ª História Literária e das Artes.

A despeito do conjunto das seções, cabe destacar a nona, destinada à História Literária e das artes, coordenada por José Vieira Fazenda, que, conforme já referido, colaborava com o jornal *A Notícia*, alternando textos cronísticos com Araújo Viana. Nas palavras de Viana, os

²¹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 23.

²¹² *Ibidem*, p. 79.

²¹³ *Idem*.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 82.

textos de Vieira Fazenda constituíam “um patrimônio inestimável”²¹⁵. Conforme assinalado por Lucia Guimarães, “o expressivo percentual de tópicos no segmento dedicado à história literária e das artes constitui uma pista de que as preocupações do Instituto ultrapassavam o culto às tradições históricas”. Ainda de acordo com a autora, o temário relativo à nona seção buscava “salientar e preservar certos conhecimentos, que ajudassem na modelagem da consciência nacional, como a literatura, a arte, os costumes e a religião”²¹⁶.

Ainda que Araújo Viana não tenha integrado o Primeiro Congresso, ao menos não diretamente com a submissão de tese, o evento contou com a participação de Morales de los Ríos, seu colega na Escola Nacional de Belas Artes, integrante da referida seção. A tese de Morales de los Rios, o “belíssimo estudo ‘Subsídios para a história da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro’ hoje em dia é considerado livro de referência”²¹⁷.

Não obstante, é, pois, nesse cenário marcado pelas tentativas do Instituto Histórico de tornar menos árido o “deserto do esquecimento” imposto pela República, que Araújo Viana, no ano seguinte à realização do Primeiro Congresso, é convidado para presidir uma palestra sobre artes plásticas no Brasil. A associação de Araújo Viana ao IHGB deu-se ainda no momento de planejamento e criação, dentro da instituição, da Academia de Altos Estudos, que em 1919 seria transformada em Faculdade de Filosofia e Letras. Trata-se de uma iniciativa pouco conhecida do Instituto, que foi inspirada nos modelos de entidades congêneres, que existiam em Paris e Londres. Segundo Lucia Guimarães, durante seu funcionamento, “a *Academia* promoveu a realização de seminários especiais, abordando dentre outros assuntos, *Filosofia da Arte, Teoria Matemática das Operações Financeiras e A Questão Social*”²¹⁸. O projeto objetivava dinamizar o Instituto e alargar seu campo de atuação, dispondo de um corpo docente de alto gabarito, recrutado entre os integrantes da agremiação.

O programa que resultaria na Academia teve início em dezembro de 1913 – antes, portanto, da realização do Primeiro Congresso, corroborando o intuito da entidade em tornar o “deserto do esquecimento” em um ambiente fértil. Assim, naquele ano, o programa teve início com as quatro conferências presididas pelo engenheiro e geógrafo Alberto Rangel sobre os *Aspectos gerais do Brasil*. Posteriormente, José Vieira Fazenda versou acerca dos *Aspectos do*

²¹⁵ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 522.

²¹⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 83.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 87.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 108.

período regencial do Brasil, seguido por Basílio de Magalhães, que ofereceu um conjunto de palestras sobre expansão e formação do território nacional, sob o título *Bandeirismo no Brasil*. Depois, foi a vez do advogado e jurista Aurelino Leal abordar a *História da Constituição do Brasil*, ao passo que Arthur Pinto da Rocha discorria sobre a *História Diplomática do Brasil*. Viveiros de Castro e Ramalho Ortigão trataram dos problemas econômicos do país em *História Tributária* e *História Financeira do Brasil*, respectivamente. O ciclo de conferências encerrou-se em 1915 com Ernesto da Cunha de Araújo Viana, que privilegiou a cultura nacional com um curso dividido em cinco lições intitulado *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular*. O título da conferência de Araújo Viana traduz bem a programação do evento, que obedecia a uma diretriz didática bem definida: num primeiro momento, esboçava-se um panorama geral do país e, em seguida, partia-se para o estudo de questões mais pontuais²¹⁹.

No ano em que ocorria o Primeiro Congresso de História Nacional no Instituto Histórico, Araújo Viana ocupava-se em presidir uma conferência realizada na Biblioteca Nacional. Com o título *Arquitetura e arte ornamental. Fases de seu desenvolvimento no Brasil*, condensaria boa parte de seus ensinamentos, até então dispersos em seus textos n’*A Notícia* e na *Renascença*. O evento, conforme o professor relatou no início da palestra, ocorreu por convite do diretor-geral da Biblioteca Nacional à época:

Para aceder ao gentil convite do ilustre sr. dr. Diretor Geral da Biblioteca Nacional, ocupo a tribuna desta casa. Se não fosse a gentileza do convite, e se tratar de assunto obrigatório para a função que exerço no magistério do país, a fraca voz do velho professor devia recolher-se ao silêncio, limitando-se simplesmente ao íntimo convívio pedagógico com seus colegas e com seus discípulos. Mas, senhores, o não aceitar a incumbência importaria também numa injustificável escusa aos deveres de mero propagandista dos feitos dos nossos cultores de Belas-Artes²²⁰.

Na ocasião, Araújo Viana novamente atentava para a difícil definição da Arquitetura, a partir do binômio “arte e ciência”:

A Arquitetura, para muitos ainda não está, infelizmente, bem compreendida, e daí acabrunhadoras confusões que, por muitas vezes, colocam o arquiteto, homem de ciência e de arte, em plano imerecido e injusto. A Arquitetura, ao mesmo tempo arte e ciência, é a manifestação simultânea de duas faculdades humanas, o sentimento e o raciocínio. Difícil se torna a classificação metódica das produções desta arte, por ser

²¹⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 107.

²²⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil*. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 97.

indispensável à distinção entre o que emana da emoção estética, para a parte decorativa, e o que resulta do raciocínio científico, para a parte construtiva²²¹.

Na conferência, Araújo Viana afirmava que o século XIX havia expirado

[...] sem legado de arquitetura exclusiva. Será considerado para os arquitetos a época de transição entregue ao estudo das obras de todos os tempos e de todos os países, caracterizada pela imitação eclética e cosmopolita, adaptada às condições climatéricas de cada região, seguindo os progressos científicos e industriais²²².

A “ausência” de uma arquitetura exclusiva devia-se, de acordo com Viana, ao cosmopolitismo das sociedades humanas, pois seria possível observar os mesmos gostos e padrões estéticos “desde a cidade mais setentrional da Escandinávia, em toda a América, não esquecendo os Estados Unidos com suas edificações gigantescas, até as possessões europeias dos outros continentes”²²³. Ainda de acordo com o professor, “os próprios estilos naturais de países, que os têm exclusivos, apresentam penetrações e aproveitamentos de arquiteturas alheias”²²⁴. Segundo ele, a diferença destes lugares para os demais se circunscrevia na redução da massividade, “que fatalmente se generalizará”²²⁵. Essa tendência seria documentada pelas gares de caminhos de ferro, pelos palácios de exposições, mercados, bibliotecas, estabelecimentos industriais e comerciais, habitações coletivas, os hospitais e teatros, dentre outras construções.

Conforme Araújo Viana, a primeira fase da arquitetura brasileira era a Colonial, que, para ele, “foi uniforme, os tipos das igrejas não se afastavam dos estilos contemporâneos da metrópole, salvo maior ou menor profusão ornamental, conforme a economia da linha construtiva do edifício”²²⁶. Até princípios do século XIX, as casas modelavam-se pelas da fase anterior, cujos vãos dos andares se deitavam para sacadas de madeiras, rótulas mourísticas, com batentes mistos de caixilhos e folhas cheias, postigos de almofada, feição arábica, reminiscência do domínio oriental na Península Ibérica.

²²¹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 97.

²²² *Ibidem*, p. 98.

²²³ *Idem*.

²²⁴ *Idem*.

²²⁵ *Idem*.

²²⁶ *Ibidem*, p. 104.

A fase que se seguiu, segundo Viana, caracterizou-se pelo emprego do clássico, introduzido nos princípios do século XIX por Grandjean de Montigny, "nosso primeiro professor oficial de arquitetura, contratado com outras celebridades que, em 1816, iniciaram o ensino das Belas Artes"²²⁷. Para o professor, além de seus notáveis chafarizes, a melhor obra de Montigny era "a fachada do antigo edifício da escola de Belas Artes [...] Contemporâneas de Grandjean foram a varanda da coroação, plano de Araújo Porto-Alegre, e as decorações do pintor Debret"²²⁸. Conforme ensinava Araújo Viana, a época da Guerra do Paraguai (1864-1870) constituiu um período de "paralisação". Após o evento, "e apesar dos exemplos de bom senso e sinceridade legados e existentes, a Arquitetura Civil caiu no mais pretencioso e grosseiro falso gosto"²²⁹. O professor descrevia assim o período em questão:

Escolheram, para as plantas, o alvitre de longos corredores e alcovas, sem ar nem luz; as fachadas congestionadas de ornatos descabidos, e paredes com fingimentos de mármore mal executados, e as paisagens pintadas sem perspectiva nas paredes dos alpendres e varandas, passaram a ser praga e infestação²³⁰.

A partir do quadriênio de Rodrigues Alves, no entanto, as coisas mudaram de figura, "valendo-se os exemplos de animação dados pelo poder público federal e pelo poder público municipal"²³¹. Araújo Viana reconhecia o governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos como um novo alvorecer da arquitetura brasileira. Simpático às obras de melhoramentos urbanos que visavam modernizar e embelezar a cidade, o professor afirmava que "o programa de governo, de *fazer engenharia*, abalou salutarmente o país inteiro. A construção civil melhorou, e consequentemente, melhoraram todos os departamentos da Arquitetura"²³².

O período demarcado pela gestão de Rodrigues Alves poderia ser chamado, como sugeriu Viana, de "brilhante para a Arquitetura e Higiene no Brasil; abriram-se concursos com premiação remunerada, remodelou-se a cidade sob a ação fecunda de Francisco Pereira Passos,

²²⁷ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 107.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Ibidem, p. 108.

²³⁰ Idem.

²³¹ Ibidem, p. 110.

²³² Idem.

e Lauro Müller, mandou rasgar a grande Avenida sob a direção de Paulo de Frontin"²³³. Naquela época, concorreram ao certame de fachadas, "com projetos de valor, Heitor de Cordoville, de saudosa memória, Morales de los Ríos, Rebecchi, Oberg, Paolo Schoder, Heitor de Mello, Hehel, e outros"²³⁴.

Viana saudava os profissionais participantes do concurso de fachadas, reconhecendo a importância da ocasião para o desenvolvimento da arquitetura brasileira:

Nesse concurso me convenci da tendência dos profissionais, confirmada depois, de que a Arquitetura moderna deve ser racionalista, eclética e independente, porque o ideal moderno é o progresso; e a base fundamental de todo o progresso é a liberdade não importando isso em anarquia²³⁵.

De acordo com a perspectiva de Araújo Viana, o "movimento progressista" da Arquitetura Civil, iniciado sob a gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos, fora continuado pelos sucessores deste último na prefeitura do Distrito Federal, como Sousa Aguiar, que concluiu obras deixadas em curso pela administração Passos e ordenador de outras.

O professor, no entanto, se deteve com maior afinco às contribuições de Bento Ribeiro, prefeito do Rio de Janeiro entre 1910 e 1914, sucedido por Rivadávia da Cunha Correia dias antes da realização daquela conferência. Viana se referia a Bento Ribeiro como "respeitador das tradições cariocas, o inimigo de espetaculosos aparatos":

Adquiriu obras dos nossos artistas; restaurou pontes históricas; consagrou o morro do Castelo, dilatou jardins e melhorou a arborização da cidade; glorificou artistas, inaugurou, com premiação, exposições de Arte Floral; projetou uma escola de jardinagem, um hospital veterinário; resolveu, enfim, a questão de edifícios típicos para as escolas primárias, incumbindo do problema Alfredo Vidal. A vantagem dos prefeitos o encontrarem sempre para seus auxiliares um funcionalismo competente, dedicado e zeloso, como é o municipal.²³⁶

O curso ministrado no IHGB, por seu turno, pode ser entendido como uma resposta à obra *A missão artística de 1816*, escrita pelo também engenheiro formado pela Escola Politécnica, Afonso D'Escragnolle Taunay, descendente do pintor francês Nicolas-Antoine Taunay, e publicada na *Revista* do Instituto em 1912.

²³³ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 110.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

Segundo Karina Anhezini, a pesquisa inicial para elaboração da referida obra pautou-se pela documentação de Nicolas-Antoine Taunay, bisavô de Afonso Taunay, que integrou o grupo de artistas franceses. Contudo, o autor não se restringiu ao estudo biográfico deste artista, realizando um trabalho em que buscou contextualizar a vinda daquele grupo para o Brasil. A obra de Afonso Taunay contemplava, além da biografia de seu bisavô, os nomes de Joachim Lebreton, Auguste-Marie Taunay (irmão de Nicolas-Antoine Taunay), Jean-Baptiste Debret, Grandjean de Montigny, Charles Simon Pradier, Sigismund von Neukomm (compositor de origem austríaca, era o único não francês e nem artista plástico que integrava a comitiva), Marc e Zéphyrin Ferrez²³⁷. Ainda de acordo com Anhezini, a primeira apresentação do trabalho foi realizada em 1912, em uma conferência na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, publicada com o título *A missão artística de 1916 e o meio colonial fluminense*. No mesmo ano em que o trabalho era apresentado em São Paulo, o IHGB, no Rio de Janeiro, publicou a obra completa e a redação do Instituto “destacaria a soma de documentos reunidos, os quais representavam uma verdadeira galeria de nomes até então não contemplados pela historiografia”²³⁸. Antes, porém, da publicação da obra de Afonso Taunay pelo IHGB, o historiador havia sido indicado para sócio correspondente da entidade em 1911. Tempos depois, em 1917, Basílio de Magalhães e Max Fleiuss apresentaram a proposta de conceder o prêmio Pedro II a Taunay, como distinção “a bem redigida e elucidativa monografia intitulada *A missão artística de 1816*”²³⁹.

Tal como observado por Anhezini, a relação de Taunay com Fleiuss é anterior ao ingresso do primeiro no Instituto. As missivas trocadas entre eles, analisada por Anhezini, apontam para uma “profunda amizade”, mas também para uma cooperação intelectual, visto que eram dedicadas a Fleiuss as discussões de trabalhos. Dentre as empreitadas do IHGB, que contaram com a colaboração de Taunay, destaca-se a composição da tese a respeito da fundação de São Paulo para figurar no *Dicionário histórico e geográfico e etnográfico do Brasil*, cuja elaboração “representava a tentativa de organizar um grande ‘repertório’, onde estariam reunidos os conhecimentos básicos que os *bons brasileiros* deveriam dominar sobre a Pátria”²⁴⁰. Cabe ressaltar que, além colaborar com o projeto do *Dicionário*, Afonso Taunay

²³⁷ ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, jan. 2003, p. 56.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Ibidem, p. 57.

²⁴⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 96.

também cooperou com o Primeiro Congresso de História Nacional, apresentando a tese avulsa *Pedro Taques de Almeida Paes Leme – estudo biográfico*, na nona seção do evento, com a referida temática de História literária e das artes.

Em sua obra, Afonso Taunay cunhava a expressão “missão” para se referir à comitiva de artistas franceses que aportaram no Brasil, no tempo de D. João VI. Entrementes, ao contrário de Araújo Viana, Taunay exaltava o grupo francês em detrimento dos artistas brasileiros que exerciam seus ofícios nas artes, antes da comitiva por aqui ancorar. Na obra *A missão artística de 1816*, Taunay escreveu que “malgrado os esforços de alguns escritores, inspirados por exagerado nacionalismo, o que ressalta aos olhos dos julgadores imparciais é que até princípios do século XIX haviam as artes plásticas brasileiras sido deficientes”²⁴¹. E apesar de elogiar alguns nomes brasileiros, como o de José Maurício Nunes Garcia, Taunay sentenciava que “os nossos pintores e escultores só haviam dado medíocres mostras de autodidatismo”²⁴². Taunay justificava o estado de coisas no Brasil, escrevendo que:

No nosso país deserto, todas as forças vitais se concentravam, fatalmente, no desbravamento e amanho do solo virgem, nas preocupações da vida material, ainda tão mal provida de elementos civilizadores: uma eflorescência artística proeminente incompatível seria com as condições de vida da abandonada região meridional, colocada a meses de viagem dos mais próximos portos europeus, esquecida e ignorada do mundo culto, sequestrada do convívio universal pelo ciúme metropolitano e habitada por população ignara em sua grande maioria.²⁴³

Para ele, somava-se a isto a colonização portuguesa, com sua iconografia “pobre”, “longe de poder considerar-se como foco artístico”²⁴⁴. Contudo, com a vinda da Família Real, e com os desdobramentos que ocorreram a partir deste episódio, o país, segundo Taunay, passaria a despertar o interesse pelo gosto europeu:

A vinda da Corte refugiada parecia dever despertar o Brasil da modorra secular [...] a chegada em massa de grande número de europeus, o contato com uma sociedade mais civilizada, introduziu, sobretudo, e mais rapidamente, maior gosto pelo conforto material, o luxo e os encantos exteriores da vida social, muito mais do que pelo amor das artes e ciências. Nos países do norte o requinte dos gozos da vida seguiu, *pari-passu*, os progressos das artes e das ciências; no Brasil, pelo contrário, começou-se

²⁴¹ TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 4.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Ibidem, p. 5.

por desenvolver os prazeres dos sentidos e da vida exterior antes de se aperfeiçoarem as artes das ciências.²⁴⁵

Nesse conjunto de circunstâncias era preciso considerar ainda que os “homens de Estado do século XIX eram geralmente alheios às questões estéticas que, no fundo, menosprezavam, a começar pelas demonstrações literárias dos próprios compatriotas”²⁴⁶. Por isso, “a chegada dos artistas franceses parecia dever abrir nova era à arte brasileira; tal não se deu nem podia dar-se. O país não comportava surto artístico de certa monta, devido unicamente ao oficialismo resultante de onipotente influência governamental”²⁴⁷.

Ainda que tenha sempre reconhecido em seus escritos a importância da vinda dos artistas franceses para o desenvolvimento das artes no Brasil, a perspectiva definida por Araújo Viana distanciava-se daquela formulada por Afonso Taunay. Ao presidir o curso em 1915 no IHGB – depois, portanto, da publicação da obra de Taunay –, Araújo Viana pareceu querer contestar os argumentos do colega, apesar de não fazer referências explícitas a ele. Embora ele próprio se referisse algumas vezes à comitiva francesa como “missão”, preocupou-se em contrapor à ideia de que a arte no Brasil teria sido fundada com a “Missão Artística Francesa”. A terceira lição do curso era introduzida com a seguinte fala:

Vimos e repito que, em todo o Brasil, antes do advento da Família Real Portuguesa, muito antes, portanto, da vinda da Missão Artística Francesa e do rei fundar o ensino oficial de Belas Artes no Rio de Janeiro, já se cuidava, com esmero, das artes plásticas, cujos exemplos perduram na Bahia, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pernambuco, em outros estados e nesta cidade; exemplos de arte ornamental, não igualados até hoje, quanto mais excedidos, no talento da invenção, na interpretação decorativa executada, e na solidez das arquiteturas²⁴⁸.

Viana denunciava que os escritos com referências aos antigos e modernos documentos brasileiros de arte “ou são de excessiva admiração, ou injustos a demonstrarem: maldade, absoluta falta de compressão, ou escassez extraordinária do sentimento do *saber-ver*”²⁴⁹. Segundo ele, estavam a considerar levemente como “velharias” as “magníficas” obras

²⁴⁵ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 5.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 6.

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 537.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 537-538.

coloniais ou antigas de arte, negando-se o primor onde havia, não querendo ou não sabendo ver o que estava à vista. Em um tom mais combativo, conclamou:

[...] os brasileiros não poderão se desnacionalizar acompanhando a perversos escrevinhadores, que já não se contentam com a propaganda manhosa na palestra... A audácia forasteira, tão bem hospedada, atira-se com axiomática incompetência a rabiscar, que nunca tivemos nem temos arte nacional! Não vale a pena dar-lhes importância: o falarem não se ouve, o que rabiscarem não se lê...²⁵⁰

Distanciando-se de Afonso Taunay, Araújo Viana alegava que quando Família Real chegou ao Brasil em 1808, “as melhores e mais artísticas igrejas se achavam concluídas, e a cidade já tinha chafarizes, aquedutos, Passeio Público; cultivavam-se a arquitetura, a escultura, a pintura e algumas das artes derivadas e subordinadas”²⁵¹.

Viana afirmava, em resumo, que

[...] até 1817 o modo exclusivo de construir, quanto às linhas sistemáticas e o estilo decorativo, quanto aos ornamentos, representam produto sincero e uniforme do sentimento nacional, reflexo artístico do século XVII e XVIII da metrópole. Longe estava a anarquia do século XIX!...²⁵²

As cinco lições do curso eram assim intituladas: 1^a) *Generalidades relativas às artes plásticas no Brasil*; 2^a) *Das artes plásticas na cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro Colonial – Período dos vice-reis*; 3^a) *Ainda as artes plásticas com os vice-reis, com o rei – O Rio de Janeiro Imperial, durante o Primeiro Reinado*; 4^a) *Continuação das artes no Primeiro Reinado – Período da Regência – as artes e artistas no reinado do Sr. D. Pedro II*; 5^a) *As artes plásticas até 1890 – Nova organização dada ao ensino artístico – As Belas-Artes e o Instituto Histórico*. Ao longo da exposição, Araújo Viana trouxe à lume nomes de diversos indivíduos que considerava importantes para a história da arte e arquitetura nacionais. Lamentava ainda o fato de que boa parte das construções erigidas nos primórdios da colonização pertenciam à safra de construtores anônimos. Para ele, no entanto, duas figuras despontavam como as mais importantes:

²⁵⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 538.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 545.

²⁵² VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 513.

[Antonio Francisco] Lisboa (o Aleijadinho) falecido a 18 de novembro de 1814 e Valentim (mestre Valentim) falecido em 1º de março de 1813, ambos mineiros e mestiços, considero os maiores artistas do século XVIII no Brasil; o que penso ser hoje corrente, ou de facilíma prova com documentação comparativa.²⁵³

Em seu curso, o professor subdividiu as Belas Artes em duas categorias principais: a primeira, alcunhada de “artes estáticas ou plásticas”, que compreendia a arquitetura, a escultura e a pintura; e a segunda, denominada de “artes dinâmicas ou de movimento”, constituída pela poesia, música e eloquência. O curso, por conseguinte, abordava particularmente as artes da primeira categoria, e em especial as questões concernentes à arquitetura, que Viana conceituou ao mesmo tempo como arte e ciência, pois “subordina a matéria inorgânica às formas rigorosamente geométricas e se rege pelas leis da estabilidade e da ornamentação”²⁵⁴. Enquanto “arte de Estado”, a arquitetura seria responsável por estimular o patriotismo. Segundo Viana, “está na consciência dos que compreendem o sentir quão elevada é a missão social das Belas Artes, que educam o homem, o tornam bom, despertam e fortalecem o patriotismo”²⁵⁵.

Ensinava também que as artes plásticas no Brasil abrangiam dois grandes aspectos gerais: o pré-histórico ou oriental, e o histórico ou ocidental. O primeiro era reclamado por sucessivas e demoradas investigações e, segundo o professor, devia pertencer a uma “Arqueologia, infelizmente ainda não constituída, nem disciplinada”²⁵⁶. O curso abordaria o segundo aspecto. Contudo, Araújo Viana delimitou ainda mais o cerne da palestra, pois no aspecto artístico ocidental também “existiu a sabida fase holandesa, no norte do Brasil, aliás interessantíssima, porém mais do domínio da História Geral política ou de informações”²⁵⁷. O curso, portanto, referia-se especialmente às artes plásticas no Brasil português e independente, porque “foi a civilização da metrópole a vencedora, continuada e cultivada até hoje, embora não tenham faltado atentados até contra as tradições da nossa vernaculidade portuguesa”²⁵⁸. O professor estabelecia, assim, um elo entre a sociedade brasileira e a portuguesa, como se a primeira fosse uma continuidade da segunda.

²⁵³ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 514.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 508.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 509.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 511.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 512.

Ao rebater a ideia de que a arte no Brasil teve início com a “Missão Francesa”, Araújo Viana remontou ao período do descobrimento, lembrando-se da carta de Pero Vaz de Caminha, que, para ele, constituiria um verdadeiro monumento da paleografia brasileira. O episódio do descobrimento registrava também a primeira construção brasileira, ainda que rudimentar, mas deveras importante à história da arte nacional. Conforme Viana

O primeiro oficial, da respectiva profissão elementar, foi o carpinteiro que preparou a grande Cruz inicial e armou o altar da Primeira Missa, missa constituída na celebre tela de Victor Meirelles, na qual os contrastes da indumentária do conquistador português, do seu séquito, com o sitio agreste descoberto, e a multidão aborígene surpreendida, compõe um cenário de elevada emoção histórica²⁵⁹.

Assim, consoante Viana, o nascimento da arte no Brasil estava intimamente ligado à religião. A serviço da religião, a arte colonial brasileira, influenciada pelo entusiasmo com o estilo barroco então dominante, começou erigir as primeiras igrejas. Somente mais tarde a arte passou à edificação civil, com o surgimento progressivo da sumptuária nos interiores das casas, em seu mobiliário, nas indumentárias e nos veículos de transporte.

Para o professor, dos artistas franceses contratados, “o que bons serviços prestou ao ensino das Belas Artes foi incontestavelmente J. B. Debret”²⁶⁰. Quanto a Grandjean de Montigny, ainda que o reverenciasse, Viana afirmava que o antigo mestre era um exclusivista, “nada admitia fora do neoclássico, produto da fase artística contemporânea”²⁶¹. Ainda de acordo com Araújo Viana, o prestígio oficial do arquiteto francês perturbou “a época original de aspectos na edificação civil e religiosa no Rio de Janeiro, nascida nos fins do século XVII, e florescente no século XVIII e que se expandia no século XIX”²⁶². Após a difusão dos ensinamentos de Grandjean de Montigny não tardou para que imitadores sem estudos fundamentais aparecessem, construindo “fachadas abastardadas e insipidas: linhas clássicas incorretamente com ornatos do século XVIII atrapalhados”²⁶³.

Com o tempo, surgiram estucadores que vestiam com ornamentações de cal ou gesso os tímpanos dos frontões, os frisos e os lisos das almofadas das paredes das edificações. As

²⁵⁹ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 515.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 564.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 597.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ *Idem*.

composições decorativas dos estucadores compreendiam quimeras, grifos, dragões, grinaldas, festões, o tridente de Netuno, entre outras figuras divinas da mitologia greco-romana, e até mesmo concheados com a feição de Luís XV²⁶⁴. Ao considerar que tais ornatos não possuíam a menor correspondência simbólica ou alegórica entre a decoração e o destino final da edificação, Viana assevera que o ornamentista, quando desprovido de tais preocupações estéticas e “sem lógica”, libertava-se de pensar no clássico, “no abastardado ou no caricato, desenhava, compunha, modelava espontaneamente nos estilos de seus antepassados do século XVIII”²⁶⁵

Sobre a cidade do Rio de Janeiro, em particular, Araújo Viana contou que

A Vila Velha, fundada por Estácio de Sá, foi naturalmente o início da arquitetura carioca., constituída de choças com feito misto, aborígine e ocidental, choças de toscos ramos e palmas secas algum tanto selvagens, algum tanto pitorescas, que, pouco a pouco, desapareceram com a mudança da sede da povoação para o morro do Castelo²⁶⁶.

Portanto, Viana concebia o morro do Castelo como a “origem da nossa grande cidade, considero monumento histórico para o Rio de Janeiro, do mesmo modo que o território baiano para todo o Brasil”²⁶⁷. No curso, ministrado poucos antes da demolição do monte, o professor advertia aqueles que ansiavam pela sua derrubada:

Não tem faltado, entretanto, ambiciosos pretendentes ao arrasamento do morro, o que a realizar-se seria atentar contra a tradição, contra a história e direi mesmo contra a estética urbana. Melhorem o morro abandonado, o tratem com carinho. Por que e para quê arrasá-lo? Realçam a nossa cidade a sua beleza e a singular descontinuidade plana. Não faltam os núcleos de população edificados em terrenos chatos.²⁶⁸

O professor foi além, contrapondo-se ao ideal de *retilidade* característica dos projetos formulados pelos engenheiros da passagem do século XIX para o XX. Conforme assinalado por

²⁶⁴ No texto do curso, em nota de rodapé, Viana afirma que “[...] em prédios de recente construção, corretos, até naqueles onde fantasias, inspiradas em linhas medievais, ornaram fachadas, há sempre um ponto da casa com o concheado de feição de Luís XV, aproveitado decorativamente, e quase sempre no compartimento de mais luxo”. Ibidem, p. 600.

²⁶⁵ Ibidem, p. 599-600.

²⁶⁶ Ibidem, p. 523.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Ibidem, p. 524.

Simone Petraglia Kropf, o ideal da *retilicidade* era “uma ideia pregada como um axioma em todos os planos da engenharia para a construção de uma cidade tida como moderna”²⁶⁹. Para Viana:

Não há tipo mais comum do que o de cidades planas, nas quais predomina a monotonia retilínea, e onde o traçado geometral jamais poderá evitar a melancolia perspectiva da linha do horizonte, a perder de vista... O tipo exclusivo da cidade plana adstrito pela obsessão retilínea, aos alinhamentos longos e exaustivos, é simplesmente banalíssimo.²⁷⁰

Assim, se para Afonso D’Escragnolle Taunay a arte no Brasil teve início com a missão artística francesa em 1816, para Araújo Viana tal expedição representou, como fez questão ressaltar, o início do *ensino oficial* das Belas-Artes. Para ele, a história da arte no Brasil originou-se com o descobrimento, e no Rio de Janeiro, em particular, remontava à fundação da cidade no Morro do Castelo.

3.2 O movimento neocolonial e passado colonial como patrimônio artístico e arquitetônico brasileiro

Entre as seções do curso ministrado sobre artes plásticas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ernesto da Cunha de Araújo Viana ingressou para a agremiação como sócio efetivo. Segundo o parecer da Comissão de História acerca de obras de Araújo Viana,

Os vários e interessantíssimos trabalhos que tem produzido o Sr. Ernesto da Cunha de Araújo Viana, distinto professor da Escola de Belas-Artes, sobre a evolução estética no Brasil, especialmente no que diz respeito à pintura, escultura e arquitetura, justificam à saciedade a proposta do seu ilustre nome para a matrícula no quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁷¹

O parecer da Comissão de História, lido na seção ordinária do IHGB em 12 de outubro de 1915 por Max Fleiuss, trazia algumas referências aos textos de Araújo Viana publicados na

²⁶⁹ KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 13, jun. 1996, p. 184.

²⁷⁰ VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo, op. cit., p. 524.

²⁷¹ Parecer da Comissão de História acerca de obras de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 786.

revista *Renascença*, que constituíam, além de “pacientes estudos sobre as vetustas igrejas do Rio”²⁷², um aprofundamento nas pesquisas sobre a

[...] fulgurante plêiade francesa que no primeiro quartel do século XIX, isto é, quando ocorreu o que Silvio Romero tão adequadamente denominou de inversão brasileira, viu iniciar a nossa gente nos arcanos da perfeita elaboração artística e adornar a nossa metrópole com os primeiros estéticos vasados través a inexcedível concepção peculiar da alma latina.²⁷³

Ademais, dentre os escritos citados, onde se “patenteia observador abalizado e onde superabundam dados históricos denunciativos de investigador consciencioso”²⁷⁴, Fleiuss assim se referia ao curso ministrado no IHGB:

Seu curso, quase a terminar, sobre artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular, obra *sui generis*, completa e curiosa, que está suscitando unanime admiração, merecendo calorosos aplausos por parte de quantos têm lido a ventura de ouvi-lo e que, uma vez incluído na Revista, firmará ainda mais inabalavelmente a merecida nomeada do provector catedrático.²⁷⁵

Por fim, a Comissão concluía seu parecer aceitando as credenciais de Araújo Viana, afirmando ainda que o Instituto “muito lucrará com a colaboração de quem tem posto em prova tanta competência especial em um esgalho tão difícil, e por isso mesmo tão pouco explorado, da evolução intelectual da nossa nacionalidade”²⁷⁶.

Em seu discurso de posse, o novo sócio optou por discorrer acerca da trajetória de seus avôs João Ignácio da Cunha, Visconde de Alcântara, e, em especial, Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí. Araújo Viana dizia se apadrinhar por seus avôs não apenas por se tratar de dois nomes caros para ele, mas também para o Instituto, uma vez que pertenciam à história daquela entidade. Ao final da preleção, respondeu-lhe Ramires Galvão nos seguintes termos:

Exm. Sr. Presidente e prezados consócios. Ilustre colega Sr. Dr. Araújo Viana. – Com requintada modéstia, e para sensibilizar-nos mais intensamente, preferistes tomar por

²⁷² Parecer da Comissão de História acerca de obras de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 787.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Ibidem, p. 788.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

assunto de vossa oração inaugural recordações caríssimas a esta Companhia, presidida por largos anos pelo venerando e saudoso Marquês de Sapucaí, vosso avô paterno.²⁷⁷

Ao longo da saudação ao então novo sócio do Instituto, Ramires Galvão se referia a Araújo Viana como “cultor entusiasta e esclarecido da arte”, cuja competência e patriotismo defrontavam-se com um “um campo vasto de trabalho, em que seguramente vos havemos de aplaudir”²⁷⁸. Por fim, congratulava o colega dizendo:

Esquadrinhar esse passado, fazer justiça aos beneméritos que dignificaram o nome brasileiro, analisar e criticar a obra feita para lição do presente e do futuro, – eis uma bela contribuição histórica, que o Instituto confiadamente espera do esforçado irmão de armas aqui recebido com palmas e saudações. Neto do venerando Sapucaí, neto do cantor das Violetas, trazei-nos as esplêndidas rosas do vosso gosto artístico e os frutos sazonados do vosso saber.²⁷⁹

Consideramos o ingresso no IHGB como último marco da trajetória de Araújo Viana. Cinco anos depois ele viria a falecer, legando suas “sábias lições” às gerações de arquitetos e artistas que aturaram a partir da década de 1920. Nesse sentido, consideramos igualmente o curso ministrado no IHGB sua última façanha, como uma de suas principais obras. Compilando seus ensinamentos, as cinco lições se tornaram referenciais na seara de estudos relativos às artes e arquitetura brasileiras.

Ao ingressar no Instituto Histórico e integrar algumas das iniciativas desenvolvidas no seio na entidade, como a Academia de Altos Estudos, Araújo Viana não perdeu de vista o seu ofício como professor na Escola Nacional de Belas Artes. Lá, também, permaneceu na cátedra de Teoria e História da Arquitetura até sua morte, em 1920. Em 1915, mesmo período em que despontava como sócio do IHGB, ocorreu uma nova reforma na Escola de Belas Artes, implementada pelo ministro da Justiça Carlos Maximiliano Pereira dos Santos que, de acordo Helena de Uzeda, possuía um caráter mais conservador, ampliando a ingerência do governo na regulamentação e no controle da educação no país. A fim de conferir maior disciplina ao ensino secundário, a partir da nova reforma passou-se a “exigir certificados de conclusão do curso ou

²⁷⁷ Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 80, v. 143, 1917, p. 680.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 681.

²⁷⁹ *Idem*.

de aprovação nos exames preparatórios realizados em instituições reconhecidas, como no Ginásio Nacional, antigo Pedro II²⁸⁰.

A reforma de 1915 tornaria ainda mais rigorosa a etapa de seleção, instituída após a reforma anterior de 1911, que tornava obrigatórios os exames de admissão como forma de controlar a capacitação daqueles que pretendiam ingressar nos cursos superiores. A ENBA, apesar de ser qualificada como um “curso especial”, havia incorporado tal exigência que, após 1915, passaria a ser conhecida como “exame vestibular”²⁸¹. Conforme assinalado por Uzeda, a reforma empreendida por Maximiliano, quarta modificação realizada durante a Primeira República, propunha equacionar o problema crônico de insuficiência na base de conhecimento dos alunos, reafirmando a importância da seriação dos estudos, conforme fora estabelecida pela primeira reforma republicana de 1890, “ordenando as matérias e exigindo a aprovação na ordem sucessória em que eram arrançadas”²⁸².

Os novos regulamentos da ENBA, arrematados pelo decreto nº 11.749, de 13 de outubro de 1915, definiam a Escola de Belas Artes como instituto de instrução superior e especial, destinado ao ensino da pintura, da escultura, da arquitetura, da gravura de medalhas e pedras preciosas, ficando subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e tendo autonomia didática e financeira²⁸³. Naquele mesmo ano, em um discurso por ocasião da posse do novo diretor da Escola, o pintor, desenhista e professor João Batista da Costa, Araújo Viana celebrou as novas alterações:

O governo em boa hora impediu à queda e aniquilamento desta Escola, reformando o seu regulamento, promulgando novos estatutos que garantiram o magistério que se achava subalternizado, melhoraram a distribuição pedagógica e deram à Congregação poderes de independência didática do que provirão normas e medidas úteis ao ensino das Belas Artes.²⁸⁴

Contudo, tal como assinalado por Uzeda, a estrutura curricular da ENBA permaneceu, tendo como alteração mais considerável a supressão da divisão em série dos cursos especiais

²⁸⁰ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 221.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem.

²⁸³ BRASIL. Decreto nº 11.749, de 13 de outubro de 1915.

²⁸⁴ UZEDA, Helena Cunha de, op. cit., p. 222.

de pintura, escultura e gravura, ficando ainda estabelecido que o aluno frequentasse as aulas pelo tempo que fosse considerado necessário ao seu pleno desenvolvimento.²⁸⁵ O 14º artigo do referido decreto assim dispunha: “os cursos especiais de pintura, de escultura e de gravura não comportam divisão em anos de estudos. A permanência do aluno em qualquer deles poderá prolongar-se por tantos anos quantos bastem para o seu completo preparo”²⁸⁶. Os regulamentos outorgados pelo decreto especificavam apenas as disciplinas que constituíam cada um desses cursos. O curso de arquitetura, ao contrário, era o único não incluído nessa inobservância de seriação. Dividido em duas etapas, sugeria a “necessidade de se estruturar de forma mais rígida o curso, que deveria seguir uma sequência cumulativa de conhecimentos técnicos e científicos”²⁸⁷. Para Helena de Uzeda, ficava cada vez mais evidente que as diferenças intrínsecas à formação dos arquitetos “iriam acabar direcionando o ensino de arquitetura para uma autonomia, o que ocorreria três décadas depois”²⁸⁸.

Sobre esse aspecto, Araújo Viana também teceu ponderações durante o discurso realizado na cerimônia de posse do novo diretor da instituição:

Receávamos a cada momento reduzissem esse instituto de instrução superior e especial a um mero grupamento de ateliês, sem prévio ensino de letras e ciências, indispensável aos artistas, ficando o aluno que concluisse o curso de arquitetura não um engenheiro-arquiteto, como de fato o deve ser, mas sim um trivial desenhador de fachadas decorativas.²⁸⁹

A crítica sobre a formação dos arquitetos e a conotação pouco laudatícia na circunspeção de Araújo Viana impingia “uma transferência de mérito para aspectos mais técnicos da profissão”. Segundo Helena de Uzeda, o discurso do professor demonstrava uma preocupação que a historiografia costuma localizar fora do ambiente do ensino de arquitetura acadêmico.²⁹⁰ Para a autora, a associação entre os títulos “engenheiro” e “arquiteto” refletia uma defesa na “melhoria da capacitação científica do curso de arquitetura, cujo currículo foi assimilando no

²⁸⁵ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 222.

²⁸⁶ BRASIL. Decreto nº 11.749, de 13 de Outubro de 1915.

²⁸⁷ UZEDA, Helena Cunha de, op. cit., p. 222.

²⁸⁸ Ibidem, p. 223.

²⁸⁹ Ibidem, p. 227.

²⁹⁰ Ibidem, p. 277.

decorrer do século XX disciplinas técnicas análogas às ministradas no curso de engenharia civil da Escola Politécnica”²⁹¹. Cabe aqui ressaltar o contexto da época, marcado pelo aumento considerável das construções erigidas na capital em decorrência das reformas urbanas de modernização e embelezamento da cidade, que compeliavam os arquitetos a demonstrar que eram tão capazes tecnicamente quanto os engenheiros civis.

Assim, percebe-se que a militância de Araujo Viana à favor da arquitetura não se circunscrevia à valorização de seu passado, uma vez que o professor se preocupava também em prospectar um futuro de atuação para o arquiteto, integrando-o ao círculo das categorias profissionais que reivindicavam a primazia de participar dos debates em torno dos rumos corretos que deveriam conduzir o país.

Em 1921, um ano após seu falecimento, foi criada, sob os auspícios da Escola Nacional de Belas Artes, a Associação Brasileira de Arquitetos, que logo depois passaria se chamar Instituto Brasileiro de Arquitetos, e que tinha como finalidade “tratar dos interesses da classe dos engenheiros-arquitetos e civis, assim como proteger e propagar o gosto artístico do nosso povo e, finalmente, amparar os interesses coletivos perante os poderes públicos”²⁹². No mesmo ano, também era criada a Sociedade Central de Arquitetos, como consequência “do pleno renascimento do movimento arquitetônico em nosso país”²⁹³. Em outras palavras, a Sociedade surgiu da necessidade de homogeneidade dos meios de ação do arquiteto. Àquela altura, entendia-se ser imprescindível que os arquitetos agissem em um sentido uniforme. Para tanto, seria imperioso uma organização central que congregasse em um movimento coeso a nobre missão do arquiteto²⁹⁴. Segundo Ruth Nina Vieira Ferreira Levy, a criação de ambas as entidades, voltadas aos interesses dos arquitetos brasileiros, revela “muito claramente a necessidade de uma união de forças entre esses profissionais que buscam sua posição na sociedade”²⁹⁵.

²⁹¹ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 277.

²⁹² Associação Brasileira de Arquitetos. *Jornal do Brasil*, a. XXXI, n. 27, 27 jan. 1921, p. 7.

²⁹³ Sociedade Central de Arquitetos. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 24.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário como marco para a profissão do arquiteto. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_ruth.htm> Acesso em: 13 jul. 2019.

Conforme observado por Carlos Kessel, é provável que o surgimento da Sociedade Central de Arquitetos tenha ocorrido após uma cisão no Instituto Brasileiro de Arquitetos. O episódio, de acordo com o autor, remonta ao projeto do prefeito da cidade à época, Carlos Sampaio, que em março de 1921 havia aprovado uma proposta de construção de um restaurante envidraçado no terreno do Passeio Público. O projeto acabou despertando a reação da Sociedade Brasileira de Belas Artes. Sediada no Rio de Janeiro e fundada em 1910, sob o nome Centro Artístico Juventas, a Sociedade receberia o nome definitivo após 1919. Essa associação, que reunia artistas, arquitetos e artesãos, constituía “um polo complementar – embora não se ombreasse em termos de prestígio – ao representado pela Escola Nacional de Belas Artes”.²⁹⁶ A Sociedade encomendou a um de seus membros, José Mariano Filho (que mais tarde viria a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes), um parecer que seria enviado à prefeitura. O documento em questão recomendava a utilização da “arquitetura tradicional” para construção a ser erguida. No entanto, Carlos Sampaio optou por realizar uma consulta ao recém-fundado Instituto Brasileiro de Arquitetos. Como analisado por Carlos Kessel, o Instituto “fez algumas recomendações em relação à construção do restaurante, propondo que o prefeito entregasse à agremiação a responsabilidade de um novo projeto”²⁹⁷. Com a anuência de Sampaio, o Instituto realizou um concurso interno, a fim de escolhê-lo. Porém, nenhum dos projetos apresentados agradaram o prefeito, que “resolveu entregar a Archimedes Memória e Francisque Cuchet a encomenda de uma nova solução, esta sim construída”²⁹⁸. Assim, para Kessel, seria por conta desse imbróglío que teria surgido a Sociedade Central de Arquitetos, integrada por Memória e Cuchet e presidida por Adolfo Morales de los Ríos.

A dualidade de representações, contudo, não representava um afastamento das questões tidas como essenciais para os arquitetos brasileiros. Aliás, ambas as entidades de classe tinham como porta voz a revista *Arquitetura no Brasil*, editada a partir de 1921. Tratava-se de um órgão oficial do Instituto Brasileiro de Arquitetos, da Sociedade Central de Arquitetos e da Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro, associação criada à mesma época e pelo comendador Antônio Jannuzzi. A diretriz do periódico era assim definida em seu primeiro exemplar:

²⁹⁶ KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p. 109.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário como marco para a profissão do arquiteto. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_ruth.htm> Acesso em: 13 jul. 2019.

²⁹⁸ KESSEL, Carlos, op. cit., p. 109.

O aparecimento da *Arquitetura no Brasil* é, sem dúvida, um ousado cometimento no nosso meio onde a arquitetura se acha ainda nos seus primeiros dias.

Anima-nos, todavia, o apoio generoso e unânime dos componentes, - engenheiros e construtores, - que reconhecendo o alcance do nosso elevado *desideratum*, nos animaram e auxiliaram para a realização do nosso tentâmen.

Era nossa aspiração, há muito, fundar uma revista, que, ao lado da colaboração técnica, pudesse divulgar os trabalhos das especialidades de que nos ocupamos, para os leigos, a fim de estabelecer a relação direta não só entre engenheiros, arquitetos e construtores, como também entre esses e os intelectuais do país, de modo a orientar a todos quantos se ocupam com interesse do nosso progresso, e, particularmente, aos governos, que quase sempre se descuidam de assuntos de tanta relevância, sem a verdadeira noção dessas necessidades, permitindo uma liberdade profissional mal compreendida.

Tornando hoje realidade essa aspiração, oxalá possa a *Arquitetura no Brasil*, corresponder a tão nobre ideal, para o qual envidaremos todos os nossos esforços.

Estimular e orientar as boas iniciativas para a remodelação das nossas cidades, o desenvolvimento da nossa viação, a cultura racional dos nossos campos e a intensificação das nossas indústrias – eis o nosso programa²⁹⁹.

Não obstante tenham se cindido, ambas as entidades de classe estiveram próximas uma da outra, logo se fazendo sentir que tal dualidade de não poderia existir por muito tempo. Assim, em 12 de agosto de 1921, os integrantes do Instituto e da Sociedade assinalaram juntos o 105º aniversário do decreto de D. João VI, que havia oficializado o ensino artístico no Brasil. Na ocasião, os membros das duas associações visitaram os túmulos dos “apóstolos da arquitetura no Brasil: Grandjean de Montigny, Heitor de Mello e Araújo Viana, as quais depositaram sobre as lápides desses vultos inesquecíveis ramos de flores”³⁰⁰. Quanto a isto, Carlos Kessel infere que Araújo Viana e Heitor de Mello (colega de Viana na ENBA) ganharam, entre os arquitetos cariocas, “uma estatura equivalente à do arquiteto da Missão Francesa, numa demonstração da importância que tinham adquirido durante a sua convivência com os colegas, muitos dos quais tinha sido seus alunos na Escola Nacional de Belas Artes”³⁰¹. Tal ilação pode ser corroborada no trecho extraído de *Arquitetura no Brasil*, que noticiava a solene homenagem aos antigos mestres: “elementos preponderantes que foram na formação dos nossos meios de defesa e propaganda, viverão eternamente no coração dos arquitetos as figuras destes mestres.”³⁰² Particularmente sobre Araújo Viana, destaca-se as palavras do aluno de arquitetura Mario Cunha durante a cerimônia:

²⁹⁹ Nossa diretriz. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 1.

³⁰⁰ Instituto Brasileiro de Arquitetos. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 19.

³⁰¹ KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p. 110.

³⁰² Sociedade Central de Arquitetos. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 25.

Viajar, meus ilustrados senhores, pela estrada que abriu Araújo Viana, fui pelos varões que comigo marcham, indicado, por razões que não compreendo para refazer para este recinto uma guirlanda feita com o nosso amor, para enlaçar o pedestal do mestre pranteado: designando-me, disseram-me, coma voz cheia de angústia: vai receber o mestre que volta transfigurado; vai saudar o amigo que, eterno continuará a viver entre nós e complacente, mudo e frio – vivo pela sua obra, pujante pela sua memória!³⁰³

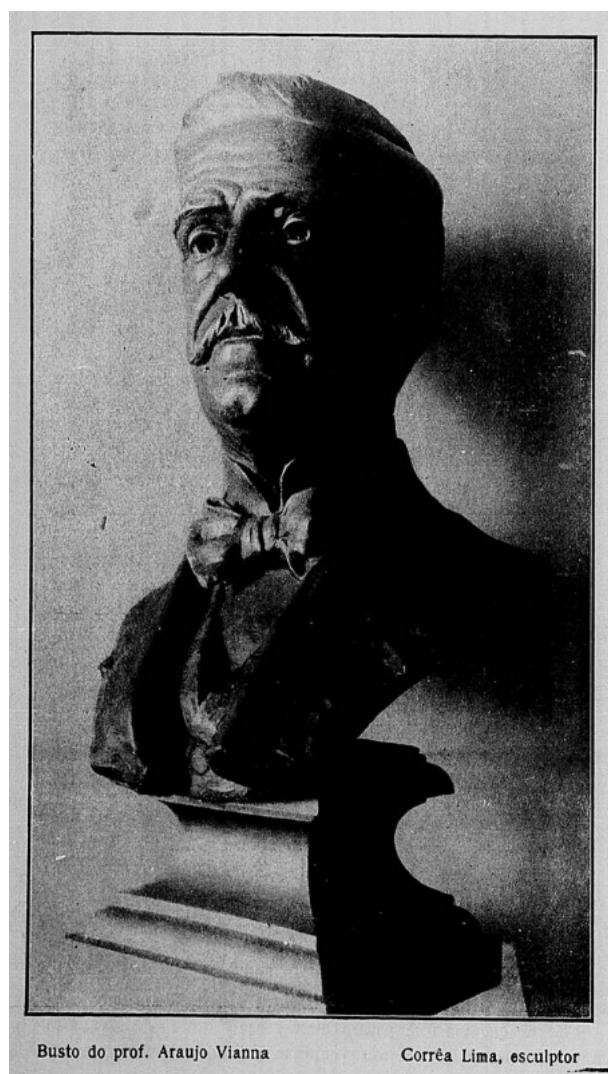
Além da homenagem realizada durante a comemoração de aniversário da instituição do ensino oficial das Belas Artes, Araújo Viana receberia mais uma: um busto projetado por Corrêa Lima que seria inaugurado nas dependências da Escola Nacional de Belas Artes. A cerimônia ocorreu na sala em que ele por muitos anos lecionou a cadeira de História e Teoria da Arquitetura. Na ocasião, assumiu a presidência João Batista da Costa, diretor da Escola, que convidou para tomarem parte da mesa os professores Morales de los Rios e Rodolpho Amoedo. Em seguida, usou da palavra o arquiteto Nestor Figueiredo, secretário da Sociedade Central de Arquitetos, que pronunciou o seguinte discurso:

Senhores: - o aspecto desta solenidade duplamente bela na sua significação moral e artística, completamente justa na harmonia de uma obra de arte que perpetuará no bronze a obra do mestre homenageado, singela nesta característica simplicidade que preside sempre as manifestações sinceras, complexas, porém, no alcance comemorativo, de seu objetivo, dispensaria qualquer comentário a seu respeito, se o sentimento de gratidão dos arquitetos brasileiros não precisasse de um interprete para falar Araújo Viana, de um órgão que fosse a síntese de toda a nossa admiração³⁰⁴.

³⁰³ Comemoração da abertura do curso de arquitetura no Brasil. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 43.

³⁰⁴ Inauguração do busto do prof. Araújo Viana na E. N. de Belas Artes. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 41.

Figura 8 – Busto de Ernesto da Cunha de Araújo Viana



Fonte: Inauguração do busto do Prof. Araújo Viana na E. N. de Belas Artes. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 42.

Encerrada em 1920, com sua morte, a produção de Araújo Viana é tida como algo embrionária do movimento que mais tarde seria denominado de neocolonial. Conforme Maria Lucia Bressan Pinheiro observou, o movimento de valorização das raízes brasileiras, isto é, o movimento neocolonial, partiu de dois centros irradiadores: o grupo paulista, baseado nas ideias do engenheiro português Ricardo Severo; e o grupo carioca, centrado em José Mariano Filho, médico de formação, que se notabilizou, no entanto, pelo estudo da arte e da arquitetura brasileira³⁰⁵. Segundo Carlos Kessel, José Mariano Filho, que foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes entre 1926 e 1927, ao ser influenciado pela produção de Araújo Viana, projetou-se

³⁰⁵ Cf. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

como um dos principais ideólogos do movimento de revalorização da arquitetura colonial brasileira.

Conforme Uzeda, o desenvolvimento de uma estética mais voltada às tradições brasileiras deveu-se ao desdobramento de um processo de afirmação nacionalista, que ocorreu em vários países na Europa e que se disseminou também pelas Américas; “nelas, o sentimento nacional foi exacerbado pela sucessão de comemorações dos centenários de independência das nações americanas”³⁰⁶. Trata-se de um contexto marcado pela “invenção das tradições”, para utilizar a expressão cunhada por Eric Hobsbawm³⁰⁷. No Brasil, em particular, ainda de acordo com a autora, o grande impulso teórico foi marcado por palestras praticamente sincrônicas, “que funcionaram como um doutrinamento em relação à valorização das raízes de nossa arte”. Em 1914, em São Paulo, Ricardo Severo presidia a conferência *A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo*, “onde conclamava a elaboração de uma arquitetura brasileira, a partir das referências portuguesas e climatizadas no Brasil”³⁰⁸. No Rio, Araújo Viana ministrava o referido curso sobre artes plásticas no IHGB.

De acordo com Carlos Kessel, um reflexo da influência dos escritos de Araújo Viana pode ser divisada na “excursão arqueológica” que os membros da Sociedade Central de Arquitetos fizeram ao Morro do Castelo, “onde satisfazendo aos desejos do Sr. Prefeito Dr. Carlos Sampaio coligiu os documentos arquitetônicos do antigo colégio dos jesuítas”.³⁰⁹ Conforme asseverado por Uzeda, a aludida excursão realizada em 1921 por alguns membros daquele entidade (em sua maioria, ex-alunos da ENBA), ao antigo reduto fundador da cidade, tinha o intuito de registrar os “monumentos coloniais que seriam destruídos, numa demonstração pública de referência a arquitetura construída aqui pelos portugueses”. Uzeda observa ainda que, tal como seu mestre, que durante a gestão de Pereira Passos elogiava as reformas urbanas ao mesmo tempo em que lamentava as demolições, seus discípulos também nutriam sentimentos ambíguos, um misto de veneração e resignação, frente à iminência da destruição do monte, chamado outrora de “túmulo histórico” por abrigar os despojos mortais

³⁰⁶ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 254.

³⁰⁷ Cf. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³⁰⁸ UZEDA, Helena Cunha de, op. cit., p. 254.

³⁰⁹ *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 2, nov. 1921, p. 82.

do fundador da urbe³¹⁰. Assim, “o sacrifício colonial, em pleno altar das comemorações nacionalistas do centenário de nossa Independência, serviria para reafirmar o culto de seus adoradores”³¹¹. Nesse contexto, José Mariano da Cunha Filho despontou como principal defensor do estilo colonial. Foi ele quem, no Rio de Janeiro, instituiu um concurso para o “Prêmio Heitor de Mello”, iniciativa que teve o respaldo da Sociedade Brasileira de Belas Artes, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Brasileiro de Arquitetos. O concurso, tal como escrito pelo próprio Mariano Filho em carta endereçada a Gastão Bahiana, presidente do Instituto Brasileiro de Arquitetos, tinha por finalidade:

[...] incrementar os necessários estudos preliminares para a criação de um tipo de arquitetura nacional inspirada diretamente no estilo tradicional através das construções arquitetônicas sacras e civis praticadas no Brasil durante o período colonial, sob a direção artística dos missionários jesuítas³¹².

O concurso mais tarde seria conhecido como “Casa Brasileira”, uma forma de particularizar a arquitetura colonial brasileira de influência lusitana, em contraposição ao movimento que também se manifestava em outros países da América, especialmente os de origem hispânica³¹³. Conforme Helena de Uzeda, os arquitetos da Escola Nacional de Belas Artes, motivados pelo concurso de Mariano Filho, “lançaram-se à tarefa de delinear um estilo nacional, partindo da arquitetura que havia sido desenvolvida no Brasil a partir de raízes lusitanas”. Dentre eles, estava Lúcio Costa, que anos depois se notabilizaria ao projetar a nova capital do país, Brasília.

Em 1923, José Mariano Filho publicou em *Arquitetura no Brasil* um artigo destinado “aos jovens arquitetos”, com o título de “Os dez mandamentos do estilo neocolonial”. Os dez mandamentos eram: Verdade, Força, Espírito Clássico, Cor, Sobriedade, Categoria, Nobreza, Conforto, Caráter e Nacionalidade. A respeito deste último, Mariano Filho assim o definia:

A casa é, logicamente, um expoente da raça, mero fenômeno social na geografia humana. Assim, um povo por maior que seja a sua cultura universal, só pode possuir a arquitetura que lhe coube por fatalismo histórico, que se não improvisa. Um povo não muda de casa nem de língua; e se ainda não possuímos a nossa casa, é

³¹⁰ UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 255.

³¹¹ Idem.

³¹² Prêmio Heitor de Mello. *Arquitetura no Brasil*, a. 1, n. 1, out. 1921, p. 38.

³¹³ Cf. AMARAL, Aracy (coord.) *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial da América Latina, Fondo de Cultura Económica, 1994.

simplesmente porque ainda não somos um povo, mas devemos de sê-lo inevitavelmente.

O retorno às formas lógicas do estilo colonial dos nossos antepassados, é o prelúdio de nossa emancipação social e artística.³¹⁴

³¹⁴ MARIANO FILHO, José. Os dez mandamentos do estilo neocolonial aos jovens arquitetos. *Arquitetura no Brasil*, a. 2 n. 24, set. 1923, p. 161.

Figura 9 – Artigo de José Mariano Filho publicado em *Arquitetura no Brasil*

ARCHITECTURA NO BRASIL

161

Os Dez Mandamentos do Estylo Neo-Colonial

AOS JOVENS ARCHITECTOS

José Marianno Filho — *Presidente da Sociedade Brasileira de Bellas Artes*

I — *A VERDADE*. Todo elemento deve ser representado *em materia* na sua estrutura natural, sem simulação nem embuste, porque a mentira é incompatível com o espirito universal da architectura.

Empregae o ferro, ou a madeira se não dispuzerdes do ferro, mas não simulae a materia de nenhum delles.

II — *A FORÇA*. Imprimi ás vossas casas aquelle character de força que nos é tradicional. Porque nos havemos de extasiar deante das rendondilhas de ornato do Luiz XV, se esse estylo não condiz com a nossa alma?

O scenario cycloptico de nossa natureza tropical, exuberante e violento, exige as fórmás serenas e fortes dos nossos antepassados, que recortam a paysagem *em massa*, calmamente, sem contorsões ou contrastes inesperados.

III — *O ESPRITO CLASSICO*. . . *A* ordem implantada pelos Jesuitas entre nós, a *tóscana*, é a unica que convenm ás composições do estylo neo-colonial. Os seus elementos eminentemente latinos são, a um tempo, fortes, simples e decorativos.

IV — *A COR*. . . Conservae nas vossas casas exclusivamente as cores brancas, amarello-camurça (óca desmaiada) ou rosa. Toda a esquadria externa deve só ser verde oliveira claro, ou azul de Delft. Com esses simples elementos de cor obtereis partidos de opposição discretamente entoados, de suave effeito decorativo.

V — *A SOBRIEDADE*. Sêde sobrios nos atavios exteriores, use a maior discreção no emprego dos elementos chamados decorativos, a fim de evitar um partido excessivo que seria sempre deploravel.

VI — *A CATEGORIA*. . . Dae aos elementos architectonicos a mesma cathegoria que lhes era attribuida no estylo colonial.

Os azulejos que substituem nos paizes quentes as tapeçarias e pannos de parede, têm tambem a sua applicação limitada.

O mesmo se pôde dizer de certos detalhes, como a fresta, o banco de jardim, o oculo (olho de boi), o coruchéo, etc.

VII — *A NOBRESA*. A nobresa depende, antes de tudo, da proporção e da propriedade dos elementos utilizados. Mas não esquecei nunca que essa *propriedade* não precisa revestir-se de apparatusa riqueza para attingir o effeito artistico almejado. Uma casa nobre pôde não ser rica, no sentido material da palavra. Mas será sempre uma obra de arte, enquanto que uma casa que é rica, apenas rica, não é uma obra de arte, mas de mau gosto.

A riqueza ostensiva dos elementos é sempre um indicio de falta de cultura ou de exhibicionismo vulgar.

Não ha nobreza sem discreção, nem discreção sem recato. Não esquecei que uma casa annuncia a uma cidade inteira o nome do cidadão que a possui.

O architecto, ou melhor, o artista não deve ser cúmplice de uma apresentação indiscreta. . .

VIII — *O CONFORTO*. A noção do conforto interior varia evidentemente com o seculo. Em pleno seculo XX, no tumulto de uma vida febril, parallelamente com o aeroplano e o automovel, não poderiamos pensar numa casa á moda daquellas que faziam a felicidade tartigrada dos nossos avós.

Nós só podemos reviver um estylo architectonico, se esse estylo puder representar e attender ás exigencias prementes da vida moderna do instante, por assim dizer, universal que vivemos.

Isso não impede, entretanto, que procuremos educar o publico no sentido de fazel-o comprehender que a casa não é um hotel com uma sala de banho e um quarto de tres metros. A casa, o *home*, é o refugio de todas as fadigas, o agasalho de todos os dissabores. Essa é a noção tradicional. *Porque não voltarmos a ella?*

A casa antiga era feita para ser habitada. Era atrahente, acolhedora na sua largueza, discreta no seu aspecto de bonhomia burgueza.

A casa moderna. . . não é feita para ser habitada, apezar do *habite-se* legal da edilidade.

Procurae accommodar o interesse da vida social de hoje á noção classica do conforto brasileiro. Combatei no espirito dos vossos clientes o preconceito ridiculo dos bairros aristocraticos, em cujas ruas barulhentas os millionarios menos exigentes já se contentam com uma especie de architectura de corredores interminaveis, á moda do systema Pullmann, de wagons ferro-variarios.

IX — *O CHARACTER*. O character reside na força estatica da *massa* architectonica; na comprehensão, no sentido dos elementos que lhe são essenciaes; no uso das praxes tradicionaes, no partido que os elementos offerecem entre si ao artista, e por fim, o character tambem se affirma pelo grau intimo de intelligencia do estylo architectonico com a propria alma nacional do povo.

X — *A NACIONALIDADE*. A casa é, logicamente, um expoente da raça, mero phenomeno social na geographia humana. Assim, um povo por maior que seja a sua cultura universal, só pôde possuir a architectura que lhe coube por fatalismo historico, que se não improvisa. Um povo não muda de casa nem de lingua; e se ainda não possuímos a nossa casa, é simplesmente porque ainda não somos um povo, mas havemos de selo inevitavelmente.

O retorno ás fórmás logicas do estylo colonial dos nossos antepassados, é o preludio de nossa emancipação social e artistica.

Proa do movimento neocolonial, José Mariano Filho logrou ser nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes, em 1926. Sua passagem à frente do cargo, entretanto, foi relativamente curta. Ainda que gozasse de prestígio entre as elites dirigentes, Mariano Filho deparou-se logo de início com a insatisfação dos docentes quanto à sua nomeação. Ele havia ascendido ao cargo após o falecimento do antigo diretor, João Batista da Costa, sob a indicação do então ministro da justiça, Augusto Viana do Castelo. A indicação calcava-se na justificativa de uma nova reforma para instituição, que incluía uma antiga reivindicação dos professores para o aumento de seus vencimentos. Como pontuado por Maria Lucia Bressan Pinheiro, o primeiro impasse entre o novo diretor e o corpo docente surgiu logo na primeira reunião presidida por ele. Na ocasião, Mariano Filho teve de lidar com o desagrado expresso pelos professores, que consideravam sua indicação ilegal por lhe faltar “o único mas insofismável requisito legal, de pertencer ao magistério, conforme manifestaram os professores Flexa Ribeiro, Gastão Bahiana e Paulo Pederneiras”³¹⁵. Os impasses continuariam com a proposta Mariano Filho para criação das novas disciplinas de Estatutária, História da Arte Brasileira, e Física Experimental e Industrial, que deveriam ser ministradas em módulos de oitenta lições anuais³¹⁶. A iniciativa não foi aprovada. Em seu parecer relativo à questão, o professor Gastão Bahiana assinalou:

A arte brasileira (a não ser que se queria entrar em minúcias inúteis) não comporta um estudo em oitenta lições, algumas aulas dentre as 160 de História da Arte e as de 160 de História e Teoria da Arquitetura, serão de certo suficientes para expor o histórico da vida artística nacional³¹⁷.

Tal como observado por Pinheiro, era evidente que a proposta de Mariano Filho tinha a “intenção de introduzir o estudo da arte colonial brasileira no currículo da escola, o que está ligado a várias manifestações suas sobre a falta de conhecimento e de documentação da arquitetura brasileira, de que tanto se ressentia a tendência neocolonial naqueles anos”³¹⁸. Além de não ter sido exitoso em sua investida para criação das novas disciplinas, inseridas na campanha neocolonial que vinha liderando, Mariano Filho defrontou-se em seguida com uma nova polêmica. Desta vez, a questão em que se envolveu alijou sua condição como diretor da

³¹⁵ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011, p. 174-175.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 175.

³¹⁷ *Idem*.

³¹⁸ *Idem*.

ENBA, fazendo com que fosse destituído do cargo em 1927. Em fevereiro daquele ano, Mariano Filho teve um embate com a congregação da escola acerca do concurso de livre-docência do professor Rodolpho Amoedo. Conforme Maria Lucia Bressan Pinheiro, foi perdido o prazo para requerer a realização do concurso, pois pairavam dúvidas quanto às disposições do regimento. Ainda de acordo com a autora, o professor Gastão Bahiana apresentou um parecer onde afirmava que, segundo os regimentos da escola, “a livre-docência poderia ser obtida através de outros critérios de avaliação, como, por exemplo, a obtenção de prêmio de viagem, ou classificação em concurso para professor catedrático”³¹⁹. Embora a congregação tivesse se manifestado a favor do parecer, Mariano Filho contrapôs os docentes, alegando “nutrir dúvidas quanto à interpretação dada, e que por esse motivo a submeteria a autoridade superior – no caso, à apreciação do ministro da justiça, a quem, ao que parece, estava afeita a questão”³²⁰.

Após deixar a instituição, mas sem perder o prestígio auferido pela campanha de caráter nacionalista como a do neocolonial, José Mariano Filho retomou a atuação proselitista ao insistir na promoção de cursos de arquitetura tradicional. Em 1929, inspirado pela proximidade do bicentenário do Aleijadinho (a ser comemorado no ano seguinte), propôs a criação de

[...] um prêmio anual de 3 contos de réis (3:000\$000) em favor do aluno que haja terminado o curso de arquitetura com as melhores notas escolares, para o fim especial de coligir nas velhas cidades de Ouro Preto, Congonhas do Campo, São João d'El Rei e Mariana, documentação de detalhes arquitetônicos e ornamentais da obra do genial artista mineiro Antônio Francisco de Lisboa (alinhado o Aleijadinho). Os elementos e detalhes colhidos, que terão caráter de levantamentos devidamente cotados, na escala que a douta Congregação se dignar estabelecer, constituirão um arquivo especial para uso dos professores, estudantes e arquitetos brasileiros, sob a denominação de “Arquivo Araújo Viana” em homenagem ao grande mestre, cuja voz primeiro se levantou, no recinto da EBA, em defesa da arte colonial brasileira, e dos humildes mestres que a criaram³²¹.

O interesse pela fase colonial nutrido por José Mariano Filho tinha como referência as lições legadas por Araújo Viana. Contudo, Lúcio Costa, que havia aderido ao movimento neocolonial em seu início, mas que acabaria abandonando-o a partir de 1930 para integrar o movimento modernista, registrou preciosa observação quanto ao movimento neocolonial:

Foi contra essa feira de cenários arquitetônicos improvisados que se pretendeu invocar o artificioso revivescimento formal do nosso próprio passado, donde resultou mais um pseudo-estilo, o neocolonial, *fruto da interpretação errônea das sábias lições de*

³¹⁹ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011, p. 175.

³²⁰ Idem.

³²¹ Ibidem, p. 177.

Araújo Viana, e que teve como precursor Ricardo Severo e por patrono José Mariano Filho.

Tratava-se, no fundo, de um retardado ruskinismo, quando não se justificava mais, na época, o desconhecimento do sentido profundo implícito na industrialização, nem o menosprezo por suas consequências inelutáveis. Relembrada agora, ainda mais avulta a irrelevância da querela entre o falso colonial e ecletismo dos falsos estilos europeus: era como se, no alheamento da tempestade iminente, anunciada de véspera, ocorresse uma disputa por causa do feitio do toldo para o “garden party” Equívoco ainda agravado pelo desconhecimento das verdadeiras características da arquitetura tradicional e consequente incapacidade de lhe saber aproveitar convenientemente aquelas soluções e peculiaridades de algum modo adaptáveis aos programas atuais, do que resultou verdadeira salada de formas contraditórias provenientes de períodos, técnicas, regiões, e propósitos diferentes.³²²

Paulo Ferreira Santos, no entanto, distancia-se da leitura de Lúcio Costa ao propor um saldo positivo para o neocolonial. Além disso, a perspectiva do autor sugere que o movimento neocolonial e o movimento modernista tiveram pontos de contato, “a procura da substância brasileira, da cultura brasileira, da realidade brasileira”³²³. Conforme assinalado por Paulo Santos, “nem pelo que tinha de negativo deixou o neocolonial de ter a sua significação – e não apenas como expressão da sensibilidade romântica da época, mas como fator positivo, já que teria paradoxalmente influído no próprio movimento dito moderno”³²⁴, uma vez que fomentou condições propícias ao estudo “de questões de raça, costumes, economia e vida social e artística do nosso povo”³²⁵.

De fato, o neocolonial era uma expressão do próprio ecletismo, estilo que havia se popularizado no Brasil desde o final do século XIX. As construções neocoloniais aglutinavam diferentes formas de construir, tomando como base a arquitetura colonial brasileira. Diante disso, neocolonial não deve ser considerado como legado de Araújo Viana. Primeiro, porque seria anacronismo, uma vez que o movimento lhe foi posterior; segundo, porque ainda que se tenha interpretado seus ensinamentos como embrionários do referido movimento, o mesmo não se coadunava às suas reflexões. Em seus textos, Araújo Viana valorizava a arte e arquitetura coloniais, mas não defendia que os arquitetos, engenheiros e construtores mantivessem o mesmo estilo nas edificações que projetassem. Ele próprio, inclusive, ao edificar a capela de Nossa Senhora da Saúde na Gamboa, referida no primeiro capítulo, optou pelo estilo gótico para erigi-la. Estilo do qual, aliás, pareceu ser grande entusiasta, pois não poupou elogios ao

³²² COSTA, Lúcio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. *Correio da manhã*, a. L, n. 17863, 15 jun. 1951, p. 9.

³²³ SANTOS, Paulo Santos Ferreira. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981, p. 96.

³²⁴ *Ibidem*, p. 95.

³²⁵ *Idem*.

projeto do *château* projetado por Adolpho José Del Vecchio na Ilha Fiscal, tendo ainda realizado uma excursão com seus alunos da Escola Nacional de Belas Artes ao local, a fim de ensinar-lhe sobre a arquitetura medieval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engenheiro, arquiteto, professor e historiador Ernesto da Cunha de Araújo Viana estava alinhado às novas tecnologias e técnicas construtivas de seu tempo. Não à toa, expressava simpatia aos melhoramentos urbanos daquela época. Contudo, os elogios às reformas eram sempre acompanhados de um lamento, pois defendia a preservação daquilo que considerava um marco legado do nosso passado. No caso do morro do Castelo, por exemplo, Viana reconhecia a necessidade de modernizá-lo, mas entendia que para tal não seria necessário arrasá-lo.

A compreensão deste personagem se alumia a partir da orientação metodológica de Pierre Bourdieu, segundo a qual deve-se pensar o sistema constituidor da classe que o indivíduo faz parte sociologicamente:

É necessário para que se possa indagar não como tal escritor chegou a ser o que é, mas o que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do *habitus* socialmente constituído, para que lhes era oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições.³²⁶

Por isso, a produção intelectual de Araújo Viana não deve ser dissociada do campo em que estava inserido. A disputa entre superação ou revalorização da arte e arquitetura coloniais era uma problemática da virada do século XIX para o XX, não estando circunscrita apenas em seus textos. Apesar de sua referencialidade, o engenheiro foi um homem de seu tempo e lidou, à sua maneira, com as questões então suas contemporâneas.

Segundo Márcia Chuva, “no Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante genuína das origens da nação”³²⁷. Concluimos, assim, que o legado de Araújo Viana reside aí. Ao propor uma historiografia para a arquitetura brasileira, valorizou o passado artístico nacional, exaltando uma série de personalidades até então negligenciadas pela concepção de que os artistas franceses é que teriam dado início às Belas Artes no Brasil em 1816, como se durante trezentos anos não houvesse arte por aqui. Contrapôs-se a este “mito

³²⁶ BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 190.

³²⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 42.

fundador”, mesmo reconhecendo a importância da criação do ensino oficial das Belas Artes. Contrapôs-se, ainda, ao cânone clássico difundido pelos franceses em terras tupiniquins, que engessava justamente a liberdade que preconizava para o arquiteto. Defendeu que este profissional deveria integrar o metiê intelectual brasileiro. Para tanto, reuniu seus esforços para solidificar a formação do arquiteto. Por fim, soma-se a defesa da preservação do patrimônio artístico e arquitetônico brasileiro. Sua produção, se não germen, certamente ao menos contribuiu para pavimentar as discussões em torno da preservação do patrimônio nacional que se intensificaram a partir de década de 1920.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMARAL, Aracy (coord.) *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial da América Latina, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, jan. 2003.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- AZEVEDO, André Nunes. *Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, André Nunes. Rodrigues Alves: a legitimação política pelo progresso material. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp-Convívio, 1986.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAVALCANTE, Berenice. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 1, set/dez 1985.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- COSTA, Lúcio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. *Correio da manhã*, a. L, n. 17863, 15 jun. 1951, p. 9.

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin, 1903-1933*. 2000. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e inícios do século XX) In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. *Fênix*. Uberlândia, v. 4, a. 4, n. 3.

GONÇALVES, Denise. A historiografia da arquitetura no Brasil - estudo de caso: Ernesto da Cunha de Araújo Viana. In: Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 27. *Anais*. Salvador: CBHA, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 23, n. 59, abr. 2003, p. 28.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Cezar Teixeira (Coord.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Venosa Design, 1996.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KESSEL, Carlos. *Tesouros do morro do castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KODAMA, Kaori. Tornar a ciência popular Figuiier nos jornais e revistas do Brasil (1850-1870). *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, dez. 2018.

KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 13, jun. 1996.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Clube de Engenharia. FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-de-engenharia>> Acesso em 28 jan. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário como marco para a profissão do arquiteto. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_ruth.htm> Acesso em 13 jul. 2019.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista (1874-1888)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. *A reabilitação de Pereira Passos e os novos rumos do debate sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro da Primeira República*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Romulo%20Mattos.pdf> Acesso em: 13 jul. 2018.

MONTALVÃO, Sérgio. Notícia, A. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOT%C3%8DCIA,%20A.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2018.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do Brasil excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil republicano, v. 1)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 14 ed. São Paulo: Atual, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: v. 10, out. 2012.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul. 1992.

RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios: uma história escrita com pedras e letras*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

RICCI, Claudia Thurler. *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903-1922)*. 2004. Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RICCI, Claudia Thurler. Sob a inspiração de Clío: O Historicismo na obra de Morales de los Rios. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mlr_ctr.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÁ, Dominichi Miranda de. A crítica da razão pomposa. In: SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SANTOS, Paulo Santos Ferreira. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOBRAL FILHA, Doralice Duque. Engenheiros e Arquitetos do século XIX e o racionalismo estrutural. *Enanparq*, v. IV, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional*. 2010. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

TURAZZI, Maria Inez. A exposição de obras públicas de 1875 e os “produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

UZEDA, Helena da Cunha. *O ensino de Arquitetura no contexto da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro: 1816-1889*. 2000. Dissertação (mestrado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo «vulgarização científica» no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 2, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. Construction. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: B. Bance, 1858, p. 1. Disponível em: <<https://archive.org/stream/dictionnairerais04byuviol#page/n111/mode/2up>> Acesso em: 15 jun. 2018

FONTES

▪ *Revista dos Construtores*

Revista dos Construtores, a. 01, n. 01. 06 de fevereiro de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 02. 06 de março de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 03. 10 de abril de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 04. 10 de maio de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 05. 20 de junho de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 06. 26 de julho de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 07. 28 de agosto de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 08. 28 de setembro de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 09. 30 de outubro de 1886.
Revista dos Construtores, a. 01, n. 10. 30 de dezembro de 1886.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 01. Março de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 02. Abril de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 03. Maio de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 04. Junho de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 05. Julho de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 06. Agosto de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 07. Setembro de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 08. Outubro de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 09. Novembro de 1888.
Revista dos Construtores, a. 02, n. 10. Dezembro de 1888.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 01. Janeiro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 02. Fevereiro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 03. Março de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 04. Abril de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 05. Maio de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 06. Junho de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 07. Julho de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 08. Agosto de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 09. Setembro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 10. Outubro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 11. Novembro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 03, n. 12. Dezembro de 1889.
Revista dos Construtores, a. 04, n. 02. Abril de 1895.

▪ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

Parecer da Comissão de História acerca de obras de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 786-788.

Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 80, v. 143, 1917, p. 671-681.

Elogio fúnebre de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 87, v. 141, 1921, p. 521-523.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 78, pt. 2, v. 132, 1916, p. 505-579.

_____. O pastelista Borely. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 215-218 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em mar. de 1905].

_____. Aspectos de outrora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 218-221 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em mai. de 1905].

_____. Um bom retrato. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 221-224 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em jun. de 1905].

_____. Solares de outros tempos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 224-229 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em set. de 1905].

_____. Solares de outros tempos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 229-233 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em nov. de 1905].

_____. As parcas, de Chaves Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 233-236 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em dez. de 1905].

_____. O estilo clássico na arquitetura do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 236-240 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em fev. de 1906].

_____. A Igreja de S. Pedro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 240-243 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em abr. de 1906].

_____. A capela da beneficência portuguesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 243-245 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em mar. de 1907].

_____. Nicolau Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 245-247 [artigo publicado originalmente na revista *Renascença* em jul. de 1907].

_____. Um milhão e seiscentos mil contos, fortuna de um ex-senador brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 343, abr./jun. 1984, p. 248-249 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1898].

_____. O Sr. Eugênio Teixeira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 173-174 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1898].

_____. A exposição de Aurélio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 174 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jun. de 1898].

_____. A arquitetura de salão em 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 175-177 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em set. de 1900].

_____. A arquitetura de salão em 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 177-182 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1900].

_____. A arquitetura de salão em 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 182-186 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1900].

_____. A arquitetura funerária através dos séculos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 186-192 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1900].

_____. Estilos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 192-195 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1900].

_____. Moldagens do friso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 195-198 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1900].

_____. Durante o século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 198-203 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1901].

_____. Azulejos historiados. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 203-206 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1901].

_____. Necrópoles modernas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 206-210 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1901].

_____. Os féretros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 122-124 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1901].

_____. Plástica cristã. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 124-127 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1901].

_____. A pintura decorativa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 127-131 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mai. de 1901].

_____. A ermida do outeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 131-135 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1901].

_____. Igreja de S. Joaquim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 135-136 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1901].

_____. Velhos chafarizes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 137-141 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1901].

_____. José Maurício e El-Rei. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 141-144 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1901].

_____. Bandeira da Misericórdia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 141-148 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1901].

_____. Velhas inscrições. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 345, out./dez. 1984, p. 148-152 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1901].

_____. Túmulo histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 191-194 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1901].

_____. Capela do Menino Jesus. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 195-198 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1902].

_____. Última páscoa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 198-201 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1902].

_____. O padrão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 202-204 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mai. de 1902].

_____. Salão de 1902 - vernissage. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 204-208 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1902].

_____. Salão de 1902 - escultura e gravura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 208-212 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em set. de 1902].

_____. Lenda da Penha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 212-214 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1902].

_____. Um presépio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 215-218 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1902].

_____. Diana do Passeio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 218-220 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1902].

_____. Agostinho da Mota. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 221-223 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1903].

_____. Agostinho da Mota. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 346, jan./mar. 1985, p. 221-223 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em ago. de 1903].

_____. O salão em 1903/Cerâmica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 219-222 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em set. de 1903].

_____. Acafelação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 222-224 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em set. de 1903].

_____. Cartelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 224-226 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1903].

_____. Alpendras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 227-229 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1903].

_____. Rendas do norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 229-234 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1903].

_____. Sacadas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 234-236 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1903].

_____. Ornatos singulares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 275-277 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em nov. de 1903].

_____. Outro chafariz de Grandjean. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 278-281 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1903].

_____. Portões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 281-283 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1903].

_____. Varandas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 283-285 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1904].

_____. Bovicrânios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 286-288 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1904].

_____. Casa - Girassol. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 288-290 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em jan. de 1904].

_____. Golfinhos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 290-293 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em fev. de 1904].

_____. Dragões, grifos e quimeras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 348, jul./set. 1985, p. 293-296 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em fev. de 1904].

_____. 91 anos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 137-139 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1904].

_____. Tartaruga de Santa Ifigênia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 140-142 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1904].

_____. Gregas ornamentais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 142-145 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em mar. de 1904].

_____. Ondas gregas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 145-147 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1904].

_____. Capiteis indígenas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 147-149 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1904].

_____. Gamadas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 349, out./dez. 1985, p. 150-151 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em abr. de 1904].

- **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. A arquitetura e a arte ornamental: fases de seu desenvolvimento no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1920, p. 97-112 [conferência realizada em 1914].

- **Memória justificativa dos planos apresentados à Câmara Municipal de Valença**

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. *Saneamento de Valença*: memória justificativa dos planos apresentados à Câmara Municipal de Valença (Estado do Rio). Rio de Janeiro: Tipografia Mont'Alverne, 1894.

- **Carta a D. Pedro II**

n

- **Revista Técnica**

Revista Técnica, a. 1, n. 1, Rio de Janeiro, fev. 1893.

- **O Paiz**

O Paiz, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920.

- **Diário do Comércio**

Diário do Comércio. Rio de Janeiro: 2 fev. 1892.

- **Revista de Engenharia**

Revista de Engenharia. Rio de Janeiro: a. 7, n. 153, 1887.

Revista de Engenharia. Rio de Janeiro: a. 9, n. 156, 1887.

- **A Notícia**

A Notícia, n. 196. Rio de Janeiro: 10 ago. 1898.

A Notícia, n. 261. Rio de Janeiro: 2 nov. 1901.

- **Jornal do Brasil**

Jornal do Brasil, a. XXXI, n. 27, 27 jan. 1921.

- **Arquitetura no Brasil**

Arquitetura no Brasil, a. 1, n. 1, out. 1921.

Arquitetura no Brasil, a. 1, n. 2, nov. 1921.

Arquitetura no Brasil, a. 2 n. 24, set. 1923.